

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO**

GUILHERME DE ALBUQUERQUE SANTOS

**O USO DA TECNOLOGIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLTADAS À PREVENÇÃO E AO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER**

**BRASÍLIA
2021**

GUILHERME DE ALBUQUERQUE SANTOS

**O USO DA TECNOLOGIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLTADAS À PREVENÇÃO E AO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER**

Dissertação apresentada à Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getulio Vargas para a obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Governo.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Governo

Orientador: Prof. Dr. Benjamin Miranda Tabak

**BRASÍLIA
2021**

Santos, Guilherme de Albuquerque.

O uso da tecnologia na formulação de políticas públicas voltadas a prevenção e ao combate à violência contra a mulher / Guilherme de Albuquerque Santos. - 2021.

131 f.

Orientador: Benjamin Miranda Tabak.

Dissertação (mestrado MPPG) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Políticas Públicas e Governo.

Z

1. Violência contra as mulheres - Prevenção. 2. Políticas públicas. 3. Tecnologia da informação. 4. Inteligência artificial. 5. Mineração de dados (Computação). I. Tabak, Benjamin Miranda. II. Dissertação (mestrado MPPG) – Escola de Políticas Públicas e Governo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 35::007

Ficha Catalográfica elaborada por: Isabele Oliveira dos Santos Garcia CRB SP-010191/O

Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

Página para inclusão da ficha catalográfica

GUILHERME DE ALBUQUERQUE SANTOS

**O USO DA TECNOLOGIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLTADAS À PREVENÇÃO E AO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER**

Dissertação apresentada à Escola de Políticas
Públicas e Governo da Fundação Getulio Vargas
para a obtenção do título de mestre em Políticas
Públicas e Governo.

.

Data da defesa: 11/06/2021

Banca Examinadora

Benjamin Tabak
EPPG-DF

Liziane Meira
EPPG-DF

Tito Belchior Moreira
UCB-DF

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho inteiramente aos meus pais, Marcus Vinicius Oliveira dos Santos e Tania Maria de Albuquerque Santos, pelo apoio e amor incondicionais, e pela confiança irrestrita. Sem eles, cumprir esta missão não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, e ao meu orientador, Benjamin Tabak, pela fidalguia e primor na condução da pesquisa.

RESUMO

Os elevados números da violência contra a mulher no país reforçam a importância de se lançar mão de instrumentos mais efetivos de prevenção, proteção e repressão, reclamando políticas públicas mais assertivas. Nesse viés, a tecnologia se afigura instrumento poderoso de mudança social, de prestação de serviços remotos pelo Estado e de apoio na formulação de políticas públicas e na tomada de decisão, sobretudo para identificar eventual necessidade de mudança no curso das ações e projetos destinados à proteção da mulher. Diante disso, o estudo se propõe a verificar a importância do uso da tecnologia no mapeamento dos dados envolvendo a violência contra a mulher, de modo a servir de suporte para a parametrização de políticas públicas efetivas no combate e mitigação da sua ocorrência, bem assim de maneira a ofertar instrumentos remotos de auxílio às vítimas. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados, de maneira conjugada, os métodos dedutivo e indutivo, com análise da legislação incidente, dos instrumentos tecnológicos e ferramentas disponíveis, assim como dos dados envolvendo a violência desse jaez no Brasil e no mundo. Quanto aos métodos de procedimento, foram utilizados o hermenêutico, o histórico, o jurídico e o comparativo. Ao longo do estudo, verificou-se que as ferramentas tecnológicas analisadas contribuem sobremaneira no combate à violência contra a mulher, revelando-se fundamental para o Poder Público ao analisar os dados coletados de maneira mais estruturada, resultando em políticas mais ajustadas às necessidades, inclusive podendo levar em conta critérios regionais e locais e outras informações que possam vir a influenciar a eleição dos projetos e ações voltados às mulheres. A par disso, possui o condão de ofertar canais remotos de prestação de serviços públicos, como os da área de saúde e da segurança pública, deixando de exigir a presença física das vítimas, não raras vezes impossibilitadas de comparecer, sobretudo pela vigilância ostensiva dos agressores, situação vertiginosamente incrementada durante a pandemia do COVID-19. Restrições à situação fática marcante refletem igualmente na dificuldade em se encontrar dados compilados da violência contra a mulher no mundo. Após as análises, como contribuição, foram apresentadas sugestões para o Poder Público, consistentes em ferramentas e projetos que poderiam ser implementados e iniciativas já desenvolvidas, no âmbito público e privado, passíveis de aproveitamento.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Tecnologia. Inteligência Artificial. Mineração de Dados. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The frightening numbers of violence against women in the country reinforce the importance of using more effective instruments of prevention, protection and repression, demanding more assertive public policies. In this bias, technology appears to be a powerful instrument for social change, for the provision of remote services by the State and for support in the formulation of public policies and decision-making, especially to identify any need for change in the course of actions and projects aimed at protection of the woman. Therefore, the study aims to verify the importance of using technology in mapping data involving violence against women, in order to support the parameterization of effective public policies to combat and mitigate their occurrence, as well as in order to offer remote instruments of assistance to victims. For the development of the research, the deductive and inductive methods were used in conjunction, with analysis of the incident legislation, the technological instruments and tools available, as well as the data involving this violence in Brazil and in the world. As for the procedural methods, the hermeneutic, historical juridical and comparative methods were used. Throughout the study, it was found that the technological tools analyzed contribute greatly to the fight against violence against women, proving to be fundamental for the Public Power when analyzing the data collected in a more structured way, resulting in policies more adjusted to the needs, including taking into account regional and local criteria and other information that may influence the election of projects and actions aimed at women. In addition, it has the ability to offer remote channels for the provision of public services, such as those in the area of health and public security, failing to require the physical presence of the victims, who are often unable to attend, especially due to the overt surveillance of the aggressors. A situation that was dramatically increased during the COVID-19 pandemic. The most striking restrictions relate to the difficulty in finding compiled data on violence against women in the world. As a contribution, suggestions were made to the Public Power, consisting of tools and projects that could be implemented and initiatives already developed, in the public and private spheres, that can be used.

Keywords: Violence against women. Technology. Artificial intelligence. Data Mining. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Feminicídios 1º semestre 2019.....	54
Figura 2 – Feminicídios 2º semestre 2019.....	54
Figura 3 – Feminicídios 1º semestre 2012.....	55
Figura 4 – Feminicídios 2º semestre 2020.....	55

LIST DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes - BR	44
Gráfico 2 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes - AC.....	45
Gráfico 3 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – AM.....	45
Gráfico 4 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – AP	45
Gráfico 5 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – BA.....	45
Gráfico 6 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – CE	46
Gráfico 7 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – DF	46
Gráfico 8 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – ES.....	46
Gráfico 9 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – GO.....	46
Gráfico 10 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – SP.....	47
Gráfico 11 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – MA.....	47
Gráfico 12 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – MG.....	47
Gráfico 13 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – MS.....	47
Gráfico 14 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – MT	48
Gráfico 15 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PA	48
Gráfico 16 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PB.....	48
Gráfico 17 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PE.....	48
Gráfico 18 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PI.....	49
Gráfico 19 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PR.....	49
Gráfico 20 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RJ	49
Gráfico 21 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RN.....	49
Gráfico 22 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RO.....	50
Gráfico 23 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RR.....	50
Gráfico 24 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RS.....	50
Gráfico 25 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – SC.....	50
Gráfico 26 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – SE.....	51
Gráfico 27 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – TO	51
Gráfico 28 – Taxa de Homicídios de mulheres por 100 mil habitantes em 2017.	52
Gráfico 29 – Taxa de Estupro de mulheres por 100 mil habitantes – 1º semestre 2019	56
Gráfico 30 – Taxa de Estupro de mulheres por 100 mil habitantes – 1º semestre 2020	56
Gráfico 31 – Taxa de Homicídios de mulheres por 100 mil habitantes em 2017	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Violência contra a mulher nos Estados.....	43
Quadro 2 - média e o desvio padrão da taxa de homicídios de mulheres entre 2008 e 2018....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	16
1.1 DIGRESSÃO HISTÓRICO-CULTURAL	16
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO	28
1.3 DADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL	40
1.3.1 Fontes dos dados	41
1.3.2 Problemas com as análises	42
1.3.3 Análise dos dados a partir dos registros de ocorrência das polícias por estado	43
1.3.4 Análise dos dados a partir do sistema de saúde	44
1.3.5 Análise dos dados de feminicídio pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública	53
1.3.6 Análise dos dados de estupro pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública	56
1.4 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNDO	57
1.5 COVID-19, AS MULHERES E O INCREMENTO DA VIOLÊNCIA	60
2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	64
2.1 MANDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES	65
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES	76
2.3 COLMATAÇÃO DE LACUNAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES NO BRASIL	86
3 IMPORTÂNCIA DA ORQUESTRAÇÃO MEDIANTE O USO DA TECNOLOGIA NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO/ DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	94
3.1 PRINCIPAIS INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS QUE PODEM SERVIR DE SUPEDÂNEO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	94
3.1.1 Data Mining –Mineração de Dados	94
3.1.2 Business Intelligence	95
3.1.3 Inteligência Artificial - IA	96
3.2 INICIATIVAS MAPEADAS QUE FAZEM USO DA TECNOLOGIA PARA A PROTEÇÃO DA MULHER	98
3.3 APROVEITAMENTO DAS INICIATIVAS PELO PODER PÚBLICO	105
3.4 DEMANDAS E CRIAÇÃO DE NOVAS FERRAMENTAS	110
3.5 BENEFÍCIOS COLHIDOS COM O USO DA TECNOLOGIA NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	131

INTRODUÇÃO

Diuturnamente há o bombardeio, sobretudo nos meios midiáticos, de notícias envolvendo o incremento da violência perpetrada em face da mulher, problema que se insere no contexto das sociedades no mundo todo, em alguns países com mais expressividade. Lamentavelmente, o Brasil se encontra entre os países com maiores índices de violência do mundo, ocupando as primeiras posições.

Os dados são alarmantes e foram acentuados neste momento de dificuldade em que o mundo se encontra imerso: a pandemia provocada pela COVID-19, uma vez que as pessoas passaram a se isolar, como medida preventiva de contenção dos efeitos do coronavírus. O cenário é terreno fértil para as mais variadas formas de violência, sobretudo as perpetradas no ambiente familiar.

Não se pode asseverar com propriedade a causa desse incremento, mas há corrente no sentido de que o próprio contato diuturno aumenta a chance de conflitos. Ademais, somado a isso, em vários casos, houve a perda de empregos, o que, por si só, enseja aumento da tensão, podendo gerar violência mesmo em situações de relativa normalidade, além do incremento do abuso de bebidas alcoólicas.

Como se trata de realidade que não há previsão de diminuir, ao menos a curto prazo, urge lançar mão de todas as possibilidades tendentes a prevenir a violência e proteger suas vítimas, sobretudo enquanto perdurarem as medidas de confinamento.

De se lembrar que a violência contra a mulher se processa de diversas maneiras, não apenas fisicamente. A título elucidativo, podem-se citar a violência sexual, a violência moral, a violência patrimonial, a violência institucional e a violência digital.

Intuitivamente, quando se fala em violência contra a mulher, a primeira associação que se faz diz com a violência física, que é a mais visível socialmente, aquela que deixa, na maioria das vezes, as marcas da sua ocorrência, com a gravação da agressão no corpo, sem deixar de produzir, igualmente, cicatrizes emocionais.

Por sua vez, a violência sexual, uma mais rechaçadas, produz os danos mais extensos, razão pela qual é e deve ser combatida com muito vigor. Consiste naquela praticada mediante atos de natureza íntima obtidos sem o consentimento da vítima. Não há como negar que os danos envolvendo a sexualidade não se apagam facilmente, podendo importar em problemas emocionais pelo resto da vida.

A recorrência de violência desse jaez, tão repelida pela sociedade como um todo, justifica a importância da atuação preventiva, em especial com o monitoramento das regiões com maiores registros, o que pode ser auxiliado sobremaneira pela análise decorrente do mapeamento dos dados coletados a partir de ferramentas tecnológicas, importando em políticas públicas mais específicas, sobretudo quando identificadas essas zonas de calor, resultando em expressiva economia de recursos públicos e maior efetividade na prevenção da violência.

Um exemplo simples e extremamente efetivo se consubstancia na identificação, a partir da análise dos dados coletados, dessas zonas de calor, que são locais onde violência se processa com mais recorrência, com a disponibilização de policiamento na região, e, ainda, verificação das condições de acesso e iluminação pública. A implementação dessas ações preventivas apresenta custos inexpressivos, sobretudo os dois últimos, se comparados com os custos da violência, resultando em efetiva prevenção, sempre mais vantajosa que a repressão.

Por seu turno, a violência moral se processa de modo invisível, mas nem por isso causa danos de somenos importância. Ocorre a partir da prática dos crimes de calúnia, injúria e difamação.

No tocante à violência patrimonial, não é rara de ocorrer, sobretudo em um país em que é comum a ideia de que a mulher não tem condições de gerir patrimônio adequadamente. Assim, pode se processar de várias maneiras, a exemplo da administração integral do patrimônio pelo homem, da supressão total de dinheiro, deixando à vítima à mercê da própria sorte, da dilapidação patrimonial, dentre outras.

Por sua vez, a violência institucional não ocorre no espaço das relações pessoais e/ou familiares, mas no espaço público, justificando-se, ainda mais, uma profunda mudança paradigmática na prestação dos serviços públicos destinados a atender as mulheres, sobretudo quando se encontrem em situação de vulnerabilidade, a exemplo daquelas que estão buscando atendimento justamente porque foram vítimas de outras formas de violência, em especial a sexual, física e a moral, que exigem tratamento imediato e o mais amplo possível.

Por fim, a violência digital, extremamente atual, especialmente nos dias hodiernos, em que o celular e os computadores passaram a fazer parte diuturnamente da vida de grande parte das pessoas na sociedade contemporânea. Assim como as outras formas de violência, pode se dar de várias maneiras, a exemplo do compartilhamento de fotos íntimas, que gera efeitos incontrolláveis, uma vez que a extensão dos danos não pode ser definida, não se podendo precisar até onde as imagens chegarão, no mundo como um todo. Requer, além de

instrumentos repressivos, alterações legislativas, como vem ocorrendo, de modo a imprimir mais gravidade a fatos desse jaez.

Diante da diversidade de modos de perpetração da violência, medidas mais intensas precisam ser adotadas. Nesse viés, importa avaliar a extensão em que a tecnologia pode auxiliar no combate e, sobretudo, na prevenção das mais diversas formas de violência praticadas em face da mulher.

Urge sejam eleitas diretrizes voltadas para a proteção das mulheres em todos os aspectos, sejam físicos, psíquicos, morais, sexuais ou patrimoniais, de modo a evitar ou ao menos mitigar os danos decorrentes das práticas indiscriminadas que as lesionam. As políticas públicas devem ser definidas levando em conta a vulnerabilidade feminina em um país ainda essencialmente machista.

A tecnologia, neste contexto, possui o potencial de ofertar inúmeras possibilidades, desde a análise dos dados coletados nos registros das autoridades competentes, que podem ser transformados em diversos produtos, a exemplo de *dashboards*, produzidos com ferramentas de *Business Intelligence*, até a disponibilização de botões de acionamento das autoridades, os denominados “botões do pânico”. Isso sem contar nas infinitas possibilidades decorrentes das novidades atinentes à Inteligência Artificial, uma realidade inexorável e com grandes efeitos práticos.

Pode-se indicar como uma das vantagens claras do uso da tecnologia pelas mulheres vítimas de violência a possibilidade de buscarem ajuda de uma forma anônima, sem riscos de retaliação. O uso de *bots*, tecnologia de inteligência artificial extremamente acessível, serviria para esse papel, sem a necessidade do comparecimento presencial.

Intentos como esses devem ser estudados com mais vigor, para implementação mais ostensiva, inclusive contando com o apoio do próprio Poder Público, a despeito da existência de elogiáveis iniciativas de particulares e organizações da sociedade civil. Todos unidos em prol de melhorias importará em efetividade mais marcante.

Em razão das ideias acima expostas reside a importância em analisar mais detidamente as possibilidades do uso da tecnologia voltadas à identificação dos maiores problemas encontrados e da definição de políticas públicas mais específicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, com possível otimização da aplicação de recursos públicos, justificando a análise da temática com maior profundidade, o que reafirma o papel fundamental da academia nas mudanças sociais decorrentes dos efeitos concretos dos estudos e das pesquisas.

1 PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os números envolvendo a violência contra a mulher no Brasil e no mundo, mencionados açodadamente na introdução desta dissertação, fazem crescer a importância de se analisar, mais detidamente, a sua definição, seus limites e os momentos históricos mais marcantes, acompanhada do estudo dos dados empíricos da sua ocorrência, para, com isso, avaliar quais os melhores caminhos a se adotar, valendo-se, para tanto, de instrumentos mais efetivos de prevenção, proteção e repressão.

1.1 DIGRESSÃO HISTÓRICO-CULTURAL

A violência de gênero é registrada desde longínquos tempos, com marcas expressivas sobretudo em se tratando das sociedades patriarcais, que possuíam contornos mais machistas do que se percebe hodiernamente.

Eva Alterman Blay¹ lembra que:

Agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina são fatos que têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos. A magnitude da agressão, porém, varia. É mais frequente em países de uma prevalente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero.

Em reforço ao viés histórico da violência de gênero, merecem transcrição as lições de Luciana Maidashi Gebrim e Paulo César Corrêa Borges²:

A violência contra a mulher por razões de gêneros é histórica e tem um caráter estrutural, que se perpetua devido à sua posição de subordinação na ordem sociocultural patriarcal. Tal relação de poder, baseada em padrões de dominação, controle e opressão, leva à discriminação, ao individualismo, à exploração e à criação de estereótipos, os quais são transmitidos de uma geração para outra e reproduzidos tanto no âmbito público (governo, política, religião, escolas, meios de comunicação), como no âmbito privado (família, parentes, amigos). A partir de condições históricas, são naturalizadas formas de discriminação contra a mulher e geradas práticas sociais que permitem ataques contra a sua integridade, desenvolvimento, saúde, liberdade e vida.

Nesse passo, cumpre registrar as palavras de Camila Mizuno, Jaqueline Aparecida Fraid e Latif Antonia Cassab³:

¹ BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 87.

² GEBRIM, Luciana Maidashi; BORGES, Paulo César Corrêa. Violência de gênero: tipificar ou não o feminicídio/feminicídio? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 51, n. 202, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/320BHs4>. Acesso em: 17 fev. 2021. p. 1.

A violência à mulher atinge, indistintamente, todas as classes sociais, etnias e religiões e, a partir da década de 1970, no Brasil, ganha visibilidade com o trabalho do Movimento Feminista. Na década 1980, com engajamento e mobilização de um maior contingente de mulheres, o Movimento demonstra à sociedade que a violência contra a mulher não é algo natural, mas sim, uma construção histórica que pode ser desconstruída.

A questão cultural e a estrutural na qual as relações interpessoais se encontram inseridas possuem o condão de gerar distorções nas relações intersubjetivas, possuindo a violência contra a mulher causas como o patriarcalismo, o machismo, a coisificação da mulher, a ideologia da honra, de superioridade, de domínio e posse, de poder físico e econômico, de ciúmes, de controle, de submissão, entre outras. Somem-se a isso outras questões envolvendo o agressor, como as biológicas, químicas, psicológicas e, inclusive, o fato de também ter sido vítima de agressão na infância e/ou adolescência, o que pode levar à replicação da violência.

O sentimento de disparidade entre homem e mulher é histórico, o que enseja a sensação de que o ser inferior pode ser subjugado e, diante de qualquer sinal de resistência, a violência é a primeira resposta, notadamente quando a ação é vista com certa normalidade pelo grupo social em que se encontram inseridos.

Chrisa D. Pornari, Louise Dixon e Glyn W. Humphreys⁴ registram, como um dos resultados de pesquisa que realizaram, que: “[...] *for some male perpetrators, the belief that they are superior to their partner and should be in control may stem from patriarchal and stereotypical gender roles belief*”⁵.

No sentir de Marli Marlene Moraes da Costa e Quelen Brondani de Aquino⁶:

No contexto social, a mulher precisa constantemente enfrentar a sua posição de desigualdade em relação ao homem, tida como o “sexo frágil”, por longo tempo viveu sobre o domínio masculino, fazendo parte do senso comum a sua situação de inferioridade, o que acarreta uma série de discriminações para elas.

Quanto à coisificação ou reificação da mulher, concorrem com isso os espaços midiáticos, ao tratar a mulher como puro objeto de desejo, consoante se pode observar em

³ MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida; CASSAB, Latif Antonia. Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora? In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., Londrina, 2010. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3t6Uvlt>. Acesso em: 12 fev. 2021. p. 3.

⁴ PORNARI, Chrisa D.; DIXON, Louise; HUMPHREYS, Glyn W. Systematically identify implicit theories in male and female intimate partner violence perpetrators. **Aggression and Violent Behavior**, v. 18, n. 5, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3wObdIw>. Acesso em: 20 dez. 2020. p. 503.

⁵ Para alguns perpetradores do sexo masculino, a crença de que eles são superiores ao seu parceiro e deveriam estar no controle pode resultar da crença patriarcal e estereotipada de papéis de gênero (tradução livre).

⁶ COSTA, Marli Marlene Moraes da; AQUINO, Quelen Brondani de. A violência contra a mulher: breve abordagem sobre a Lei Maria da Penha. **Revista do Curso de Direito da FSG**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3t13zZ4>. Acesso em: 14 mar. 2021. p. 130.

inúmeros programas televisivos, a exemplo da “Banheira do Gugu” e dos comerciais de cerveja, de chuveiros, de shampoo, de hidratante, etc.

Nesse viés, tratando das denominadas mulheres fruta, a exemplo da “Mulher melancia” e da “Mulher maçã”, Djamila Ribeiro⁷, calcada nas valiosas lições de Simone de Beauvoir, destaca que:

[...] Nós sabemos que a liberdade existencialista implica que as vítimas sejam responsáveis por sua própria escravidão, mas também sabemos que, para as mulheres, o mundo não é apresentado como o é para os homens. E os homens negam a transcendência das mulheres, transformando-as em coisa. Afinal, a opressão muda apenas de forma e seus mecanismos foram modernizados. Estes nada mais são que opressões antigas ora disfarçadas. É por isso que a obra de Simone de Beauvoir é ainda hoje tão relevante e nos permite também explicar esse fenômeno da mídia brasileira, em seu processo de reificação das mulheres e a exploração contínua do corpo feminino pelo câften de mídia, além da complexidade inerente a esse processo dialético entre liberdade e transcendência, situação e cultura.

Ainda que aparentemente isso não tenha a ver propriamente com atos de violência, a reificação das mulheres, em razão da posse, já que são vistas como objeto, pode importar em agressão daquele que não consegue o que pretende, já que acaba querendo exercer seu poder a qualquer custo. Disso pode decorrer as mais variadas formas de violência, sobretudo a sexual.

Outro fator que merece análise mais acurada diz respeito ao uso de substâncias pelos agressores. A esse respeito, cumpre destacar que o álcool é, não só literalmente, um dos combustíveis no cenário da violência. O incremento do uso de álcool pode guardar relação com o aumento da violência.

Para Amália Einhardt e Simone Sobral Sampaio⁸:

O álcool é uma droga lícita de fácil acesso e propaganda cultural e midiaticamente. No sexo masculino, percebe-se que tal influência é exercida com maior frequência. Apesar de o número de mulheres alcoolistas estar crescendo, é reconhecido que culturalmente nesta sociedade baseada no patriarcalismo, homens são influenciados a começarem a beber mais cedo, e são “bem vistos/admirados” por terem a capacidade de ingerirem grandes quantidades de álcool. Inclusive é visível, em comerciais de famosas marcas de cervejas brasileiras veiculados na televisão, o uso da ideia de sensualidade do corpo feminino para chamar a atenção de homens heteronormativos.

Em pesquisas analisadas por Brian M. Quigley e Kenneth E. Leonard⁹, verificou-se que:

⁷ RIBEIRO, Djamila. Beauvoir explica: o fenômeno da reificação das mulheres na mídia brasileira. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 489-492, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2OFfuwQ>. Acesso em: 11 fev. 2021. p. 491.

⁸ EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OwdW8a>. Acesso em: 20 out. 2020. p. 362.

⁹ QUIGLEY, Brian M.; LEONARD, Kenneth E. Alcohol expectancies and intoxicated aggression. **Aggression and Violent Behavior**, v. 11, n. 5, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2PXcMDk>. Acesso em: 23 dez. 2020. p. 488.

The deviance-disavowal perspective has often been advanced to account for the relationship frequently demonstrated between alcohol use and the occurrence of intimate partner violence (IPV). According to a deviance-disavowal perspective, alcohol consumption provides implicit permission for a husband to be aggressive toward his partner¹⁰.

Neste passo, percebe-se o duplo problema do uso do álcool. O primeiro diz com o incremento da violência pelo simples uso; o segundo, à legitimação de condutas violentas pelo uso do álcool, como se fosse um salvo conduto para a agressão, reforçando padrões culturais machistas sedimentados na sociedade.

Em sentido um pouco diverso, mas ainda apontando a interação entre álcool e violência por parceiros íntimos, os estudos de Kahni Clements e Julie A. Schumacher¹¹:

Taken together, these studies demonstrate that alcohol alone is insufficient to potentiate partner violence but alcohol increases the risk of violence for some people with aggressive predispositions. Men who are already at a heightened risk for violence when sober, such as men who are prone to difficulties controlling their anger or sensitivity to jealousy, alcohol has little room to effect the likelihood of relatively lower levels of aggression, but may significantly increase the risk of more severe violence¹².

Portanto, os estudos indicam que, para o parceiro não violento, isoladamente o álcool não traz efeito para a prática de violência. Contudo, para o mais agressivo, pode importar inclusive em níveis mais elevados de violência. De um modo ou outro, indicam que o álcool possui o condão de piorar o cenário da violência contra a mulher.

Outro problema cultural consiste na ideia da posse da mulher, ainda arraigada no seio social, fruto de uma sociedade patriarcal e machista, legitimando, inclusive, a violência. Ao tratar da questão do adultério vivido pelo homem e a questão da honra, Lourdes Maria Bandeira e Maria José Magalhães¹³ assim se manifestam:

¹⁰ A perspectiva de rejeição de desvio tem sido frequentemente apresentada para explicar a relação frequentemente demonstrada entre o uso de álcool e a ocorrência de violência por parceiro íntimo (VPI). De acordo com uma perspectiva da rejeição de desvios, o consumo de álcool fornece permissão implícita para que um marido seja agressivo com sua parceira (tradução livre).

¹¹ CLEMENTS, Kahni; SCHUMACHER, Julie A. Perceptual biases in social cognition as potential moderators of the relationship between alcohol and intimate partner violence: A review. **Aggression and Violent Behavior**, v. 15, n. 5, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3dSYDiq>. Acesso em: 11 jun. 2020. p. 365.

¹² Tomados em conjunto, esses estudos demonstram que o álcool por si só é insuficiente para potencializar a violência praticada pelo parceiro, mas o álcool aumenta o risco de violência para algumas pessoas com predisposições agressivas. Homens que já correm um risco elevado de violência quando sóbrios, como homens que tendem a ter dificuldade em controlar sua raiva ou sensibilidade ao ciúme, o álcool tem pouco espaço para afetar a probabilidade de níveis relativamente mais baixos de agressão, mas pode aumentar significativamente o risco de violência mais severa (tradução livre).

¹³ BANDEIRA, Lourdes Maria; MAGALHÃES, Maria José. A transversalidade dos crimes de feminicídio/femicídio no Brasil e em Portugal. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, v. 1, n. 1, 2019, p. 29-56. p. 16.

Vale destacar ainda que a situação de viver o adultério pelo homem é significada para além da situação de abandono ou de ruptura. Trata-se, pois, de viver a situação da desonra de sua masculinidade frente aos seus “iguais” masculinos. Nessa ótica, há um ordenamento moral que está posto, no sentido de que a superioridade masculina deve permanecer como fato preponderante, embora possa haver outras causas mais ou menos explícitas presentes na fraternidade masculina (Blay, 2014). Assim, o crime passional resulta da ação daquele que subjuga a vítima, ora em decorrência do fim do relacionamento sexual ou amoroso, ora pela perda de seu poder de controle (sexualidade) sobre a mulher. No geral, prevalece ainda o fato de que se o homem sustenta a mulher/família, esta lhe pertence, na mesma proporção de qualquer outro bem, como o automóvel, por exemplo. Portanto, sendo “sua” propriedade, considera-se no direito de controlar e até de matá-la quando se vê contrariado, traído ou abandonado.

A ideia de domínio é culturalmente marcante, típica do patriarcalismo. É inegável que há permissão social para a violência, vez que apenas o excesso é punido; se não deixar marcas periciáveis ou, não deixando marcas, não existirem testemunhas aceitáveis, é aceita pela sociedade e pelo Estado. Heleieth I. B. Saffioti¹⁴, ao tratar do tema, assim o ilustra:

Tome-se o exemplo da lesão corporal dolosa (LCD). Seu autor está sujeito a punição desde que a violência perpetrada deixe marcas no corpo da vítima. Quando isto não ocorre, há necessidade de prova testemunhal. Ora, raramente se dispõe deste tipo de prova. A violência doméstica e a intrafamiliar podem ser praticadas diante de parentes, especialmente filhos menores. Porém, estas testemunhas são invalidadas pelo laço do parentesco. Assim, a LCD leve nunca serve de base para a punição do seu autor. Como muitos homens sabem disso, procuram espancar as mulheres na cabeça, local em que eventuais marcas são disfarçadas pelos cabelos. E LCD é o crime mais frequente cometido contra mulheres. Em seguida, vem o crime de ameaça, também de difícil comprovação. No Brasil, até mesmo a LCD grave nem sempre é suficiente para a condenação.

São, portanto, vários os desafios culturais indicados como barreiras enfrentadas pelas mulheres e por aqueles que estão dispostos a lutar contra a violência, incrementados pela cultura machista e patriarcal, notadamente em razão da permissividade de determinadas condutas, aceitas pela sociedade, ainda que isso varie, em menor ou maior medida, a depender do local em que as mulheres se encontrem insertas e dos traços culturais nele vigente.

De outra banda, cumpre consignar o posicionamento de Donald G. Dutton e Kenneth Corvo¹⁵, com visão um pouco diversa, especialmente no sentido de que o patriarcalismo não é o principal responsável pela violência contra a mulher, embora reconheçam seu papel no enquadramento como uma questão de saúde pública, carecedora de atuação estatal. Para tanto, propõem mudanças na atuação do Estado, com tratamento dos agressores e vítimas por profissionais especializados:

¹⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2OwfwH8>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 121.

Is time to relinquish this hegemony of policy and allow the treatment of abusive men, women and families by professionals who can make clear judgments about appropriate treatment (e.g., couples therapy, family therapy, and group therapy for one or both of the couple's members) and end the current dysfunction in criminal justice process. Treatment modalities exist that show great promise but are not tried for political reasons. Psychologists, social workers, and other helping professionals have not only a broader array of research-based behavioral change technologies available to them, but also a commitment to rigorous codes of ethics. These codes of ethics may vary in the details, but all leave no doubt as to the primacy of human dignity, growth, and safety. [...]

Those with continued allegiance to the patriarchal view should stand back and ask themselves if their primary motivation is to advance the safety of women and families or to preserve a self-interested political stance. The patriarchal view played an important role in addressing domestic violence. If not for the early groundbreaking work of victims' rights advocates and feminist activists, it is not likely that domestic violence would be so recognized as an important social welfare and public health issue. In the evolution of public policy responses to social problems, the path often followed is an initial politicizing of the issue, followed by programs, followed by evaluations research, followed by a more detailed specification of an etiology, risk, and program response. This process has been impeded by the ideological strictures inherent in the patriarchal view. The Science has moved well beyond the policy. It is time for the policy to change¹⁵.

Em sentido bastante semelhante, a preocupação de Bárbara Musumeci Soares¹⁷:

Ainda que a relação entre patriarcalismo e violência doméstica não seja direta e mecânica, ela existe e representa um elemento fundamental em muitos casos, além de se prestar, como discurso justificador, para várias situações, com múltiplos determinantes. A questão, vale insistir, é que, além de não cobrir a totalidade das experiências reais, a ideia de que o motor da violência está na dominação de gênero (contida na própria expressão “violência contra a mulher”) reduz um problema por natureza complexo e dinâmico a um fenômeno estático e de causalidade única.

¹⁵ DUTTON, Donald G.; CORVO, Kenneth. Transforming a flawed policy: A call to revive psychology and Science in domestic violence research and practice. **Aggression and Violent Behavior**, v. 11, n. 5, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3d98K3Q>. Acesso em: 21 mar. 2021. p. 478.

¹⁶ É hora de abandonar essa hegemonia da política e permitir o tratamento de homens, mulheres e famílias abusivos por profissionais que podem fazer julgamentos claros sobre o tratamento apropriado (por exemplo, terapia de casal, terapia familiar e terapia de grupo para um ou ambos os membros do casal) e acabar com a disfunção atual no processo de justiça criminal. Existem modalidades de tratamento que são muito promissoras, mas não são tentadas por razões políticas. Psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais de ajuda têm não apenas uma gama mais ampla de tecnologias de mudança comportamental baseadas em pesquisas à sua disposição, mas também um compromisso com códigos de ética rigorosos. Esses códigos de ética podem variar nos detalhes, mas todos não deixam dúvidas quanto à primazia da dignidade humana, do crescimento e da segurança. [...] Aqueles com lealdade contínua à visão patriarcal devem recuar e se perguntar se sua motivação principal é promover a segurança das mulheres e famílias ou preservar uma postura política de interesse próprio. A visão patriarcal desempenhou um papel importante na abordagem da violência doméstica. Se não fosse pelo trabalho pioneiro de defensores dos direitos das vítimas e ativistas feministas, não é provável que a violência doméstica fosse tão reconhecida como uma importante questão de bem-estar social e saúde pública. Na evolução das respostas das políticas públicas aos problemas sociais, o caminho frequentemente seguido é uma politização inicial da questão, seguida por programas, seguida por uma pesquisa de avaliações, seguida por uma especificação mais detalhada de uma etiologia, risco e resposta do programa. Esse processo foi impedido pelas restrições ideológicas inerentes à visão patriarcal. A Ciência foi muito além da política. É hora de a política mudar (tradução livre).

¹⁷ SOARES, Barbara Musumeci. A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3muQcy1>. Acesso em: 13 fev. 2021. p. 196.

Bárbara Musumeci Soares¹⁸ traz ainda uma perspectiva interessante acerca das modificações culturais que motivam a violência, como se traduzidas em fundamentos, por que não dizer, até antagônicos:

[...] sinal de que não só as relações sociais se transformam como a própria natureza da violência já não é a mesma do passado. Se ontem as agressões domésticas podiam ser vistas como a expressão do poder patriarcal, hoje elas representariam justamente o esforço, muitas vezes vão, para restaurar esse poder perdido. Se antes consolidavam a ordem sexual fortemente hierarquizada, agora, ao encarnarem a resistência às mudanças, seriam, então, o simétrico inverso das primeiras: um sinal de fraqueza frente ao desejo não mais realizável da dominação. Assim, mesmo que nos limitemos a associar a violência doméstica à dominação de gênero, é preciso ter em mente as variações de sinal que essa associação comporta e os significados das mudanças que essas variações implicam.

Em que pesem os posicionamentos acima, as consequências nefastas do patriarcalismo e seus conseqüências são inegáveis. A partir da visão machista, não é raro, inclusive, uma inversão de valores no que atine ao olhar dos agressores. Em pesquisa analisada por Amália Enhardt e Simone Sobral Sampaio, verificou-se que, dentre as principais justificativas para a prática de atos de agressão, destacam-se: a responsabilização da vítima pelo revide, a exemplo de anterior provocação da vítima; a responsabilização de terceiros pelos fatos; a impulsividade; os ciúmes, que remete à ideia de posse da mulher; o uso de álcool e drogas; a desconsideração do ponto de vista do agressor e, o que mais causa espécie, a sua própria vitimização¹⁹.

No sentir das autoras, “os discursos revelam a todo momento uma tentativa de responsabilizar a mulher por atos violentos que foram sofridos por elas mesmas. Esses homens não trazem reconhecimentos em si como sujeitos responsáveis pelo ato, colocando a culpa no outro”²⁰. Uma das respostas de um agressor, que choca pelo seu conteúdo, transfere a responsabilidade para a mulher, ainda que diga o contrário em seu discurso, bastante contraditório: “[...] então ela achava que quando eu bebia eu me excedia demais, mas ela não percebia que era ela que fazia a gente se exceder, não vou dizer assim que eu to colocando a culpa

¹⁸ SOARES, Barbara Musumeci. A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3muQcy1>. Acesso em: 13 fev. 2021. p. 197.

¹⁹ EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OwdW8a>. Acesso em: 20 out. 2020. p. 361.

²⁰ EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OwdW8a>. Acesso em: 20 out. 2020. p. 369.

nela né, não tô botando a culpa nela, tá, porque quando ela me conheceu, ela me conheceu daquele jeito”²¹.

De toda sorte, verifica-se que as razões do comportamento agressivo são inúmeras. Neste sentido, válidas as informações de Bradley Norlander e Christopher Eckhardt “[...] *intimate partner violence is a complex set of behaviors that is multidetermined and resistant to unvaried predictions such as the anger-leads-to-aggression hypothesis*”²².

No mesmo norte as lições de Bárbara Musumeci Soares²³, para quem:

Por ser da ordem do humano, inscrita forçosamente em biografias singulares e fruto de uma conjunção dinâmica de fatores individuais e coletivos que lhe conferem significados particulares, a análise das situações reais de violência conjugal não resiste a um olhar simplificador. Seja o da atribuição unilateral de causalidades exclusivas – como a dominação ou o desejo masculinos de exercê-la sobre as mulheres –, seja o das identidades monolíticas que reduzem os indivíduos a apenas uma de suas dimensões, tornando-os, dessa forma, prisioneiros do lugar e, por conseguinte, do script que lhes foi designado.

O fato é que o ser humano é deveras complexo, razão pela qual, de fato, reducionismos não correspondem à integralidade do seu atuar. Sendo as razões para a prática da violência complexas e de diversas ordens, não se pode imaginar sejam menos complexas as soluções para o problema da violência contra a mulher. Contudo, essa complexidade não pode servir de mote para o esmorecimento de todos os atores envolvidos na sua prevenção e combate, pelo contrário, deve ser o estímulo para estudos mais aprofundados, realizados por equipes multidisciplinares, com análise holística da problemática.

Não se pode olvidar que muitas foram as barreiras enfrentadas pelos movimentos, em especial o feminista, no combate a todas as formas de violência. Um dos aspectos que dificultou bastante o rompimento da situação de vulnerabilidade feminina foi o padrão cultural, sedimentado nos seios sociais de vários pontos do mundo, de não intervenção nos atos de violência contra a mulher, sobretudo nos limites do lar, bem assim de normalização de condutas desse jaez, legitimando socialmente, deste modo, o atuar do agressor.

²¹ EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OwdW8a>. Acesso em: 20 out. 2020. p. 362.

²² A violência do parceiro íntimo é um conjunto complexo de comportamentos que são multideterminados e resistentes a predições invariáveis, como a hipótese de que a raiva leva à agressão (tradução livre). NORLANDER, Bradley; ECKHARDT, Christopher. Anger, hostility, and male perpetrator of intimate partner violence: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, v. 25, n. 2, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3wHoKln>. Acesso em: 21 mar. 2021.

²³ SOARES, Barbara Musumeci. A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3muQcy1>. Acesso em: 13 fev. 2021. p. 191-192.

Neste sentido, vale trazer à colação as palavras de Amália Enhardt e Simone Sobral Sampaio²⁴:

Por anos considerou-se que a violência doméstica fosse algo a se resolver entre quatro paredes, como revela a expressão cultural “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, porém, após muita luta e resistência do movimento feminista, a violência doméstica começou a deixar de ser um assunto privado, tornando-se público e, principalmente, uma questão política marcada por assimétricas relações de poder.

Além do movimento feminista, outros grupos sociais tiveram importante papel nesta luta. Eva Alterman Blay²⁵ informa que:

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar e intelectuais foram se somando a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores. Certamente, unia-as uma visão democrática e igualitária dos direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas. Formou-se um vasto movimento unido de mulheres, se considerarmos que o inimigo era comum. (É claro que, em contrapartida, o movimento feminino conservador, ligado especialmente à igreja católica e ao movimento militar, também se organizou). Ao movimento feminista se aglutinou uma série de grupos que atuaram cotidianamente a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. A formação de entidades voltadas a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica não tardou a se formar. Por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infindáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas. Diferentemente das décadas de 1910 e 1920, agora as denúncias destes crimes escondidos na e pela família tornaram-se públicos. Recebidos inicialmente com descrédito e sarcasmo pela mídia em geral, aos poucos foram reconhecidos [...].

Essa mudança de paradigmas culturais, resultado da luta dos grupos sociais que se organizaram em diversos países, levou o mundo a se mobilizar, ainda que inicialmente a passos lentos, pelo reconhecimento da isonomia entre homens e mulheres, bem assim por efetividade no que diz com a prevenção e combate à violência contra a mulher, trazendo como um dos efeitos benéficos a presença do Estado na prevenção e combate da violência contra a mulher.

Neste ponto, merece transcrição o art. da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres²⁶, da Organização das Nações Unidas – ONU:

Artigo 4.º Os Estados devem condenar a violência contra as mulheres e não devem invocar quaisquer costumes, tradições ou considerações religiosas para se furtar às suas obrigações quanto à eliminação da mesma. Os Estados devem prosseguir, através de todos os meios adequados e sem demora, uma política tendente à eliminação da violência contra as mulheres[...].

²⁴ EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OwdW8a>. Acesso em: 20 out. 2020. p. 360.

²⁵ BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 91.

²⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher.

A par de determinar que os Estados devem lançar mão de meios apropriados e sem morosidade para eliminar a violência contra a mulher, a Declaração em comento deixa claro que as crenças culturais, religiosas e de tradição **não podem servir de substrato para a perpetuação da violência** contra a mulher. Exemplo terrível de realidade que viola a Declaração se consubstancia na mutilação genital, comum especialmente em países da África e Ásia, que deve ser frontalmente combatida e eliminada.

Inegavelmente, os organismos internacionais ofertaram suporte inestimável ao longo do tempo, traduzindo-se em uma luta universal, com a preocupação de que os Estados ofertem tutela mais ostensiva às mulheres, sobretudo àquelas vítimas de violência, adquirindo resultados mais concretos.

Isso não significa que a luta ainda não seja árdua, muito ao contrário. Romper barreiras paradigmáticas e culturais envolve esforço hercúleo e constante, uma vez que a sociedade de grande parte dos países ainda possui traços machistas bastante marcantes.

No que atine aos marcos históricos de combate à violência contra a mulher, convém trazer à colação as lições de Manuela Abath Valença e Marília Montenegro Pessoa de Mello²⁷:

Podemos, assim, falar em três fases na abordagem do sistema penal para os casos de violência doméstica contra a mulher. A primeira foi a criação da delegacia da mulher, na década de 80, principalmente em algumas capitais, para tentar minorar a revitimização da mulher quando ela procurava o Estado para ajudar a dirimir o conflito doméstico. A segunda foi a criação dos Juizados Especiais Criminais, em 1995, que tentou retirar das delegacias os números represados de violência doméstica e de outros crimes considerados de menor potencial ofensivo, levando as ocorrências de forma mais rápida e informal, aos juizados, porém apresentou, tanto no momento da conciliação como no da transação penal, diversas formas de revitimização e banalização dessa forma de conflito. Por fim, a terceira fase, com a criação das Varas de Violência Doméstica contra a Mulher, em 2006, que apresentou um tratamento penal mais rigoroso e específico para a violência doméstica contra a mulher.

Para além dos marcos evolutivos registrados em razão da atuação do Executivo e do Legislativo, o Judiciário desempenha igualmente papel fundamental na tutela das mulheres, sobretudo no rompimento de traços culturais predominantes. Nesse sentido, em franco combate à distorcida ideia de legítima defesa da honra, a recente decisão proferida no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Trata-se de decisão liminar, de lavra do Min. Dias Toffoli, na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 779, interposta pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, referendada pelo Plenário. Merecem registro alguns recortes da decisão²⁸:

²⁷ VALENÇA, Manuela Abath; MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. “Pancada de amor não dói”: a audiência de custódia e a visibilidade invertida da vítima nos casos de violência doméstica. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3cZVVbW>. Acesso em: 1 set. 2020. p. 1250.

²⁸ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 779, p. 17-23.

Por todo o exposto, concluo que o recurso à tese da “legítima defesa da honra” é prática que não se sustenta à luz da Constituição de 1988, por ofensiva à dignidade da pessoa humana, à vedação da discriminação e aos direitos à igualdade e à vida, não devendo ser veiculada no curso do processo penal nas fases pré-processual e processual, inclusive quando praticado no tribunal do júri.

[...]

Não obstante, para além de um argumento atécnico e extrajurídico, “a legítima defesa da honra” é estratégia cruel, subversivo da dignidade da pessoa humana e dos direitos à igualdade e à vida e totalmente discriminatória contra a mulher, por contribuir com a perpetração da violência doméstica e do feminicídio no país.

[...]

Pelo exposto, concedo parcialmente a medida cautelar pleiteada, ad referendum do Plenário, para:

- (i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF);
- (ii) conferir interpretação conforme à Constituição aos arts. 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra no âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência,
- (iii) obstar à defesa que sustente, direta ou indiretamente, a legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como no julgamento perante o Tribunal do Júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento.

Neste momento, convém lembrar de um dos emblemáticos casos de utilização da tese de legítima defesa da honra, que ocorreu no julgamento do assassinato de Angela Diniz por Doca Street, com quem manteve conturbada convivência por poucos meses.

Conhecer um pouco sobre o caso e seus meandros, sobretudo ter contato com a visão dos formadores de opinião à época, demonstra a sedimentação da tese no seio social. Eva Alterman Blay²⁹ cita trecho de uma das matérias publicadas à época, de lavra do jornalista Carlos Heitor Cony, publicada na revista Fatos e Fotos – Gente, contendo a sensação expressada pelo jornalista ao se deparar com o corpo da vítima:

Eu vi o corpo da moça estendido no mármore da delegacia de Cabo Frio. Parecia ao mesmo tempo uma criança e boneca enorme quebrada... Mas desde o momento em que vi o seu cadáver tive imensa pena, não dela, boneca quebrada, mas de seu assassino, que aquele instante eu não sabia quem era.

A manifestação do jornalista, formador de opinião pública, em um passado não tão distante, só confirma o olhar que era dado a fatos desse jaez. Isso não quer dizer que ainda não ocorra hodiernamente, sobretudo em se tratando de veículos midiáticos sensacionalistas.

Sobre a repercussão do caso, a autora³⁰ dá conta ainda de que:

²⁹ BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 89.

³⁰ BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 88.

Um forte movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos voltou a ocorrer na década de 1970, tendo seu auge após 1976, quando Angela Diniz foi morta por Doca Street, de quem ela desejava se separar.

A morte de Angela e a libertação de seu assassino levantaram um forte clamor das mulheres que se organizaram em torno do tema: “quem ama não mata”. Pela segunda vez na história brasileira, repudiava-se publicamente que o amor justificasse o crime.

Dessa feita, a mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal se consubstancia em um passo importante no sentido de se infirmar algo que esteve arraigado por séculos. A esse respeito, Eva Alterman Blay³¹ informa que:

No Brasil, sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. Koerner mostra que a relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério – o que pelo livro V das *Ordenações Filipinas* permitia que o marido matasse a ambos. O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério. Posteriormente, o Código Civil (1916) alterou estas disposições considerando o adultério de ambos razão para desquite.

Vale observar que as Ordenações Filipinas vigoraram no Brasil, em matéria penal, até 1830, com a entrada em vigor do Código Criminal e, na cível, até 1916, sendo substituído pelo então Código Civil. Ainda assim, até agora, persistem aqueles que invocavam a defesa da tese da legítima defesa da honra. Portanto, o Supremo Federal finalmente colocou pá de cal sobre um argumento insustentável no atual evoluir social.

Em complemento, quanto ao elemento culpa, cumpre consignar que o Código Civil atual, sobretudo após a Emenda Constitucional 66/2010, sequer leva o elemento culpa em consideração no momento da ruptura da relação conjugal, não produzindo efeitos sequer na fixação da guarda dos filhos, que deve ser concedida de conformidade com o princípio constitucional de melhor interesse da criança e do adolescente, cabendo menos ainda para justificar a prática de violência contra a mulher “culpada”.

Somadas às modificações socioculturais, alterações concretas do papel da mulher, em especial as que ofertaram independência e empoderamento, contribuíram na evolução da tutela da mulher. Eva Alternan Blay³² leciona que:

Desde a metade do século XIX até depois da Primeira Guerra Mundial, o panorama econômico e cultural do Brasil mudou profundamente. A industrialização e a urbanização alteraram a vida cotidiana, particularmente das mulheres, que passaram a, cada vez mais, ocupar o espaço das ruas, a trabalhar fora de casa, a estudar, etc.

³¹ BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 87.

³² BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 87.

Por derradeiro, ilustrando o longo caminho percorrido pelas mulheres, a partir da utilização da lenda grega de Aracnaé, tecelã que, tendo entrado em confronto com a Deusa Atenas, foi castigada e transformada em uma aranha, traduzindo-se em uma heroína que se dispõe em enfrentar o poder, Graziela Cucchiarelli Werba e Sabrina Gonçalves Rubert³³ demonstram a importância, para a luta travada pelas mulheres, da resistência feminina na tecelagem dos fios sociais:

[...] as mulheres, após serem submetidas a séculos de humilhações, conseguem se fortalecer e começar a fazer movimentos sociais para defender seus direitos e lutar por igualdade nas relações. Quando ousam denunciar a violência, expõem um tema conhecido por todos, mas ainda com pouquíssima visibilidade. As hierarquias de gênero foram e ainda são culturalmente construídas de modo que as vítimas, de fato, acreditam que merecem ser agredidas e que, ao sofrerem violências, talvez a tenham merecido. Permanece então a ideia de importância e a consequente impunidade.

[...]

A arquitetura de uma teia de aranha é perfeita, pois segura a presa com muita eficiência, de outro lado, um simples sopro é capaz de destruí-la. O jogo dessas forças ambivalentes simula o enfrentamento secular que as mulheres vêm fazendo, construindo políticas públicas de um lado e, de outro, vendo a resistência do patriarcado sendo reproduzida na violência contra as mulheres, muitas vezes perpetuada pelas deusas Atenas de plantão, identificadas por este lugar de não mudança.

Verifica-se, portanto, que passos marcantes foram e vêm sendo dados no sentido de alcançar melhorias na tutela dispensada à mulher vítima de violência, porém muito ainda precisa ser feito, exigindo que as mulheres teçam teias e não cedam à pressão e a argumentos vazios, exigindo a formulação de políticas públicas mais inclusivas e, sobretudo, preventivas.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

A perpetração da violência em face das mulheres pode se processar das mais diversas formas, algumas já expressamente definidas em instrumentos normativos, em especial na Lei Maria da Penha³⁴, outras reconhecidas inicialmente pela doutrina e, aos poucos, pela Jurisprudência, com a consequente incorporação subsequente pelo ordenamento pátrio, que deve acompanhar os fatos sociais.

Entretanto, antes de se adentrar nas modalidades, convém traçar algumas linhas a respeito de uma possibilidade a partir de onde a violência pode ter seu nascedouro, os

³³ WERBA, Graziela Cucchiarelli; RUBERT, Sabrina Gonçalves. A teia de Aracné: o empoderamento na tessitura de políticas públicas voltadas às mulheres. **Conhecimento & Diversidade**, v. 12, n. 26, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t4RoKL>. Acesso em: 3 mar. 2021. p. 110.

³⁴ BRASIL. Lei nº 11.340, de 7º de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, [...] e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

denominados abusos praticados no bojo dos relacionamentos. Vale dizer, o relacionamento abusivo, em que pese não se enquadrar propriamente em uma das formas de violência contra a mulher, traz ínsita a ideia da sua perpetração e pode ser o princípio até se incorrer nas mais diversas modalidades de violência.

As mulheres que se encontram imersas em relacionamentos abusivos raramente se dão conta da situação, ao menos no início do relacionamento, e, pela visão do amor romântico calcado no sentimento de posse masculino, acham que tudo é até bonito, como se fossem provas de amor. Talvez apenas com o tempo se apercebam da cilada, não raras vezes, tarde demais, quando muito provavelmente a violência propriamente dita já começou a se concretizar.

Em matéria da Carta Capital³⁵, de 2018, constata-se com bastante clareza a configuração do relacionamento abusivo:

O relacionamento abusivo se institui em uma relação por meio de pequenas imposições no dia a dia, como o que vestir, com quem se relacionar, através de agressões verbais, físicas, psicológicas, sexuais, até mesmo abusos financeiros, ao controlar o dinheiro do outro. O intuito é ter o controle sobre o outro, demonstrando atitudes extremamente ciumentas, e culpabilizando o outro por todas as ações.

Percebe-se, contudo, que, na caracterização acima, mais que um relacionamento apenas abusivo, já se está diante de prática de violência, uma vez que retrata agressões físicas, verbais, sexuais, financeiras. Dessa feita, a ilustração traz um estágio mais avançado do que o mero relacionamento abusivo, merecendo registro, a fim de que a violência não venha a ser, eventualmente, até mesmo descaracterizada.

Consignada essa porta de entrada e terreno fértil para a prática de agressões em face da mulher, o relacionamento abusivo, faz-se mister analisar a extensão do conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher, insculpido no art. 5º da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006³⁶, que ganhou essa denominação em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de duas tentativas de assassinato pelo então marido, tendo ficado paraplégica desde a primeira, ocasião em que passou a lutar e se tornou símbolo do combate à violência contra a mulher. Preceitua o aludido dispositivo:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

³⁵ CARTA CAPITAL. Como começa um relacionamento abusivo.

³⁶ BRASIL. Lei nº 11.340, de 7º de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, [...] e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília/DF.

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Verifica-se, pois, que a lei em tela apresentou conceito ampliado do que deve ser considerado como violência doméstica e familiar contra a mulher, deixando claro que o objeto jurídico da norma é a proteção da integralidade do ser mulher, tutelando, assim, seu direito à vida e à incolumidade física, psíquica, moral, sexual e patrimonial. Ademais, delimita os espaços em que, perpetrados, consideram-se violência doméstica.

Antes de seguir, outro ponto que merece menção conceitual, pela atualidade do seu uso, consiste na terminologia “gênero”, amplamente veiculada nos escritos acadêmicos. Para tanto, serão utilizadas as lições de Joan Scott³⁷, para quem:

In its simplest recent usage, "gender" is a synonym for "women." Any number of books and articles whose subject is women's history have, in the past few years, substituted "gender" for "women" in their titles. In some cases, this usage, though vaguely referring to certain analytic concepts, is actually about the political acceptability of the field. In these instances, the use of "gender" is meant to denote the scholarly seriousness of a work, for "gender" has a more neutral and objective sound than does "women." "Gender" seems to fit within the scientific terminology of social science and thus dissociates itself from the (supposedly strident) politics of feminism. In this usage, "gender" does not carry with it a necessary statement about inequality or power nor does it name the aggrieved (and hitherto invisible) party. Whereas the term "women's history" proclaims its politics by asserting (contrary to customary practice) that women are valid historical subjects, "gender" includes but does not name women and so seems to pose no critical threat. This use of "gender" is one facet of what might be called the quest of feminist scholarship for academic legitimacy in the 1980s³⁸.

De se consignar que, nos limites deste estudo, serão utilizadas ambas as terminologias, tanto “gênero” quanto “mulheres”.

³⁷ SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of Historical. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1864376?seq=1>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 1056.

³⁸ Em seu uso recente mais simples, “gênero” é um sinônimo de “mulheres”. Vários livros e artigos cujo assunto é a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, “gênero” por “mulheres” em seus títulos. Em alguns casos, esse uso, embora se refira vagamente a certos conceitos analíticos, é na verdade sobre a aceitabilidade política do campo. Nesses casos, o uso de “gênero” significa denotar a seriedade acadêmica de uma obra, pois “gênero” tem um som mais neutro e objetivo do que “mulheres”. “Gênero” parece se encaixar na terminologia científica das ciências sociais e, portanto, se dissocia da política (supostamente estridente) do feminismo. Nesse uso, “gênero” não carrega consigo uma declaração necessária sobre desigualdade ou poder, nem nomeia a parte prejudicada (e até então invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua política ao afirmar (ao contrário da prática costumeira) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, “gênero” inclui, mas não nomeia as mulheres e, portanto, não parece representar uma ameaça crítica. Esse uso de “gênero” é uma faceta do que pode ser chamado de busca da bolsa feminista por legitimidade acadêmica na década de 1980 (tradução livre).

Seguindo nos aspectos conceituais, faz-se mister analisar as mais diversas modalidades de violência contra a mulher, podendo-se citar as seguintes: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial, a violência moral, a violência institucional, a violência cultural e a violência digital.

Neste passo, a Lei Maria da Penha traz a conceituação das 5 primeiras modalidades mencionadas, não limitando como únicas hipóteses, ou seja, não considera como rol taxativo, eis que deixa margem para o reconhecimento de outras formas, consoante se pode observar da redação do caput do art. 7º, na qual consta a expressão “entre outras”³⁹.

O aludido diploma legal, ao traçar linhas conceituais acerca das modalidades, para além da importância das definições, auxilia, sobretudo as mulheres e os profissionais que têm entre as suas atribuições o atendimento das vítimas, no conhecimento da extensão e das possibilidades de configuração da violência contra a mulher, evitando-se, por exemplo, por desconhecimento, que determinada agressão seja desqualificada e a vítima reste sem o atendimento devido.

Prescreve o art. 7º da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 6 de agosto de 2006:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

³⁹ BRASIL. Lei nº 11.340, de 7º de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, [...] e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília/DF

No mesmo sentido, igualmente com conceito aberto, seguiu a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher⁴⁰, de 1994, denominada Carta de Belém do Pará:

Artigo 2.º A violência contra as mulheres abrange os seguintes actos, embora não se limite aos mesmos:

- a) violência física, sexual e psicológica ocorrida no seio da família, incluindo os maus tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os actos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração;
- b) violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral, incluindo a violação, o abuso sexual, o assédio e a intimidação sexuais no local de trabalho, nas instituições educativas e em outros locais, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada;
- c) violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra.

Com relação à Organização dos Estados Americanos (OEA), Yuliet Vanessa Ibarra Hernández e Luis Enrique Guerra Zabaleta⁴¹, ao tratarem das diversas modalidades de violência contra as mulheres com fulcro nas diretrizes da aludida Organização, assim se manifestam:

La OEA identifica así tres tipos de violencia de acuerdo a los daños causados sobre la víctima a la que se le debería sumar una cuarta, la violencia económica patrimonial. Tenemos entonces que, la violencia física hace referencia a todo acto u omisión de este que genere un daño o sufrimiento físico, sea éste visible o no, a través del uso de la fuerza como por ejemplo los empujones, golpes, escupitajos o la agresión con objetos contundentes. La violencia sexual, es ocasionada en principio sobre el cuerpo y la sexualidad de la mujer, e impide que esta decida voluntariamente sobre estos aspectos; este tipo de violencia alude también a otros campos como lo son la prostitución forzada, la esclavitud sexual, la prohibición de uso de métodos de planificación y de protección, así como de otros tipos de violencia como la obstétrica. La violencia psicológica y emocional, afecta directamente la dignidad personal de la persona, a través de la desacreditación y el menosprecio de la víctima por cuenta de diferentes elementos que conforman su persona. Este tipo de violencia deteriora gravemente la estabilidad emocional y psicológica, disminuyendo la autoestima de una persona hasta el punto de acabar en el suicidio. 17 Por último, por violencia económica patrimonial, se conoce a toda acción u omisión que genere daños o control al patrimonio de la mujer incluyendo los recursos necesarios e indispensables para poder vivir dignamente. Es importante señalar que estos tipos de violencias a los que se enfrenta la mujer pueden presentarse en múltiples ámbitos de la vida, a saber: la relación de pareja, la familia, las instituciones educativas, en los lugares de trabajo, la comunidad en la que viven o incluso el mismo Estado entendiendo este como un conjunto de instituciones.

⁴⁰ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

⁴¹ HERNANDEZ, Yuliet Vanessa Ibarra; ZABALETA, Luis Enrique Guerra. **Violencia contra la mujer y el feminicidio frente a los derechos humanos en la ciudad de Santa Marta**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Universidad Cooperativa de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3t5CyDP>. Acesso em: 12 fev. 2021. p. 17.

Verifica-se, portanto, que o ordenamento pátrio seguiu os caminhos adotados pela Organização da Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos. Ademais, percebe-se que o elastecimento da esfera de tutela das mulheres, considerando as diversas possibilidades de perpetração da violência, é fenômeno e preocupação mundial.

Isso se justifica, inclusive, pela necessidade do reconhecimento de novas modalidades de acordo com o caminhar social, a exemplo da violência digital, fruto da era da informação e bastante recorrente na atualidade, que merece reprovação, notadamente porque atinge com mais vigor um público mais jovem de mulheres, ainda em formação.

Diante do cenário apresentado, de amplas possibilidades, cumpre abordar, na sequência, as modalidades de violência já catalogadas e reconhecidas, pela legislação, doutrina e/ou jurisprudência.

Intuitivamente, a primeira associação que se faz diz com a violência física, que é a mais visível socialmente, aquela que deixa, na maioria das vezes, as marcas da sua ocorrência, com a gravação da agressão no corpo, sem deixar de produzir, igualmente, cicatrizes emocionais.

A violência física, pelas marcas externas que dela decorrem, é a que menos carece de aprofundamento. Resta consignar apenas que pode não acontecer sozinha, mas vir precedida ou sucedida de outras modalidades, a exemplo da psicológica, da moral.

No que diz respeito às formas pelas quais se processa a violência física, convém trazer à baila as informações de Manuel Lisboa⁴², mostrando o quadro de Portugal, que não deve se distinguir tanto da realidade pátria:

Na violência física, por ordem decrescente de prevalência, destacam-se as “bofetadas/murros/pontapés/arranhões/beliscões/mordidelas”, “dar sovas”, “atirar

⁴² Assim, a OEA identifica três tipos de violência de acordo com o dano causado à vítima, aos quais se deve acrescentar um quarto, a violência econômica contra a vítima. Temos então que a violência física se refere a qualquer ato ou omissão desta que gere dano físico ou sofrimento, visível ou não, por meio do uso da força como empurrar, bater, cuspir ou agredir com objetos contundentes. A violência sexual incide, em princípio, sobre o corpo e a sexualidade da mulher, e a impede de decidir voluntariamente sobre esses aspectos; Este tipo de violência também se refere a outros campos como a prostituição forçada, a escravidão sexual, a proibição do uso de métodos de planejamento e proteção, além de outros tipos de violência como a violência obstétrica. A violência psicológica e emocional atinge diretamente a dignidade pessoal da pessoa, por meio do descrédito e da depreciação da vítima em função dos diversos elementos que a constituem. Esse tipo de violência deteriora gravemente a estabilidade emocional e psicológica, baixando a autoestima da pessoa a ponto de acabar no suicídio. Finalmente, devido à violência econômica patrimonial, é conhecida toda ação ou omissão que gere dano ou controle ao patrimônio da mulher, incluindo os recursos necessários e indispensáveis para poder viver com dignidade. É importante destacar que esses tipos de violência que as mulheres enfrentam podem ocorrer em múltiplas esferas da vida, a saber: a relação do casal, a família, as instituições de ensino, no local de trabalho, na comunidade em que vivem ou mesmo no próprio Estado, entendendo issocomo um conjunto de instituições (tradução livre). LISBOA, Manuel. A violência contra as mulheres numa perspectiva comparativa (1995-2007). In: LISBOA, Manuel (coord.). **Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3wG8Lnz>. Acesso em: 14 mar. 2021. p. 41.

com objetos com o objectivo de magoar”, “empurrões, nomeadamente pelo escada abaixo e contra objectos” e “socos no peito”. Ainda que com menor expressão numérica, há ainda os actos de “apertar o pescoço com o objectivo de magoar” e mesmo algumas referências a comportamentos que são interpretados pelas vítimas como podendo “levar ao suicídio”.

A violência psicológica é aquela que produz marcas internas, muitas vezes profundas, importando em dano emocional, diminuição da autoestima, etc. Pode se processar de diversas maneiras, consoante se observa inclusive pelo conceito apresentado no artigo 2º da Lei Maria da Penha, anteriormente transcrito, a exemplo de controle das ações da vítima, humilhação, ameaça, constrangimento, manipulação, insulto, chantagem, vigilância constante, entre outras.

A vítima, ao longo do tempo, sofre com abusos verbais, com palavras que minam a sua autoestima, até o momento em que acredita que não possui valor e que o agressor é, na verdade, alguém que lhe faz enorme bem, na medida em que seria a única pessoa que conseguiria suportá-la.

Explicitando sua ocorrência em Portugal, Manuel Lisboa⁴³ menciona as formas mais recorrentes de sua perpetração:

Na violência psicológica, por ordem de prevalência entre as vítimas, destacam-se os “gritos e ameaças para atemorizar”, “comportamentos e insultos com o objetivo de humilhar”, “controlar a vida social com o objectivo de isolar”, “ameaças do tipo mato-te”, “comentários negativos à aparência física para humilhar”, “comparações negativas, com outras pessoas com o objectivo de afectar a auto-estima”, “partir objectos para atemorizar”, e “ameaças com armas de fogo ou brancas”. Seguem-se ainda outros actos, com uma expressão numérica menos significativa, como “pressionar para deixar o emprego/carreira para que fique só em casa, contra a sua vontade”, “controlar os documentos sem consentimento”, “seguida/espiada/alvo de esperas”, “acordada no meio da noite para atemorizar”.

Por sua vez, a violência sexual se traduz na modalidade que mais causa revolta, sobretudo entre o público feminino. Consubstancia-se em um dos grandes temores da mulher e produz, via de regra, os danos mais extensos. Além dos danos físicos que provoca, importa em danos emocionais, que não se apagam facilmente, podendo se perpetrar pelo resto da vida.

A Lei Maria da Penha traz conceito bastante elástico de como pode se processar a violência sexual, na medida em que indica os agressores, o meio usado para forçar a vítima (intimidação, ameaça, coação ou uso da força), a conotação de comercialização da mulher, sua livre decisão sobre direitos reprodutivos, que levem ao aborto, entre outros. Busca proteger a

⁴³ LISBOA, Manuel. A violência contra as mulheres numa perspectiva comparativa (1995-2007). In: LISBOA, Manuel (coord.). **Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3wG8Lnz>. Acesso em: 14 mar. 2021. p. 40.

integridade sexual da mulher de forma integral, ensejando medidas efetivas por parte das autoridades públicas.

No tocante à configuração, Manuel Lisboa⁴⁴ cita exemplos de violência sexual verificadas em Portugal:

Também por ordem decrescente de prevalência, neste tipo de violência destacam-se: “obscenidades com o objetivo de assediar”, “tentativa de contacto físico com conotação sexual”, “mensagens escritas/telefônicas com o objetivo de assediar”, “exibição de órgãos sexuais, de modo a sentir-se ofendida/ultrajada no seu pudor” e “tentativa de acto sexual forçado, ameaçando magoá-la a si ou alguém próximo”.

Verifica-se que todo ato com conotação sexual que não conte com consentimento e cause constrangimento é enquadrado como violência sexual em Portugal, o mesmo se dando no Brasil, consoante se observa da definição anteriormente mencionada, contida na Lei Maria da Penha.

Na revisão sobre a violência sexual na América Latine e no Caribe, realizada por Juan Manuel Contreras e outros, verifica-se a importância que se deve conceder à violência sexual, tratando-a, para além do plano da agressão, como uma questão de saúde pública. Para os autores: *“sexual violence not only affects victims; it also has negative consequences for society’s socio-economic and political progress. Sexual violence should, therefore, be conceptualised as part of the development priorities of governmental policies”*⁴⁵.

Tamanha a importância conferida à eliminação da violência sexual que vários diplomas tratam da temática. No Brasil, além das previsões contidas no Código Penal, foi editada a denominada Lei da Importunação Sexual, Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018⁴⁶, que introduz modificações nos crimes contra a dignidade sexual, tipificando os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. De fato, mais que a punição severa, deve-se lançar mão de meios para a prevenção de sua ocorrência.

⁴⁴ LISBOA, Manuel. A violência contra as mulheres numa perspectiva comparativa (1995-2007). In: LISBOA, Manuel (coord.). **Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3wG8Lnz>. Acesso em: 14 mar. 2021. p. 42.

⁴⁵ A violência sexual não afeta apenas as vítimas; também tem consequências negativas para o progresso socioeconômico e político da sociedade. A violência sexual deve, portanto, ser conceituada como parte das prioridades de desenvolvimento das políticas governamentais (tradução livre). CONTRERAS, Juan Manuel; BOTT, Sarah; DARTNALL, Elizabeth; GUEDES, Alessandra. **Sexual Violence in Latin American and the Caribbean: A desk review**. Pretoria: Sexual Violence Research Initiative, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2OABRU8>. Acesso em: 10 fev. 2021. p. 69.

⁴⁶ BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. **Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, [...]**. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

No que diz com a violência patrimonial, cumpre consignar que não é rara de acontecer, sobretudo em um país em que é comum a ideia de que a mulher não tem competência para gerir patrimônio adequadamente. Assim, pode se processar de várias maneiras, a exemplo da administração integral do patrimônio pelo homem, da supressão total de dinheiro, deixando à vítima à mercê da própria sorte, da dilapidação patrimonial, da retenção de dinheiro, inclusive salários, da destruição dos bens da vítima, entre outras.

Para evitar a sua concretização, o artigo 24 da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, prevê medidas que poderão ser determinadas pelo juiz para a proteção patrimonial da mulher, quais sejam:

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, dentre outras:

- I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
- II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
- III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
- IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Percebe-se, portanto, que as medidas possuem o condão de atuar fortemente, tanto preventiva, quanto repressivamente, no combate à violência patrimonial contra a mulher. De se salientar que vai além, na medida em que já prevê a caução provisória para responder por perdas e danos em todas as formas de violência contra a mulher, não apenas na patrimonial.

Já a violência moral se processa de modo invisível, mas nem por isso causa danos de somenos importância. São atos praticados que importam em calúnia, injúria ou difamação e, nos termos da Constituição Federal, são indenizáveis.

Por seu turno, a violência digital, extremamente atual, especialmente nos dias hodiernos, em que o celular e os computadores passam a fazer parte diuturnamente da vida na sociedade contemporânea, utiliza a tecnologia a partir de um viés nefasto. Assim como as outras formas de violência, pode se dar de várias maneiras, a exemplo do compartilhamento de fotos íntimas, que gera efeitos incontrolláveis, uma vez que a extensão dos danos não pode ser definida, não se podendo precisar até onde as imagens chegarão, no mundo como um todo. Requer, além de instrumentos repressivos, alterações legislativas, que imprimam mais gravidade a fatos dessa categoria.

A violência digital é a última das modalidades reconhecidas, uma vez que são modernos os meios de sua perpetração. Enseja, além dos danos que se espraiam em vários espaços e, porque não dizer, em diversos territórios, não raras vezes um outro grave problema, qual seja: o da culpabilização da vítima. Não raras vezes, recai a culpa sobre aquele que

necessita de tutela, que ocorre principalmente em razão do machismo que ainda impera nas relações sociais, havendo, em razão disso, nítida inversão dos papéis, da vítima com o do agressor. O argumento comum é de que é um absurdo a mulher se deixar filmar em momentos íntimos ou compartilhar fotos e vídeos com conotação sexual.

Deve-se consignar que não é raro que a vítima de violência digital acabe por se sentir tão mal a ponto de não saber como agir na sociedade em que se encontra inserta, podendo, inclusive, cometer suicídio, consoante divulgação midiática, razão da urgência em se debruçar sobre essa nova e poderosa forma de se subjugar e violentar a mulher.

Em razão da urgência de regulamentação que a temática reclama, verifica-se que há alguns diplomas que objetivam proteger a mulher dessa forma tão atual de violência. Nesta esfera, tendo como pano de fundo o emblemático caso da jornalista Rose Leonel, fundadora da ONG Marias da Internet, que foi vítima de vazamento de fotografias íntimas pelo ex-namorado, resultando na perda do emprego, no envio do filho para viver com o pai e no quase linchamento em sua cidade natal, Maringá, tramitou no Congresso o Projeto de Lei nº 5.555/2013, que culminou na edição da Lei nº 13.772/2013⁴⁷, que cumpre o mandamento constitucional de tutela da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem.

Aludido diploma legal, a par de alterar a Lei Maria da Penha, para ampliar o conceito de violência psicológica, criminalizou a conduta de registro não autorizado da intimidade sexual, no art. 216-B do Código Penal⁴⁸, que pune com pena de detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa, aquele que “produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes”, incorrendo nas mesmas penas quem “quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo”, grande avanço na luta em prol das mulheres vítimas de delitos digitais.

A título de complemento, pode-se citar ainda a Lei nº 12.965/2014⁴⁹, denominada de Marco Civil da Internet, que prevê a possibilidade de notificação ao provedor para remoção do conteúdo de ordem sexual após notificação. Ademais, merece menção a Lei Carolina Dieckman,

⁴⁷ BRASIL. Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.** Diário Oficial da União, Brasília/DF.

⁴⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Diário Oficial da União, Brasília/DF.

⁴⁹ BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.** Diário Oficial da União, Brasília/DF.

Lei nº 12.737/2012⁵⁰, que dispõe sobre a divulgação de conteúdo roubado de dispositivo informático.

A par de criminalizar condutas, faz-se necessária a efetiva punição dos culpados, atualmente possível justamente pelas soluções tecnológicas de identificação. Assim, importa sejam efetivadas medidas de combate intensivo, para evitar todos os danos que essa nova modalidade vem causando às mulheres, sobretudo às mais jovens, justamente as que ainda não possuem completa formação da estrutura psíquica e podem não ter condições de lidar emocionalmente com os efeitos nefastos da divulgação de suas intimidades ou das ridicularizações sofridas em redes sociais.

É fato que hoje há uma hiperexposição voluntária, com o envio de fotos e vídeos íntimos, com conteúdos eróticos. Contudo, não justifica a sua divulgação não autorizada e merece reprimenda, com maior dureza do que se observa atualmente.

Por sua vez, a violência cultural se consubstancia em atos naturalizados culturalmente e aceitos em determinadas sociedades. Segundo Maria Cecília de Souza Minayo⁵¹:

A violência cultural é aquela que se expressa por meio de valores, crenças e práticas, de tal modo repetidos e reproduzidos que se tornam naturalizados. Nessa categoria podem ser classificadas todas as formas de violência que são naturalizadas na cultura de um povo, de um grupo ou de uma sociedade. A cultura reúne as formas de pensar, sentir e agir de uma sociedade, por meio da comunicação, da cooperação e da repetição dessas ações. Toda cultura tende a adotar como certos alguns comportamentos e práticas, e a rechaçar outros. A violência cultural se apresenta inicialmente sob a forma de discriminações e preconceitos que se transformam em verdadeiros mitos, prejudicando, oprimindo ou às vezes até eliminando os diferentes.

Ao trazer dados sobre a violência cultural em Portugal, Manuel Lisboa⁵² assim se manifesta:

Finalmente, os actos relativos à discriminação sociocultural têm uma expressão estatística relevante, sendo referidos entre 52,5% das vítimas, o que revela a necessidade de reforçar a intervenção ao nível da mudança da mentalidade, dos valores e condutas em relação à igualdade de género, nomeadamente, através das acções de prevenção. De entre estes actos, destacam-se as situações das mulheres que dizem ter-se sentido prejudicadas com “imagens ou frases associadas à condição

⁵⁰ BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. **Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília/DF

⁵¹ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patricia (org.). **Impactos da Violência na Saúde.** Rio de Janeiro: FioCruz, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/31Y2Iwr>. Acesso em: 2 set. 2020. p. 36.

⁵² LISBOA, Manuel. A violência contra as mulheres numa perspectiva comparativa (1995-2007). In: LISBOA, Manuel (coord.). **Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3wG8Lnz>. Acesso em: 14 mar. 2021. p. 42.

de ser mulher na televisão, jornais, rádio e/ou publicidade”, os valores difundidos na Escola que podem limitar o acesso das mulheres a certas profissões e actividades”, “perguntarem-lhe quando procurou emprego sobre o estado civil, n.º de filhos, eventual gravidez e vontade de ter filhos” e, em menor grau, “a discriminação no acesso aos lugares públicos, pelo facto de ser mulher”.

Outra modalidade que merece destaque e combate consiste na violência institucional, que ocorre com certa frequência no país, seja no atendimento dos serviços de saúde, seja junto às autoridades públicas responsáveis pela repressão e combate da violência contra a mulher, podendo fazer até mesmo com que as mulheres evitem recorrer aos serviços públicos, incrementando o já expressivo número de subnotificações.

A violência institucional não ocorre, portanto, no espaço das relações pessoais e/ou familiares, mas no espaço público, justificando profunda mudança paradigmática na prestação dos serviços públicos destinados a atender as mulheres, sobretudo quando se encontram em situação de vulnerabilidade, a exemplo daquelas que estão buscando atendimento justamente porque foram vítimas de outras formas de violência, em especial a sexual, física e a psicológica, que exigem tratamento imediato e o mais amplo possível.

De todo modo, resta destacar que não é só no âmbito hospitalar que a violência institucional se manifesta em face das mulheres. O local onde se dirigem para receber proteção, a exemplo das delegacias, também é campo fértil para a sua ocorrência, por mais paradoxal que isso pareça, uma das razões para a defesa do uso de ferramentas tecnológicas, na medida em que permitem a comunicação da prática de violência sem a necessária presença física. Faz-se urgente que haja modificação da cultura do atendimento das vítimas, em todas os espaços de atuação, sobretudo públicos.

Nesse ponto, de se lembrar que a Organização dos Estados Americanos a incorporou às demais modalidades, consoante se percebe do artigo 2º da Convenção de Belém do Pará⁵³, anteriormente transcrito, ao prever a “violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra”. Trata, portanto da prática e da tolerância da prática pelo Estado como um todo.

Em que pesem os destinatários diretos da norma, crianças e adolescentes e não especificamente mulheres, cumpre consignar que a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017⁵⁴, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha

⁵³ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

⁵⁴ BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: Presidência da República, 2017.

de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), acabou por criar, em seu art. 4º, IV, um conceito legal do que venha a ser minimamente reconhecido como violência institucional. Prescreve o dispositivo:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

[...]

IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

Após analisar as modalidades, importa dizer que todas as formas de violência geram traumas e consequências. Há estudos indicando que a submissão à violência, ainda que pretérita, gera tendência ao desenvolvimento de depressão, ansiedade e estresse pós-traumático durante a gravidez. Merecem registro as informações de Alessandra Biaggi e outras⁵⁵:

*Whitin adverse events in life, being exposed to intrusive life events, such as domestic violence or emotional, physical or sexual abuse, has a considerable impact on a mother's mental health in the perinatal period. A number of studies have found that having been exposed to domestic violence before or during pregnancy (particularly if perpetrated by the partner), having a history of abuse, or having experienced a sexual assault, are all risk factors for the development of antenatal anxiety, depression and post-traumatic stress symptoms*⁵⁶.

Dessa feita, os prejuízos são sentidos não só pela gestante, mas também pelo feto, na medida em que a criança recebe reflexos dos processos químicos gerados no corpo da mãe, traduzindo-se a violência em face de ambos os sujeitos.

Consoante se pode verificar, a violência possui múltiplas armas, podendo ser perpetrada das mais variadas formas. Ademais, dela decorrem diversos efeitos negativos, gerando traumas físicos, psíquicos, patrimoniais, morais, e atingindo a mulher inclusive muito tempo depois, como se verifica nos casos de depressão pós-parto em mulheres vítimas de violência, o que justifica profunda reflexão por parte dos atores públicos, tanto os que possuem o papel de conferir efetividade à legislação, quanto os responsáveis pela definição das políticas públicas.

1.3 DADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

⁵⁵ BIAGGI, Alessandra; CONROY, Susan; PAWLBY, Susan et al. Identifying the women at risk of antenatal anxiety and depression: A systematic review. **Journal of Affective Disorders**, v. 191, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/32ekEmN>. Acesso em: 13 jun. 2020. p. 68.

⁵⁶ Dentro de eventos adversos na vida, sendo exposto a eventos intrusivos da vida, como violência doméstica ou abuso emocional, psíquico ou sexual, tem um impacto considerável na saúde mental da mãe no período perinatal. Vários estudos descobriram que ter sido exposto à violência doméstica antes ou durante a gravidez (especialmente se perpetrada pelo parceiro), ter um histórico de abuso ou ter sofrido uma agressão sexual são todos fatores de risco para o desenvolvimento de ansiedade pré-natal, depressão e sintomas de estresse pós-traumático (tradução livre).

É cediço que a violência contra a mulher no Brasil, que conta com números expressivos, carece de um tratamento com maior vigor, não se revelando suficientes os instrumentos legais de proteção, sem a ostensiva aplicação prática, bem assim sem uma mudança cultural com relação à sua importância e recorrência. Em que pese o incremento da violência no período da pandemia, o fenômeno já se trata de problema endêmico.

Leila Posenato Garcia⁵⁷ conclui que:

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública de proporções epidêmicas no Brasil, embora sua magnitude seja em grande parte invisível. Este problema não pode ser tratado como se fora restrito a alguns segmentos, uma vez que permeia toda a sociedade brasileira. A prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher passam necessariamente pela redução das desigualdades de gênero e requerem o engajamento de diferentes setores da sociedade, para se garantir que todas as mulheres e meninas tenham acesso ao direito básico de viver sem violência.

A seguir, serão apresentados dados da violência contra a mulher no Brasil, consubstanciados nos homicídios e estupros, registrando-se, desde já, as dificuldades em analisá-los, sobretudo pela inexistência de um sistema unificado de informações e estatísticas. Em regra, os dados são obtidos por registros administrativos nos sistemas policiais e de saúde. A propósito, urge seja repensado um sistema unificado, ou, no mínimo, com interoperabilidade, reunindo os dados que interessem a esse árduo combate.

1.3.1 Fontes dos dados

Inicialmente, cumpre informar que a melhor fonte seriam as pesquisas de vitimização, com a aplicação de questionários em uma parcela representativa da população, eis que possibilita compreender as características dos crimes sofridos e auxilia na quantificação do número de subnotificações, ou seja, dos crimes que não chegam ao conhecimento da polícia, porém são raras no Brasil.

Para fins de apresentação dos dados, foram consultados relatórios extraídos das seguintes fontes: registros de ocorrências policiais, merecendo menção que cada estado brasileiro tem regras distintas de cômputo e divulgação de indicadores criminais, o Sistema de Informações de Mortalidade, que contém as declarações de óbitos, o Sistema Viva, com vistas a captar informações sobre os atendimentos em unidades de saúde, os disponibilizados no SINESP, do

⁵⁷ GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3s6FKxI>. Acesso em: 11 mar. 2021. p. 451.

Ministério da Justiça, no Anuário brasileiro de Segurança Pública⁵⁸, no Atlas da Violência⁵⁹, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA e no Monitor da Violência⁶⁰.

1.3.2 Problemas com as análises

Tendo em conta a variedade de fontes, há a possibilidade de divergência dos dados, o que ocorre, sobretudo, devido ao momento em que esses números são obtidos e atualizados, porque muitos estados fazem revisões periódicas das suas estatísticas, e os portais podem incorporar essas atualizações em momentos distintos. Outro ponto de divergência é a contabilização de mortes por intervenção de agentes do Estado, que não é contabilizada pelo Sinesp.

Com relação aos dados da polícia e dados do sistema de saúde, os números de mortes violentas intencionais contabilizados em um e outro sistema tendem a ser diferentes, em maior ou menor grau, porque os sistemas de informação servem a propósitos distintos. Ademais, outra distinção entre os sistemas diz com a temporalidade. Os dados oriundos da polícia tendem a ser publicados mensal ou trimestralmente, enquanto os dados da saúde têm publicação anual. Isso gera uma distinção entre os números de mortes tentadas e consumadas.

O feminicídio, justamente uma das massas de dados analisados neste estudo, é categoria que requer maior acuidade. Joana Monteiro e Bárbara Caballero⁶¹ explicam que:

Os feminicídios, que são mortes “por razões da condição de sexo feminino”, são uma titulação criminal incluída no artigo 121 do Código Penal Brasileiro, que trata do crime de homicídio, pela Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Portanto, em termos jurídicos, esta classificação está necessariamente contida no indicador de homicídio doloso. Por isso, Estados como Bahia, Ceará, Mato Grosso e Rio de Janeiro contabilizam os casos de feminicídio como homicídio doloso, ainda que seja permitido obter o número em separado também.

Dessa feita, em dada fonte podem estar inseridas nos homicídios dolosos, em outras apartada, o que pode gerar diversidade nos números apresentados.

⁵⁸ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mqfopn>. Acesso em: 22 nov. 2020.

⁵⁹ INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: <https://bit.ly/3mpvvU6>. Acesso em: 12 mar. 2021.

⁶⁰ MONITOR DA VIOLÊNCIA. **G1**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://glo.bo/2Q989pO>. Acesso em: 13 ago. 2020.

⁶¹ MONTEIRO, Joana; CABALLERO, Bárbara. Crimes e violência. In: SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando (ed.). **Guia Brasileiro de Análise de Dados: Armadilhas e Soluções**. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/31XW0H>. Acesso em: 10 mar. 2021. p. 139.

1.3.3 Análise dos dados a partir dos registros de ocorrência das polícias por estado

No Quadro 1 a seguir, serão apresentadas quais as informações contidas em cada um dos relatórios criminais disponíveis para consulta nos sites de cada Estado, especificando apenas os dados disponíveis pela polícia, cujos links utilizados para encontrar essas informações estão disponibilizados no Apêndice A.

Os dados sempre são referentes à violência contra a mulher. Em alguns Estados, não foi possível encontrar a distinção entre homicídios, estupros, crimes violentos de homens e mulheres, portanto, foram considerados que essas informações não estão presentes. A coluna “Violência contra a mulher” indica se determinado órgão possui informações específicas em relação à violência geral.

Quadro 1 – Violência contra a mulher nos Estados

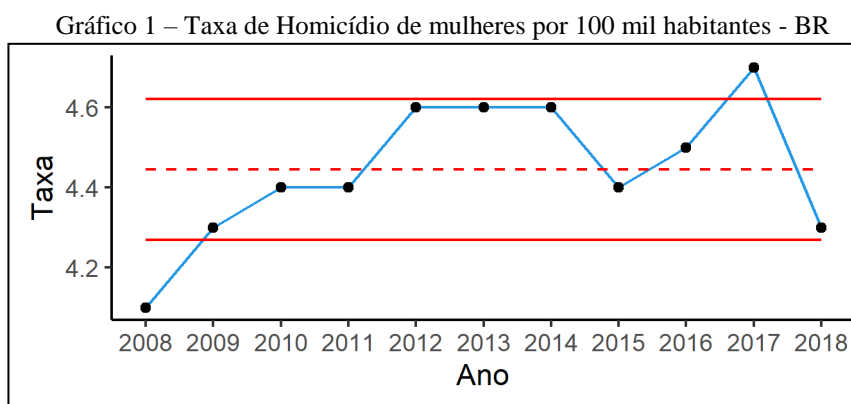
Estado	Violência Contra a mulher	Homicídios	Feminicídios	Estupro	Mortes Violentas Intencionais	Crimes Violentos Letais Intencionais
Acre	X		X	X	X	X
Alagoas			X			X
Amapá	-	-	-	-	-	-
Amazonas			X	X		
Bahia			X			
Ceará			X			X
DF	X		X	X		
ES	X	X	X			X
Goiás	X		X	X		
Maranhão			X			X
MG	X		X			
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	X		X	X		
Pará	-	-	-	-	-	-
Paraíba			X			X
Paraná			X			
Pernambuco		X	X	X		X
Piauí	X		X		X	
RJ	X	X	X	X		
RN	X	X	X	X		X
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
RS	X		X	X		
SC			X			
SP	X	X	X	X		
SE	-	-	-	-	-	-
Tocantins			X			

Fonte: elaborado pelo autor.

Enseja enorme preocupação o fato de alguns Estados não disponibilizarem dados acerca da violência contra a mulher, o que dificulta a própria atuação estatal, na medida em que esses valores são fundamentais para a definição das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

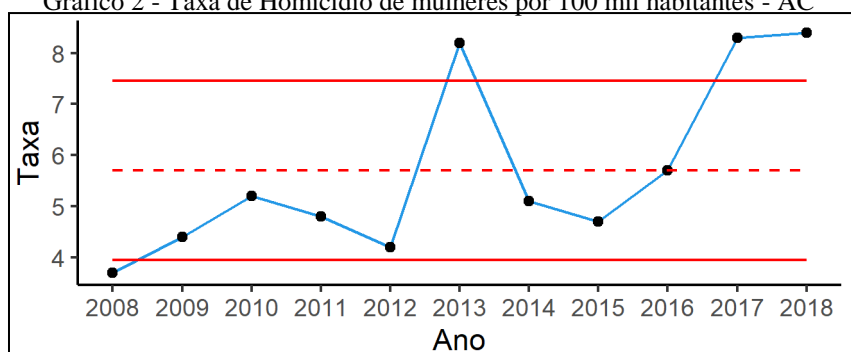
1.3.4 Análise dos dados a partir do sistema de saúde

Nos gráficos a seguir, serão disponibilizadas as taxas de homicídios de mulheres a cada 100 mil habitantes para todos os Estados. No título, será aposta a sigla do estado, seguida do nacional, cujo título está como BR, obtidas a partir do Atlas da Violência, disponibilizado no site do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA⁶². A linha pontilhada em vermelho indica a média da taxa para o período considerado, de 2008 a 2018, antes do início da pandemia do COVID-19, em que a violência se agravou, não retratando, portanto, a realidade atual. Em vermelho, com a linha cheia, constarão o valor acima do desvio padrão e abaixo do desvio padrão.



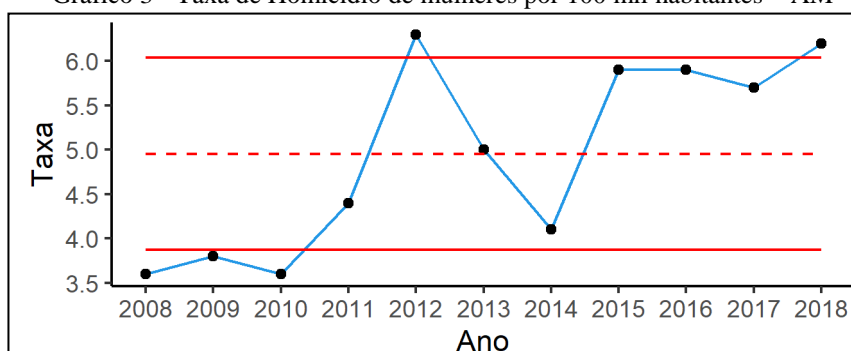
⁶² INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. Atlas da Violência 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>. Acesso em mar. 2021

Gráfico 2 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes - AC



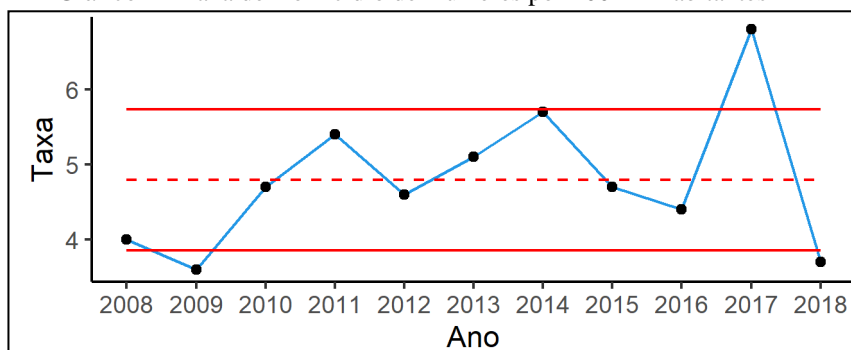
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 3 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – AM



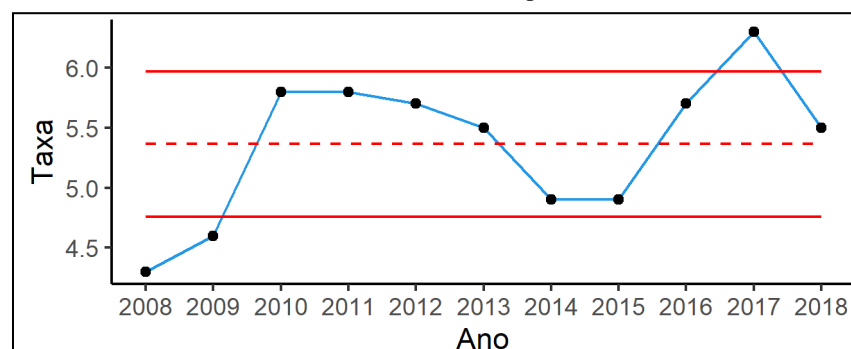
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 4 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – AP



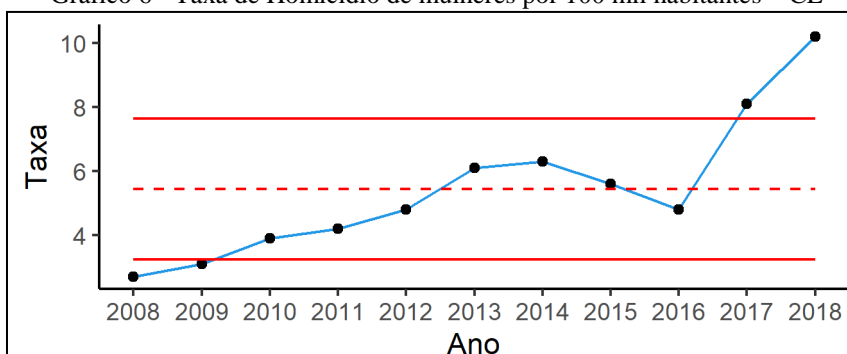
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 5 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – BA



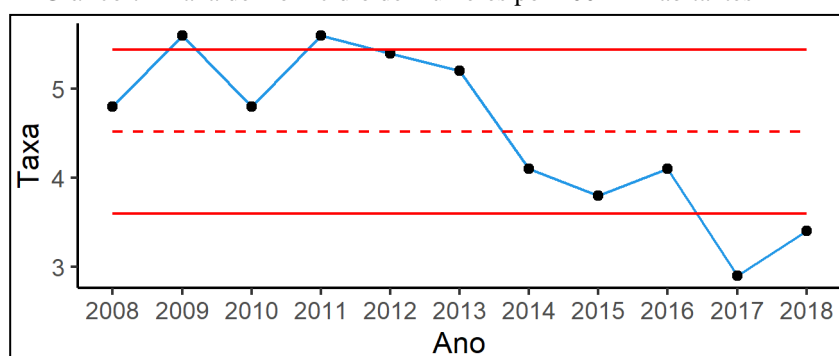
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 6 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – CE



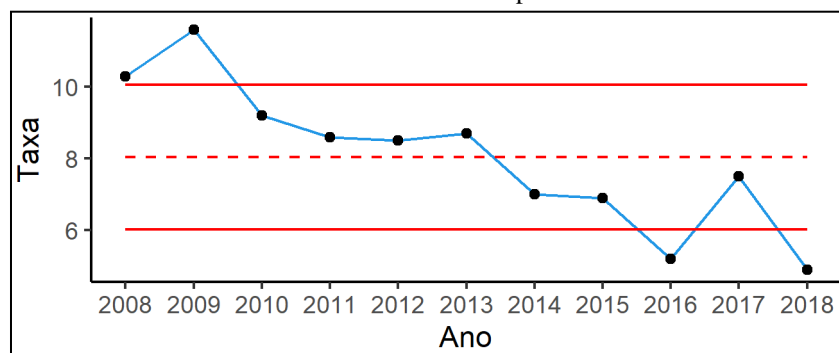
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 7 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – DF



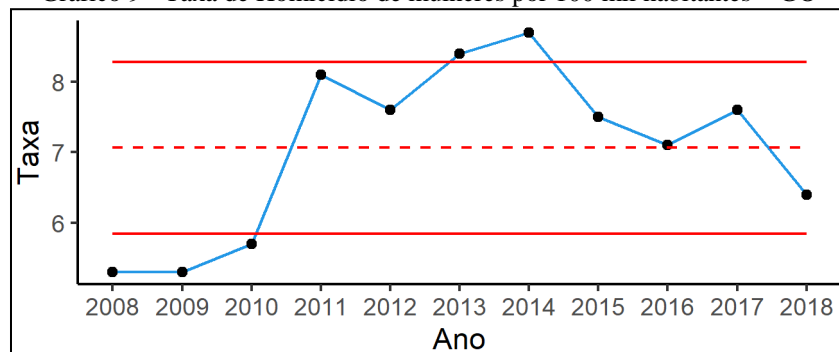
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 8 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – ES



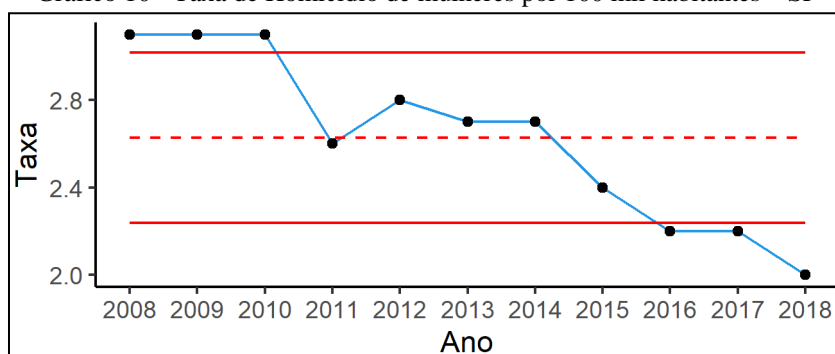
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 9 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – GO



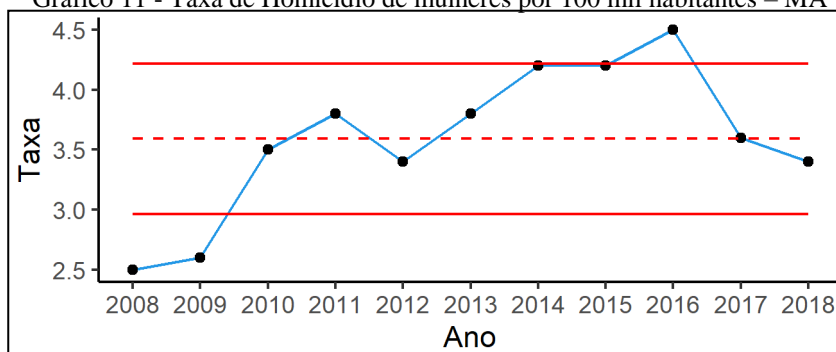
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 10 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – SP



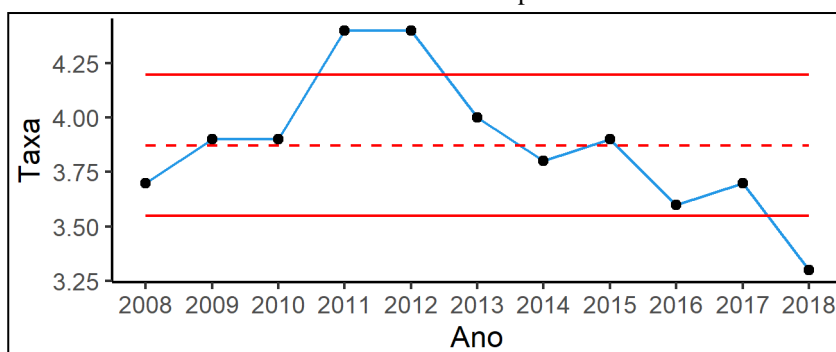
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 11 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – MA



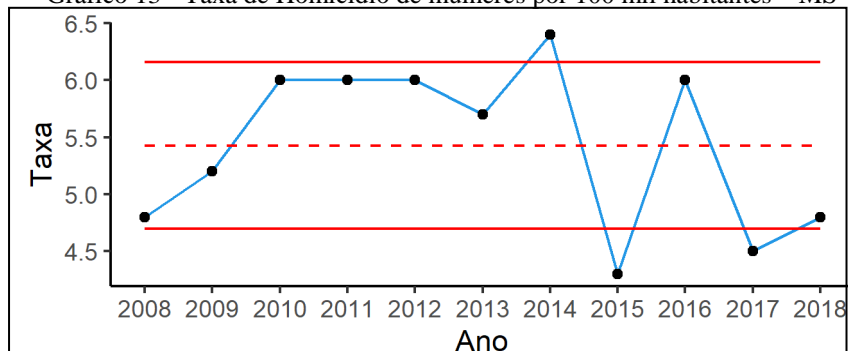
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 12 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – MG



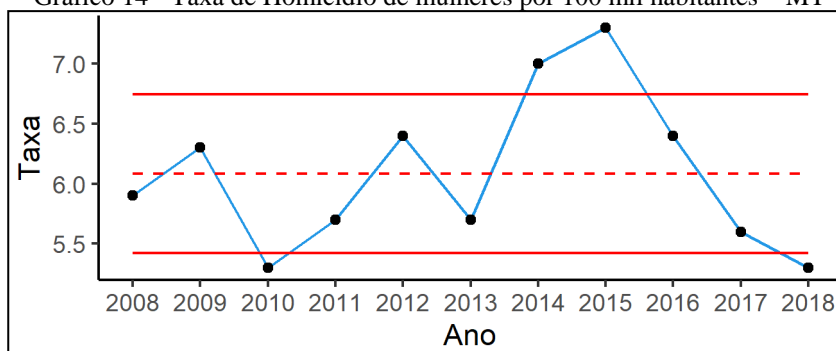
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 13 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – MS



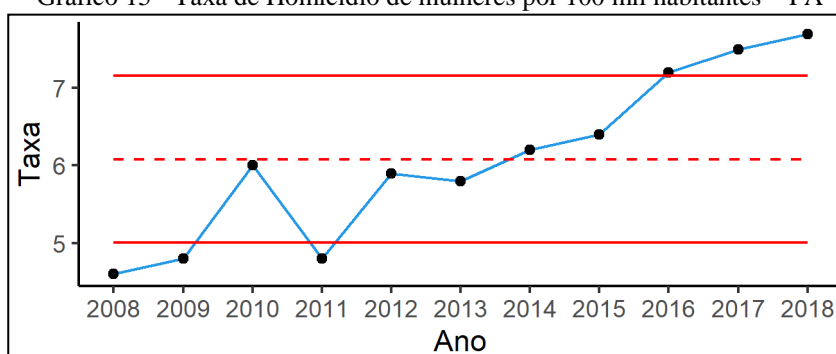
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 14 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – MT



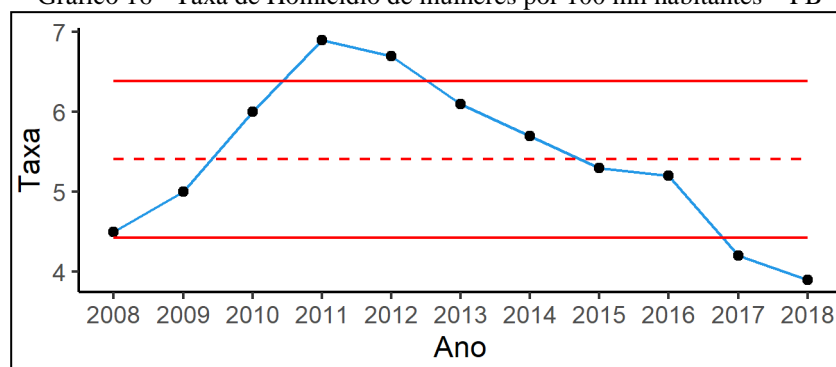
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 15 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PA



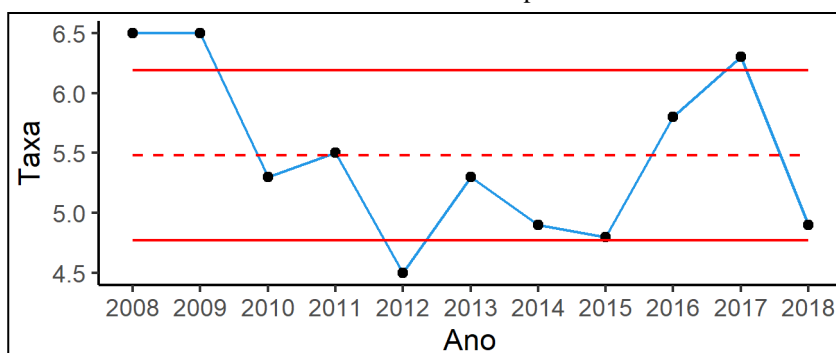
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 16 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PB



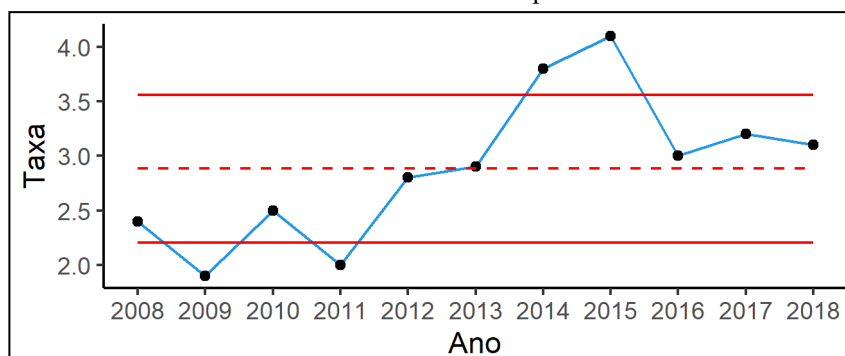
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 17 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PE



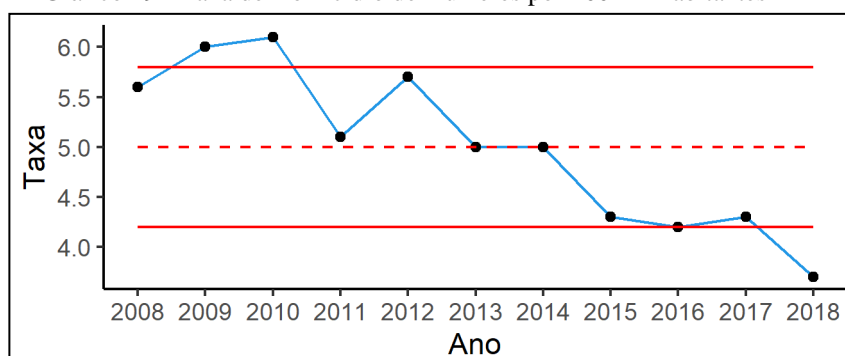
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 18 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PI



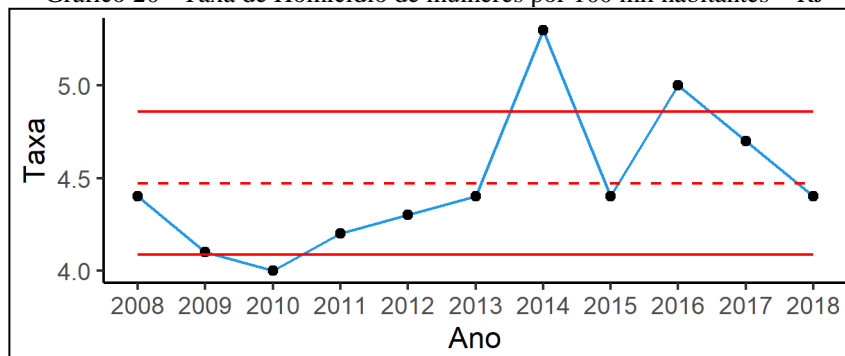
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 19 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – PR



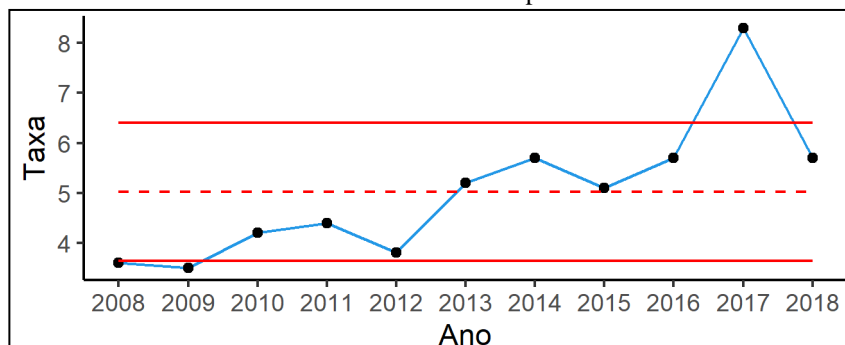
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 20 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RJ



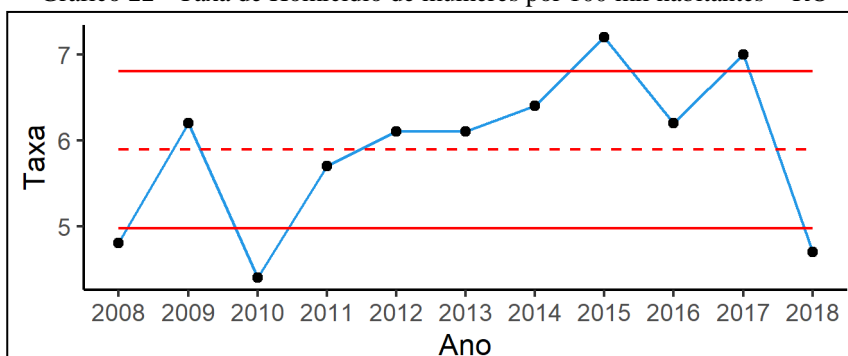
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 21 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RN



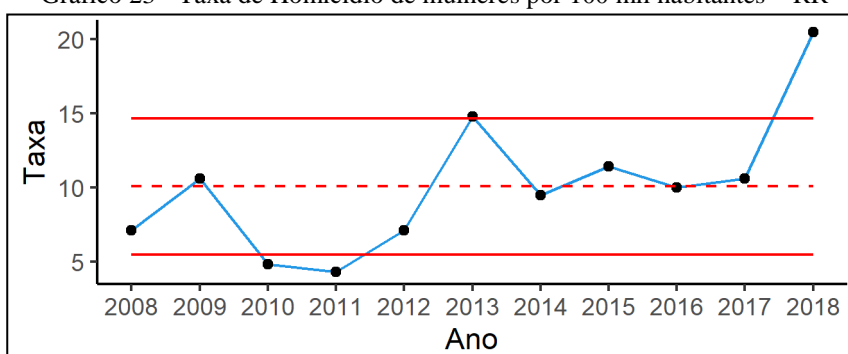
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 22 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RO



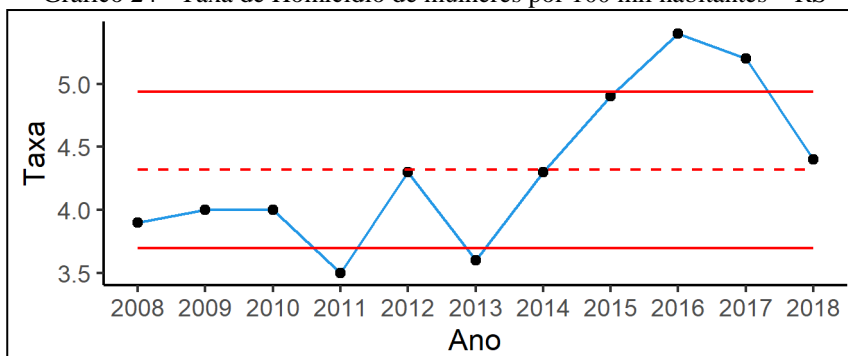
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 23 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RR



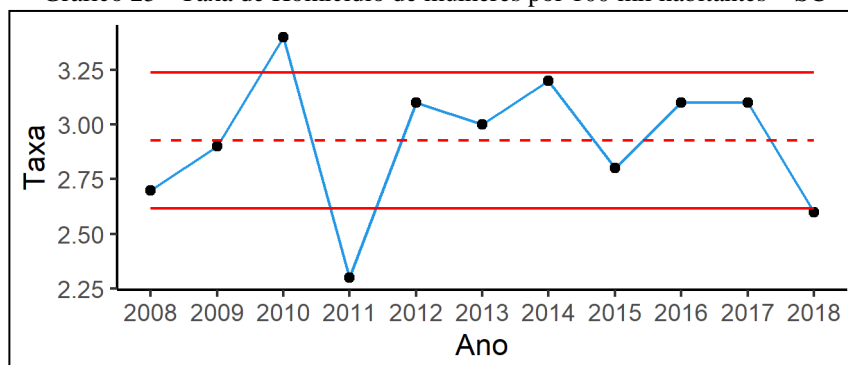
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 24 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – RS



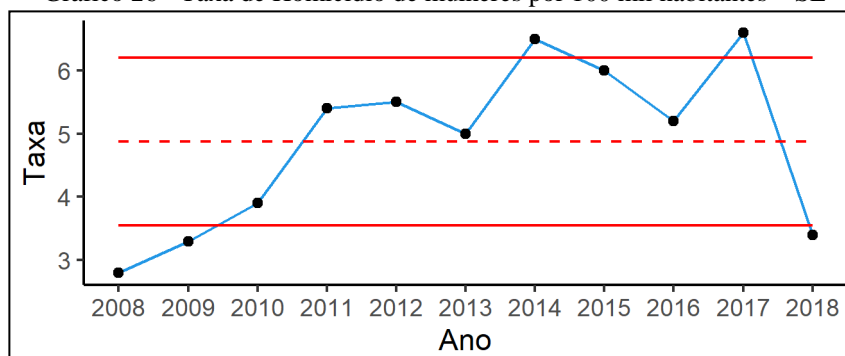
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 25 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – SC



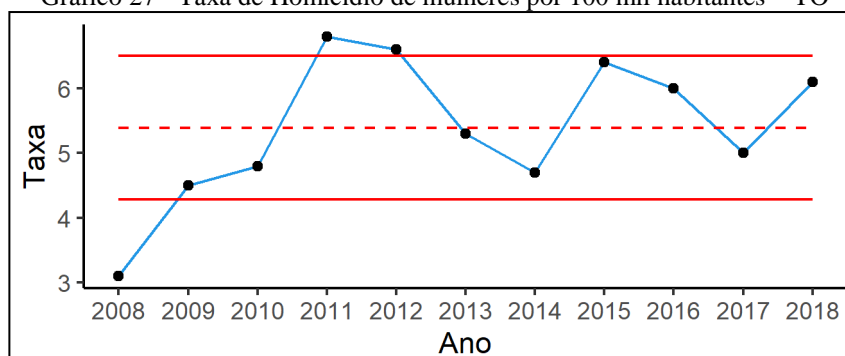
Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 26 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – SE



Fonte: IPEA (2020).

Gráfico 27 - Taxa de Homicídio de mulheres por 100 mil habitantes – TO



Fonte: IPEA (2020).

A fim de facilitar a análise, na tabela a seguir, foram consolidadas a média e o desvio padrão da taxa de homicídios de mulheres entre 2008 e 2018:

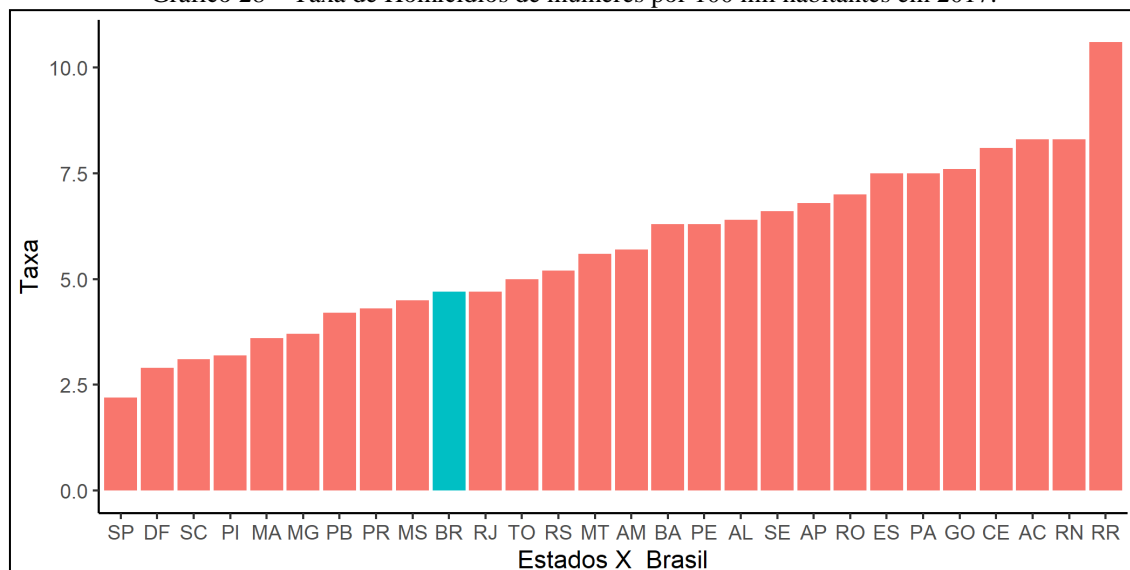
Quadro 2 - média e o desvio padrão da taxa de homicídios de mulheres entre 2008 e 2018

Estado	Média	Desvio Padrão
BR	4,44	0,18
AC	5,7	1,8
AL	6,64	1,5
AP	4,79	0,94
AM	4,95	1,1
BA	5,36	0,6
CE	5,4	2,2
DF	4,5	0,9
ES	8	2
GO	7,1	1,2
MA	3,6	0,6
MT	6,1	0,66
MS	5,4	0,73
MG	3,9	0,3
PA	6,1	1,1
PB	5,4	1
PR	5	0,8
PE	5,5	0,7
PI	2,9	0,7
RJ	4,5	0,4

RN	5	1.4
RS	4.3	0.6
RO	5.9	0.9
RR	10.1	4.6
SC	2.9	0.3
SP	2.6	0.4
SE	4.9	1.3
TO	5.4	1.1

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 28 – Taxa de Homicídios de mulheres por 100 mil habitantes em 2017.



Fonte: elaborado pelo autor.

Da análise dos dados consolidados, apresentados no Gráfico 28 acima, verifica-se que a taxa de homicídios de mulheres, no ano de 2017, variou enormemente de conformidade com o Estado, podendo ter sido fortemente influenciada pelos valores socioculturais anteriormente apontados.

O Estado com a menor taxa de homicídios contra a mulher do Brasil foi o Estado de São Paulo e com a maior o Estado de Roraima. Ademais, percebe-se que apenas 9 Estados estão abaixo da média nacional, quais sejam: São Paulo, Distrito Federal, Santa Catarina, Piauí, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná e Mato Grosso do Sul. Os demais ultrapassam-na, à exceção do Rio de Janeiro, que fica com média aproximada da nacional.

Da análise dos gráficos, constata-se algumas mudanças positivas nos índices, consoante se verifica nos Estados de Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Sergipe, merecendo investigação acurada, em especial pelo Poder Público, para entender os fatores que levaram à redução, como paradigma para replicação nacional.

Lado outro, nos Estados do Amazonas, Ceará, Pará e Roraima, verifica-se brusco aumento dos homicídios contra as mulheres, indicando que medidas mais enérgicas precisam ser adotadas para conter esses números.

Em reforço às constatações acima, cumpre registrar a análise dos dados realizada pelos elaboradores do Atlas da Violência⁶³:

No total, dezenove das 27 UFs brasileiras tiveram redução nas taxas de homicídios de mulheres entre 2017 e 2018. As reduções mais expressivas aconteceram nos estados de Sergipe (48,8%), Amapá (45,3%) e Alagoas (40,1%). Os estados com as menores taxas de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes, em 2018, foram São Paulo (2,0) Santa Catarina (2,6), Piauí (3,1), Minas Gerais (3,3) e Distrito Federal (3,4). No mesmo sentido, essas cinco UFs também apresentaram as menores taxas gerais de homicídios no país em 2018.

Entre as UFs cujas taxas de homicídios de mulheres aumentaram no período, três apresentaram um aumento superior a 20%: Roraima (93%), Ceará (26,4%) e Tocantins (21,4%). Roraima e Ceará também apresentaram as maiores taxas de homicídio feminino por 100 mil habitantes em 2018 – 20,5 e 10,2, respectivamente –, seguidos pelo Acre (8,4) e pelo Pará (7,7). Esses estados também figuram entre aqueles com as maiores taxas gerais de homicídios no país em 2018. No entanto, cabe ressaltar que, para os três estados com os aumentos mais expressivos nas taxas de homicídios de mulheres, a tendência observada em relação à taxa geral de homicídios não é exatamente a mesma: em Roraima, o aumento foi de 51,3% no total de homicídios (contra 93% nos registros com vítimas mulheres); no Tocantins, a taxa cresceu apenas 2%; e, no Ceará, houve uma queda de 10,4% na taxa total de homicídios entre 2017 e 2018.

Consoante se depreende, em todos os Estados os dados são altos, em maior ou menor grau, incompatíveis com a atual evolução social, sobretudo diante da expressiva guarida constitucional conferida às mulheres, reclamando, assim, atuação urgente por parte do Poder Público, em especial com o estabelecimento de políticas públicas voltadas à prevenção de todas as formas de violência contra as mulheres, com vistas à redução expressiva da sua ocorrência.

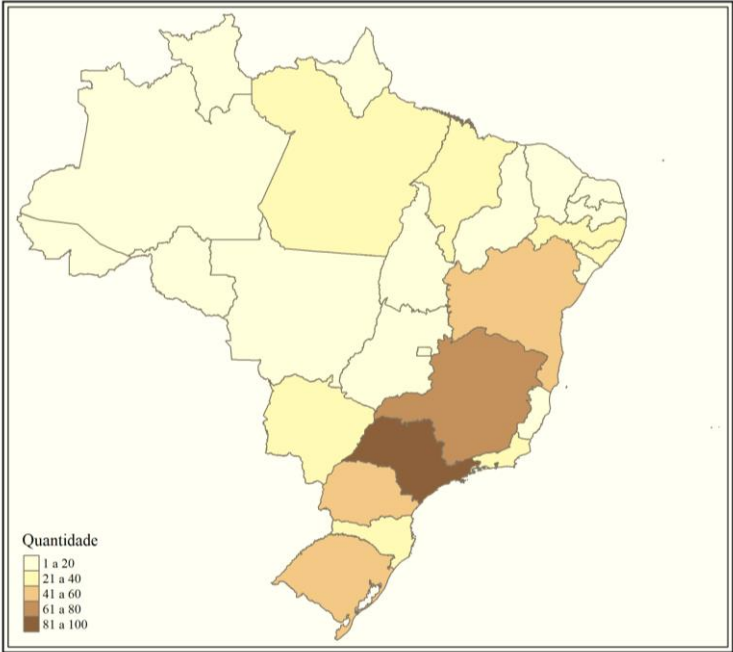
1.3.5 Análise dos dados de feminicídio pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Nos próximos gráficos, serão demonstrados os índices do feminicídio nos Estados, com base nas informações colhidas junto ao Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁶⁴, no primeiro semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020. Os gráficos estão divididos em números absolutos de feminicídios e na taxa para cada 100 mil habitantes. Consigne-se que a população foi dimensionada com base nos dados do IBGE.

⁶³ INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. Atlas da Violência 2020, p. 34-35.

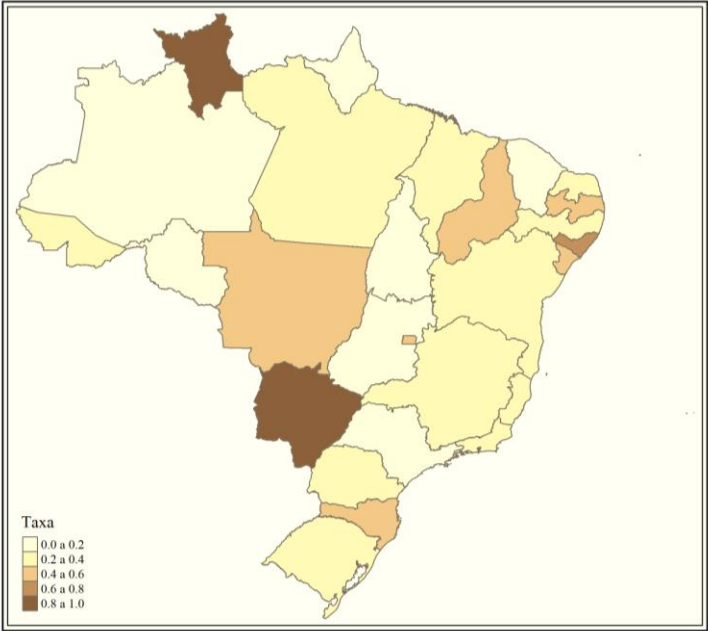
⁶⁴ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mqfopn>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Figura 1 – Feminicídios 1º semestre 2019



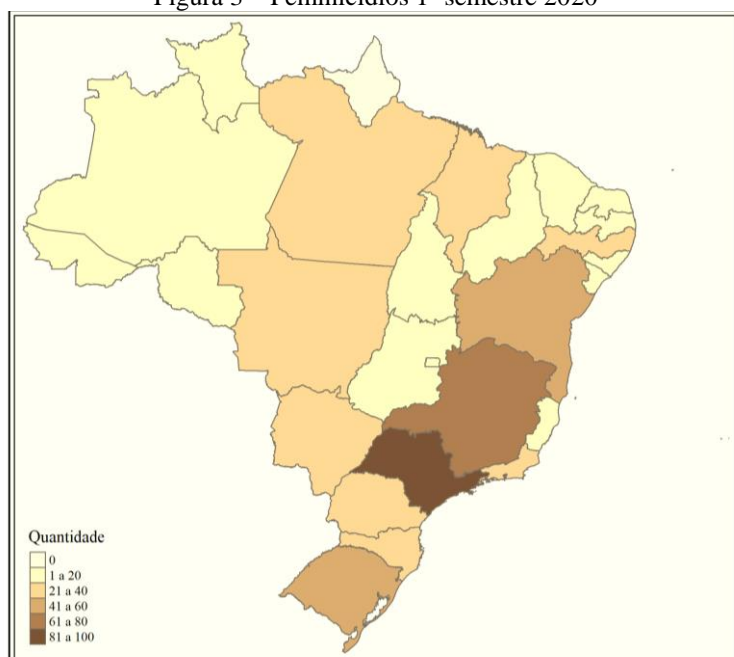
Fonte: FÓRUM (2020).

Figura 2 – Feminicídios 2º semestre 2019



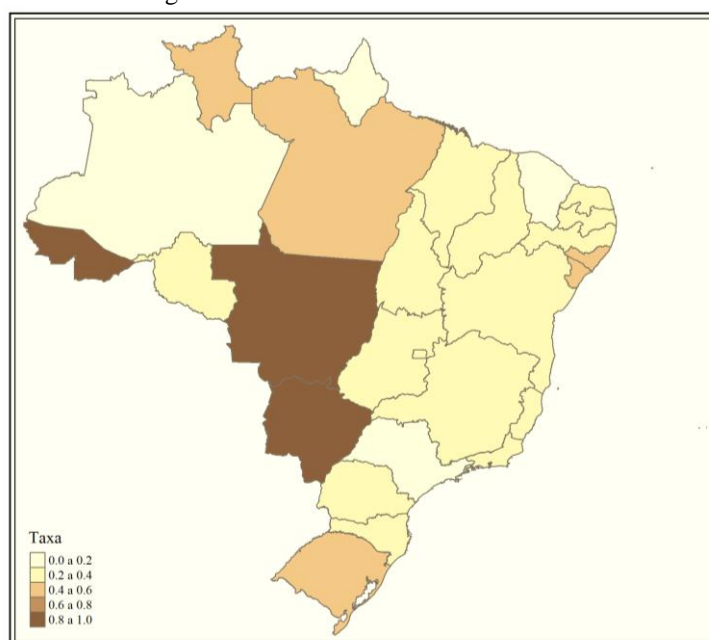
Fonte: FÓRUM (2020).

Figura 3 – Feminicídios 1º semestre 2020



Fonte: FÓRUM (2020).

Figura 4 – Feminicídios 2º semestre 2020



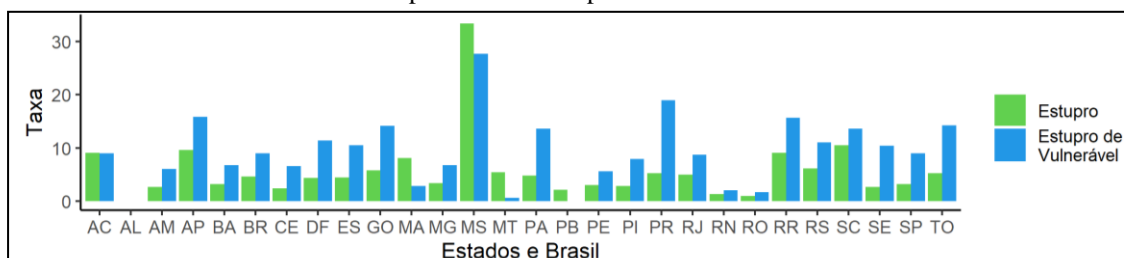
Fonte: FÓRUM (2020).

A representação numérica apresentada, não apenas no Anuário, mas em todas as fontes pesquisadas, corrobora a situação endêmica da violência contra a mulher no Brasil, justificando uma atuação estatal mais marcante, sobretudo no que diz com a prevenção da sua ocorrência. Para a contenção desses dados, urge sejam disponibilizados programas e ações voltados para a redução dos números apresentados.

1.3.6 Análise dos dados de estupro pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública

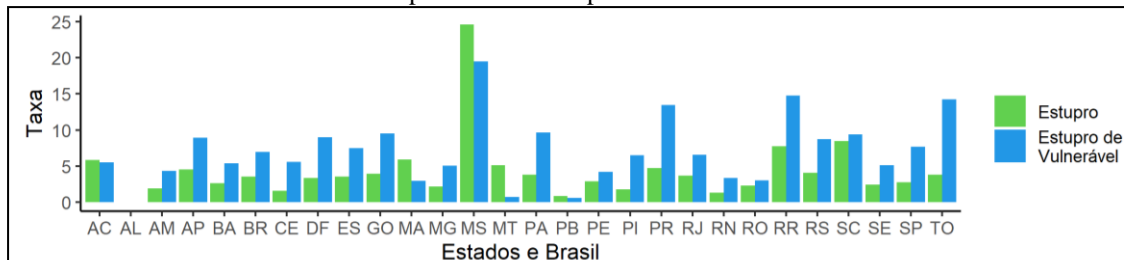
Merecem análise, ainda, os dados envolvendo o delito de estupro, um dos mais reprováveis socialmente, inclusive pelos próprios detentos, sendo cediço o que ocorre com os que o perpetram nos estabelecimentos prisionais. Neste ponto, serão apresentados dados retirados do Anuário Brasileiro de Segurança⁶⁵. Os gráficos abaixo representam a taxa de estupros totais, envolvendo estupro de vulneráveis e estupro, tendo sido eleitos apenas os que se referem ao primeiro semestre de 2019 e de 2020.

Gráfico 29 – Taxa de Estupro de mulheres por 100 mil habitantes – 1º semestre 2019



Fonte: FÓRUM..., 2020.

Gráfico 30 – Taxa de Estupro de mulheres por 100 mil habitantes – 1º semestre 2020



Fonte: FÓRUM..., 2020.

Ainda no que diz com a perpetração do crime de estupro, dados apresentados pelo Instituto Patrícia Galvão dão conta de que, no ano de 2018, foram registrados pelas autoridades policiais 66.041 (sessenta e seis mil e quarenta e um) casos de estupros, resultando em um número aproximado de 180 pessoas por dia, sendo que 81,8% das vítimas são mulheres. Ademais, há registro de que apenas 7,5% das vítimas de estupro notificam a polícia⁶⁶.

⁶⁵ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mqfopn>. Acesso em: 22 nov. 2020.

⁶⁶ INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê de violência sexual.

Acerca da subnotificação dos crimes de estupro, Leila Posenato Garcia⁶⁷ preleciona:

As estatísticas sobre estupros são um exemplo do subdimensionamento da magnitude da violência contra a mulher. Segundo o *Anuário de Segurança Pública*, em 2014 foram registrados 47.646 estupros no País, com subnotificação estimada em 35%. Por sua vez, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, registrou 17.781 atendimentos a mulheres vítimas de estupro em 2015, o que corresponde a uma média de 49 atendimentos por dia, ou mais de dois por hora. Entretanto, 40% dos municípios brasileiros ainda não notificavam ao Sinan os atendimentos às vítimas de violências. Além disso, nos municípios onde é realizada a notificação, nem todas as vítimas de estupro chegam a ser atendidas nos serviços de saúde, e também existe subnotificação do agravo entre aquelas que são atendidas. Supondo que os casos notificados correspondam a 10% das ocorrências, o número estimado de estupros por ano no Brasil seria de aproximadamente 500 por dia ou mais de 20 a cada hora. De fato, o número de ocorrências de estupro no Brasil não é conhecido, e muito embora subestimada, sua magnitude impressiona.

Os números apresentados já são de per si elevados, porém salta aos olhos o número expressivo de subnotificação dos casos de estupro, de 92,5%, que se explica pelas dificuldades que permeiam a questão, tais como a vergonha da vítima, o medo do agressor, a ideia de que a mulher é culpada e a revitimização, que será oportunamente abordada.

1.4 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNDO

Mesmo no século XXI, ainda são elevados os índices da violência contra a mulher ao longo do mundo. Não é, assim, um problema unicamente do Brasil, ao contrário, há países em que é ainda mais expressiva e carregada de maior crueldade nos meios de execução.

Consoante informam Eliane Cristina Tenório Cavalcanti e Rosane Cristina de Oliveira⁶⁸:

A violência de gênero atinge mulheres no mundo inteiro e está assentada na tradição cultural, na organização social, nas estruturas econômicas e nas relações de poder. Essa forma de violência é praticada contra pessoas do sexo feminino, somente pela sua condição de ser mulher, a qual explicita as desigualdades socioculturais existentes entre homens e mulheres construídas ao longo da história, gerando uma relação pautada na desigualdade, na discriminação, na subordinação e no abuso de poder.

Esse cenário traduz as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mundo todo, em maior ou menor grau, intensificada, em grande parte, pelos padrões culturais vigentes, a exemplo da gravíssima violação dos direitos humanos consubstanciada na mutilação genital, já referida, que

⁶⁷ GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3s6FKxI>. Acesso em: 11 mar. 2021. p. 451.

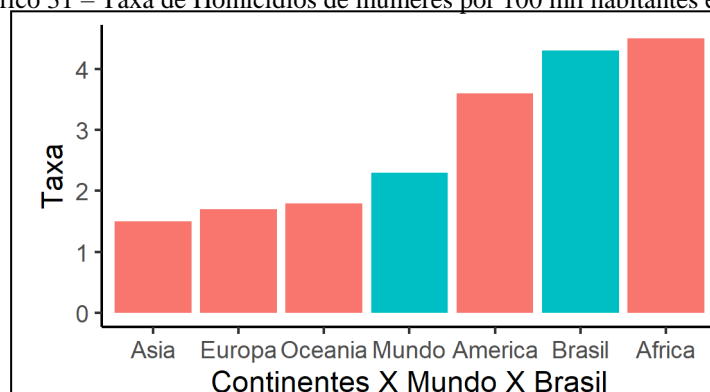
⁶⁸ CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 2, n. 2, 192-206, jun./dez. 2017. p. 192-193.

consiste em modelo de violência acolhida pela sociedade dos países que a praticam sob o argumento da tradição e cultura.

No que diz respeito aos números da violência no mundo, vale consignar inicialmente que serão apresentadas apenas algumas informações, diante das dificuldades impostas para a coleta dos dados, uma vez que não existem relatórios consolidados sobre a violência contra a mulher no mundo, a não ser alguns fracionados.

Inicia-se com a apresentação do Gráfico 31 da taxa dos homicídios intencionais de mulheres, relativo ao ano de 2017, consolidando-se a taxa mundial, comparando os continentes e inserindo coluna específica para o Brasil, cujos dados foram retirados do Booklet1 da United Nations⁶⁹. Neste ponto, merece registro que foram considerados os homicídios intencionais que a United Nation determinou. Sendo assim, o valor para o Brasil é diferente do valor disponibilizado pelo atlas da violência, dificultando a correspondência dos dados.

Gráfico 31 – Taxa de Homicídios de mulheres por 100 mil habitantes em 2017



Fonte: UNODC (2019).

Verifica-se, pela tabela acima, que os continentes americano e africano são os que possuem taxas elevadas em relação à média mundial. O continente africano foi o que revelou a maior taxa de homicídios intencionais de mulheres para cada 100 mil habitantes, seguido do americano. Ademais, cumpre observar que o Brasil ultrapassou a já elevada taxa atribuída para o continente americano.

Falando em termos de números absolutos, 87 mil mulheres foram vítimas de feminicídio no mundo, em sua maioria, ou melhor, em 58% dos casos, tendo como autores seus companheiros, ex-maridos ou familiares, perfazendo uma média de 6 feminicídios cometidos por

⁶⁹ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Global study on homicide**: Executive Summary 2019. Vienna: UNODC, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dKVrFx>. Acesso em: 17 jul. 2020.

conhecidos a cada hora⁷⁰. Frise-se, essa média diz apenas com relação aos cometidos por conhecidos das vítimas, número que chegaria a algo em torno de 10,34 mulheres vítimas por hora.

Com relação à América Latina, o feminicídio mata 12 mulheres por dia. Ademais, possui 14 dos 25 países que registram os mais altos índices de assassinatos de mulheres no mundo⁷¹. O Brasil, por sua vez, ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio⁷², merecendo análise por parte das autoridades públicas, sobretudo porquanto disputa com países com tradições machistas extremamente fortes.

Ademais, merece registro o ranking dos 10 piores países para as mulheres em termos de segurança, utilizando-se índices tais como ruas seguras, homicídios dolosos, violência sexual cometida por estranhos e por parceiros, diferença e desigualdade de gênero e atitudes violentas contra as mulheres. Em primeiro lugar, África do Sul, seguida pelo Brasil, Rússia, México, Irã, República Dominicana, Egito, Marrocos, Índia e Tailândia.⁷³ Novamente o Brasil nas primeiras colocações e, desta vez, em segundo lugar, o que reforça a importância de atuação mais expressiva.

Outra questão bastante relevante no que diz com a perpetração da violência em face das mulheres consiste na praticada em face de imigrantes. Analisando o cenário nos imigrantes residentes nos Estados Unidos, Cecilia Menjivar e Olivia Salcido⁷⁴ lecionam que:

We have identified common elements present in the domestic violence experiences of immigrant women that are unique to their situation – language barriers, isolation, immigration-induced economics changes, legal status, and a cross-national comparative frame of reference. These factors, however, are not the only ones present in cases of domestic violence among immigrants⁷⁵.

⁷⁰ SEIS mulheres morrem a cada hora em todo o mundo vítimas de feminicídio por conhecidos, diz ONU. **G1**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2OuEdUz>. Acesso em: 28 ago. 2020.

⁷¹ ONU MULHERES. ONU: “nenhuma mulher deve morrer por ser mulher”. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/09/1640152>. Acesso em mar. 2021.

⁷² SUDRÉ, Lu; COLOCO, Ana Cristina. Brasil é o 5º país que mais mata mulheres. **Revista Entreteases**, ed. 7, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3rXP4Ed>. Acesso em: 7 mar. 2021.

⁷³ WORLD POPULATION REVIEW. Most dangerous countries for women. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/most-dangerous-countries-for-women>. Acesso em mar. 2021.

⁷⁴ MENJIVAR, Cecilia; SALCIDO, Olivia. Immigrant women and domestic violence: common experiences in Different countries. **Gender & Society**, v. 16, n. 6, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2Q3mWCd>. Acesso em: 11 mar. 2021. p. 915.

⁷⁵ Identificamos elementos comuns presentes nas experiências de violência doméstica de mulheres imigrantes que são únicos em sua situação - barreiras linguísticas, isolamento, mudanças econômicas induzidas pela imigração, status legal e um quadro de referência comparativo entre os países. Esses fatores, no entanto, não são os únicos presentes nos casos de violência doméstica entre imigrantes (tradução livre).

A questão é bastante relevante, porém não foram encontrados, ao menos a partir dos critérios de pesquisa utilizados, números da sua prática ao longo do mundo, servindo a abordagem de sugestão para estudos mais aprofundados sobre a temática.

A violência contra a mulher consiste, portanto, em problema disseminado ao longo dos continentes, clamando pela atuação dos organismos internacionais voltados para o combate às violações praticadas em face dos direitos humanos, com especial enfoque naqueles voltados às mulheres.

1.5 COVID-19, AS MULHERES E O INCREMENTO DA VIOLÊNCIA

A par do cenário observado mundialmente, o contexto da pandemia do Covid-19 demonstrou se tratar de terreno fértil para ainda maior incremento da violência contra a mulher. Consoante dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, do Ministério da Saúde, da Família e dos Direitos Humanos, houve aumento expressivo do número de ligações para o canal de denúncias de violência doméstica durante a quarentena. Segundo informações constantes do sítio da Ouvidoria, em relação à violência contra a mulher, “houve um aumento de mais de 34%. O serviço, que registrou 67.880 denúncias até setembro de 2019, recebeu 91.043 no mesmo período deste ano”⁷⁶.

Da análise dos dados acima, depreende-se que há coincidência de grande parte do período em que os dados foram analisados e o incremento dos registros verificados com o confinamento em decorrência da pandemia do Covid-19, que se intensificou em meados de março de 2020 e se verificava, ainda que com menos vigor, em final de setembro de 2020.

Para corroborar essa afirmativa, convém lançar os dados integrais de anos anteriores. No ano de 2019, foram recebidas 85.412 denúncias. No ano de 2018, 92.663 denúncias e, em 2017, 73.668 denúncias⁷⁷.

A respeito dos dados acima referenciados, merece registro a fala do ouvidor nacional de direitos humanos, Fernando Ferreira⁷⁸, que elucidou que:

Parte desse aumento é justificada pela nova metodologia adotada. Antes, havia uma subnotificação. Cada ligação era registrada sob um número de protocolo, que

⁷⁶ Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Denúncias de violações contra mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência crescem quase 33% em 2020.

⁷⁷ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Relatórios Ligue 180. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/relatorios-ligue-180>.

⁷⁸ FERREIRA, Fernando. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Denúncias de violações contra mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência crescem quase 33% em 2020.

comportava apenas uma denúncia. A partir da unificação da Central de Atendimento do Disque 100 e do Ligue 180, no final de 2019, cada protocolo passou a comportar mais de uma denúncia, que é definida pela relação entre suspeito e vítima.

Acerca dos efeitos da pandemia do COVID-19, Michael J. Zvolensky e outros asseveram que: “[...] *the stress related burden of COVID-19 has negatively impacted interpersonal relationships (e.g., conflict with a partner, domestic violence) due to close living circumstances, social restriction, and heightened worries*”⁷⁹.

Diversos são os fatores que concorrem para esse incremento, mas, sem dúvidas, o confinamento contribui para a prática de violência, uma vez que a reclusão forçada, para além de impor mais tempo de convivência, lança margem para que as insatisfações sejam transferidas para o outro, no caso específico, para a mulher, abrindo espaço para a prática de diversas modalidades de violência, a exemplo da física, da emocional e da patrimonial.

Confirmando a influência de diversos no incremento da violência contra a mulher durante a pandemia do COVID-19 o contido na Nota Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁸⁰, consoante se observa abaixo:

Asimismo, la OMS, referente indiscutible para la pandemia del COVID-19, la violencia de género es un “problema de salud global de proporciones epidémicas”. Las políticas de aislamiento social y confinamiento en los hogares, muy necesarias en este contexto, no reducen la violencia, por el contrario, aumenta los factores de riesgo para la incidencia de la violencia de pareja. Algunas investigaciones plantean que existen cuatro elementos que permiten prever un crecimiento de la violencia contra las mujeres y un crecimiento potencial de feminicidios/femicidios que requieren medidas y respuestas urgentes: 1) El aumento en el tiempo de convivencia entre agresor y víctima 2) El crecimiento de conflictos cotidianos por cuestiones familiares y domésticas, 3) Violencia prolongada sin que se vea interrumpida por las circunstancias de la rutina diaria como compras, escuela, visita familiar, trabajo, etc. y 4) la percepción de seguridad e impunidad en el agresor.

⁷⁹ [...] a carga relacionada ao estresse de COVID-19 impactou negativamente as relações interpessoais (por exemplo, conflito com um parceiro, violência doméstica) devido a circunstâncias de vida próximas, restrição social e preocupações aumentadas (tradução livre). ZVOLENSKY, Michael J.; GAREY, Lorra; ROGERS, Andrew H. *et al.* Psychological, addictive, and health behavior implications of the COVID-19 pandemic. **Behavior Research and Therapy**, v. 134, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wJrTAY>. Acesso em: 12 mar. 2021.

⁸⁰ Da mesma forma, a OMS, referência indiscutível para a pandemia COVID-19, a violência de gênero é um “problema de saúde global de proporções epidêmicas”. Políticas de isolamento social e confinamento domiciliar, muito necessárias neste contexto, não reduzem a violência, pelo contrário, aumentam os fatores de risco para a incidência da violência praticada pelo parceiro íntimo. Algumas pesquisas sugerem que existem quatro elementos que permitem prever um crescimento da violência contra a mulher e um potencial crescimento de feminicídios / femicídios que requerem medidas e respostas urgentes: 1) O aumento do tempo de convivência entre o agressor e a vítima 2) O crescimento de conflitos diários devido a questões familiares e domésticas; 3) Violência prolongada sem ser interrompida pelas circunstâncias da rotina diária, como compras, escola, visita familiar, trabalho, etc. e 4) a percepção de segurança e impunidade do agressor (tradução livre). PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Los impactos económicos del COVID-19 y las desigualdades de género recomendaciones y lineamientos de políticas públicas*, p. 9.

Laura C. Hudson, Eve J. Lowenstein e Leonard J. Hoenig⁸¹, ao indicarem o índice de que uma em cada quatro mulheres sofreram violência de parceiro íntimo ao longo da vida, trazem a legítima preocupação com o seu incremento durante a pandemia provocada pela COVID-19. Segundo lecionam:

*The current coronavirus disease 2019 (COVID-19) pandemic has raised concerns that domestic violence could become even more problematic worldwide due to movement restrictions that confine couples at home, whereas stress levels mount from unemployment and social confinement. It may now be more difficult for victims to find a time to call for help, because their abuser is around more often and can monitor what they are doing*⁸².

No mesmo norte, pertinentes os ensinamentos de Pâmela Rocha Vieira, Leila Posenato Garcia e Ethel Leonor Maciel⁸³:

No isolamento, com maior frequência, as mulheres são vigiadas e impedidas de conversar com familiares e amigos, o que amplia a margem de ação para a manipulação psicológica. O controle das finanças domésticas também se torna mais acirrado, com a presença mais próxima do homem em um ambiente que é comumente dominado pela mulher. A perspectiva da perda de poder masculino fere diretamente a figura do macho provedor, servindo de gatilho para comportamentos violentos.

O incremento da violência durante o isolamento social em razão da pandemia do Covid-19 não aconteceu apenas no Brasil. A pesquisa desenvolvida por Romero de Albuquerque Maranhão⁸⁴ conclui que:

[...] a quarentena por imposição política e sanitária é o momento propício para alguns sentimentos se potencializarem: poder; desejo; dominação; ódio; estresse; discórdia; obediência; e submissão. Além disso, que atos de violência e mortes de mulheres aconteceram durante os períodos de quarentena da COVID-19 no Brasil e em outros países, o que por si, já demonstra uma das facetas negativas da epidemia.

Corroborando os posicionamentos acima, informam Pâmela Rocha Vieira, Leila Posenato Garcia e Ethel Leonor Maciel⁸⁵:

⁸¹ HUDSON, Laura C; LOWENSTEIN, Eve J.; HOENIG, Leonard J. Domestic violence in the coronavirus disease 2019 era: Insights from a survivor. COVID-19. Important Updates and Developments. **Clinics in Dermatology**, v. 38, n. 6, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d9ewSV>. Acesso em: 2 fev. 2021. p. 1-2.

⁸²A atual pandemia da doença coronavírus 2019 (COVID-19) levantou preocupações de que a violência doméstica poderia se tornar ainda mais problemática em todo o mundo devido às restrições de movimento que confinam os casais em casa, enquanto os níveis de estresse aumentam devido ao desemprego e confinamento social. Agora pode ser mais difícil para as vítimas encontrar um tempo para pedir ajuda porque o agressor está por perto com mais frequência e pode monitorar o que elas estão fazendo (tradução livre).

⁸³ VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d1gTak>. Acesso em: 19 out. 2020. p. 2.

⁸⁴ MARANHÃO, Romero de Albuquerque. A violência doméstica durante a quarentena da COVID-19: entre romances, feminicídios e prevenção, p. 3207.

O isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19 traz à tona, de forma potencializada, alguns indicadores preocupantes acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher. As organizações voltadas ao enfrentamento da violência doméstica por causa da coexistência forçada, do estresse econômico e de temores sobre o coronavírus. Embora as evidências a respeito dos impactos do isolamento sobre a violência doméstica e familiar sejam incipientes, notícias divulgadas na mídia e relatórios de organizações internacionais apontam para o aumento desse tipo de violência. Na China, os registros policiais de violência doméstica triplicaram durante a epidemia. Na Itália, na França e na Espanha também foi observado aumento na ocorrência de violência doméstica após a implementação da quarentena domiciliar obrigatória.

Merecem destaque as considerações de Laura C. Hudson, Eve J. Lowenstein e Leonard J. Hoenig⁸⁶, que, ao tempo em que confirmam as informações do incremento da violência contra a mulher durante a pandemia, ressaltam o papel dos médicos na identificação da sua ocorrência, mesmo reconhecendo as dificuldades impostas pelo atendimento remoto:

*Domestic violence is on the rise during the COVID-19 pandemic. This most disturbing trend warrants an extra vigilance by physicians to routinely screen for domestic violence in daily clinical practice. There are many challenges physicians face in properly handling cases of domestic violence during this pandemic: the limitations of telemedicine, the importance of taking a proper history, the ability to recognize the often-subtle skin findings of domestic violence, and the skill to examine victims in a compassionate and sensitive manner*⁸⁷.

De toda sorte, importante consignar que a pandemia do COVID-19 não foi a responsável pelo cometimento da violência em si, que possui outras causas, já analisadas, mas pelo seu incremento. Neste sentido, Joana Alencar e outras⁸⁸:

A convivência permanente e restritiva gerada pela política de isolamento social não atua como causa das situações de violência, mas como um fator agravante responsável pelo aumento das incidências neste contexto, sobretudo porque essa forma de violência tem na esfera doméstica o seu epicentro. Portanto, o fato de os cônjuges ou outros familiares manterem-se confinados no ambiente doméstico aumenta a chance e a frequência dos casos, conforme divulgado por diversos organismos internacionais e nacionais.

⁸⁵ VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d1gTak>. Acesso em: 19 out. 2020. p. 2.

⁸⁶ HUDSON, Laura C; LOWENSTEIN, Eve J.; HOENIG, Leonard J. Domestic violence in the coronavirus disease 2019 era: Insights from a survivor. COVID-19. Important Updates and Developments. **Clinics in Dermatology**, v. 38, n. 6, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d9ewSV>. Acesso em: 2 fev. 2021. p. 6.

⁸⁷ A violência doméstica está aumentando durante a pandemia de COVID-19. Esta tendência mais perturbadora justifica uma vigilância extra por parte dos médicos para rastrear rotineiramente a violência doméstica na prática clínica diária. Há muitos desafios que os médicos enfrentam para lidar adequadamente com os casos de violência doméstica durante esta pandemia: as limitações da telemedicina, a importância de obter um histórico adequado, a capacidade de reconhecer os achados frequentemente sutis da violência doméstica e a habilidade de examinar as vítimas em uma maneira compassiva e sensível (tradução livre).

⁸⁸ ALENCAR, Joana; STUKER, Paula; TORARSKI, Carolina; ALVES, Iara; ANDRADE, Krislane de. Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: Ações presentes, ausentes e recomendadas, p. 7.

Outro ponto que merece destaque diz com a questão das subnotificações da prática de violência, aumentadas durante a pandemia. A esse respeito, interessante consignar a preocupação de Jeanine Pacheco Moreira Barbosa e outras⁸⁹, calcadas em dados da ONU Brasil do ano de 2020:

[...] é relevante destacar a existência de subnotificação crônica das formas de violência doméstica, anterior a COVID-19, onde menos de 40% das mulheres sob situação de violência buscavam qualquer tipo de ajuda ou denunciavam o crime e, destas, menos de 10% das mulheres procuravam ajuda policial. O contexto atual da pandemia, com maiores limitações no acesso de mulheres a telefones e linhas de ajuda e interrupção dos serviços públicos como polícia, justiça e serviços sociais, tem apontado para a existência de maiores discrepâncias na situação atual estimada das mulheres em situação de violência doméstica.

Como visto, as subnotificações dos casos de violência contra a mulher são extremamente recorrentes em tempos de normalidade, ao ponto de se dizer que aos dados poderiam ser ainda mais alarmante se correspondessem à realidade. Muitos dos fatores que já dificultam as comunicações foram exacerbados durante a pandemia, ocasião em que a vigilância ostensiva sobre a vítima se intensificou, o que reclama a adoção de instrumentos tecnológicos remotos para a notificação da prática de violência, o analisado com mais vagar em capítulo futuro.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O estabelecimento de políticas públicas adequadas é fundamental para a proteção efetiva das mulheres, em especial das que se encontrem em situação de maior vulnerabilidade, de modo a fomentar ações preventivas e repressivas que possibilitem diminuir os números da violência contra a mulher.

Quanto ao conceito de políticas públicas, merece destaque o entendimento de Celina Souza⁹⁰:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas

⁸⁹ BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa; LIMA, Rita de Cassia Duarte; SANTOS, Gabriela de Brito Martins *et al.* **Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra a mulher em tempos de pandemia COVID-19**, 2020. No prelo. Disponível em: <https://bit.ly/3s2ZHpg>. Acesso em: 17 out. 2020. p. 5.

⁹⁰ SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3d2MQyZ>. Acesso em: 20 mar. 2021. p. 26.

eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Percebe-se a fluidez conceitual de políticas públicas e as possibilidades do enquadramento, podendo ser, a um só tempo a ação, a análise da ação e a eventual mudança do que vinha sendo feito, de modo a atender as necessidades e eventuais particularidades dos seus destinatários.

No dizer de Almira Rodrigues⁹¹:

O Estado se constitui como uma instância privilegiada na implementação da justiça e do bem estar social, bem como na garantia da integridade física e psíquica dos indivíduos. Para exercer suas prerrogativas e responsabilidades, o Estado dispõe de recursos arrecadados com impostos junto à população, contrata funcionários públicos e detém o monopólio da força policial.

A arrecadação de recursos impõe inúmeros deveres ao Estado, sobretudo de fornecer a todos, e, no caso versado, às mulheres, um arsenal de ferramentas para o pleno exercício da cidadania, formulando políticas que implementem seus direitos, dando concretude ao mandamento constitucional da isonomia e salvaguardando-a em sua integralidade.

Antes de se adentrar na análise mais concreta do que se traduz importante na formulação de políticas públicas, convém analisar, ainda que em breves linhas, as normas protetivas das mulheres. Entretanto, de se lembrar, antes de tudo, que a guarida constitucional e infraconstitucional, apesar de fundamental, carece de efetivação.

2.1 MANDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES

Apesar de todo o cenário de violência já analisado, ao longo dos anos, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, andou bem o legislativo no que atine à edição de diversos diplomas legais protetivos. Alguns, ainda que não especificamente vinculados à coibição da violência, trazem mudanças culturais importantes, prescrevendo sobretudo autonomia, igualdade e proteção às mulheres.

As normas jurídicas são o sustentáculo do caminhar do Estado, ao balizar a atuação e indicar, ainda que minimamente, onde deverão ser focadas as ações, definindo quais facetas de proteção se revelam mais importantes e servindo de norte para a definição dos caminhos que serão adotados na formulação das políticas públicas.

Reforçando a importância das normas para a formulação de políticas públicas, Almira Rodrigues⁹² assevera que:

Enquanto referência para a ação social, a legislação coloca a perspectiva do desejo, da intenção, da vontade de um determinado projeto societário: seja como norte para a construção de novas realidades, seja como referência conservadora e ultrapassada de práticas não observadas pelos segmentos sociais.

[...]

A legislação constitucional e infraconstitucional constitui a base e o norte para a formulação e implementação das Políticas Públicas. Estas conformam um conjunto de ações e de intervenções visando garantir o desenvolvimento e a construção da cidadania. Dependendo do contexto, as políticas públicas podem adquirir um cunho compensatório ou um caráter distributivo (de renda, poder, terra, meios de comunicação). A superação ou minimização de intensas e profundas desigualdades sociais demanda a implantação de ações redistributivas.

O presente estudo focará nas normas que trouxeram, em alguma medida, benefícios para as mulheres, servindo como suporte para a formulação e implementação das políticas públicas voltadas ao enfrentamento das disparidades existentes entre homens e mulheres e à violência contra as mulheres.

Não há como se iniciar o elenco a não ser pelo comando constitucional insculpido no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana”⁹³.

O princípio da dignidade da pessoa é um macro princípio, o princípio dos princípios, do qual emanam, ou ao menos deveriam emanar, todas as demais normas. Confere sustentáculo para todo o ordenamento jurídico. A dignidade humana é o mais forte fundamento para a tutela das mulheres contra todas as formas de violência e discriminação.

Nas marcantes lições de José Afonso da Silva⁹⁴:

Portanto, a dignidade da pessoa humana não é uma criação constitucional, pois ela é um desse conceitos a priori, um dado preexistente a toda experiência especulativa, tal como a própria pessoa humana. A Constituição, reconhecendo a sua existência e a sua eminência, transformou-a num valor supremo da ordem jurídica, quando a declara como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil constituída em Estado Democrático de Direito.

[...]

⁹¹ RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas**. Brasília: [s. n.], 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3t4WarB>. Acesso em: 10 fev. 2021. p. 3.

⁹² RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas**. Brasília: [s. n.], 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3t4WarB>. Acesso em: 10 fev. 2021. p. 4-5.

⁹³ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988

⁹⁴ SILVA, José Afonso. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, v. 212, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3s8RBeU>. Acesso em: 19 mar. 2021. p. 91.

Poderíamos até dizer que a eminência da dignidade da pessoa humana é tal que é dotada ao mesmo tempo da natureza de valor supremo, princípio constitucional fundamental e geral que inspiram a ordem jurídica, Mas a verdade é que a Constituição lhe dá mais do que isso, quando a põe como fundamento da República Federativa do Brasil constituída em Estado Democrático de Direito. Se é fundamento é porque se constitui num valor supremo, num valor fundante da República, da Federação, do País, da Democracia e do Direito. Portanto, não é apenas um princípio da ordem jurídica, mas o é também da ordem política, social, econômica e cultural. Daí sua natureza de valor supremo, porque está na base de toda a vida nacional.

Verifica-se, portanto, a magnitude e a abrangência que foi conferida à dignidade da pessoa humana pelo texto constitucional, irradiando efeitos nas mais diversas ordens e reclamando sua observância por todos e em todo o território nacional. Todos os demais direitos devem vir adjetivados com a palavra digna. A mulher, para viver com dignidade, deve, além dos demais direitos sociais, viver longe de qualquer forma de violência, eis que isso lhe retira dignidade. É, portanto, um dos princípios mais relevantes de toda a Constituição Federal e extremamente importante na tutela da mulher e na promoção de políticas públicas, que devem sempre levar a dignidade como valor na condução da atuação do Estado.

Na sequência, outro dispositivo constitucional⁹⁵ de extremada relevância consiste no art. 5º, que traz diversos direitos envolvendo as mulheres:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

III – ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

[...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Como se percebe, o artigo 5º, desde o *caput*, impõe a igualdade entre todos, sem distinção. Dessa feita, a igualdade entre homens e mulheres já estaria tutelada apenas pelo contido no *caput*, mas entendeu por bem o constituinte de 1988 reforçá-la com a previsão contida no inciso I, prescrevendo expressamente a isonomia entre homens e mulheres.

⁹⁵ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

O inciso III tutela a integridade contra tratamento desumano ou degradante, aos quais, não raras vezes, as mulheres são submetidas. No inciso X, prevê a tutela da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, salutar para se evitar sobretudo a prática da violência digital contra as mulheres. Por seu turno, o inciso XLIII trata dos crimes hediondos e uma das grandes vitórias foi o reconhecimento do crime de feminicídio neste rol.

Mais adiante, no art. 226 da Constituição Federal, ao tratar da família, oferta guarida aos seus integrantes contra a violência doméstica: “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Os artigos mencionados serviram de base para a elaboração de leis infraconstitucionais protetivas, que serão avaliadas na sequência. Entretanto, antes de adentrar no plano infraconstitucional, merecem menção os acordos e tratados internacionais que versam sobre a tutela da mulher, com o intuito de protegê-la contra todas as formas de discriminação e violência.

A par dos inúmeros diplomas referentes à tutela dos direitos humanos, existem diversos acordos e tratados que se direcionam especificamente às mulheres, em especial porque são sujeitos vulneráveis, em maior ou menor grau, a depender da sociedade em que se encontrem insertas. Na sequência, serão analisadas alguns desses instrumentos.

Desde 1945 há a preocupação mundial com a isonomia entre homens e mulheres, verificada na reafirmação expressa da igualdade contida na Carta das Nações Unidas, promulgada no Brasil pelo Decreto n. 19.841, de 22 de outubro de 1945⁹⁶.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹⁷, adotada e proclamada pela Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, foi assinada pelo Brasil na mesma data. Desde o artigo 1º preceitua que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. No artigo 2º traz a premissa, ao lado de outras, da não discriminação em razão de sexo e no artigo 7º a igualdade perante a lei.

Por seu turno, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (DADDH)⁹⁸ foi aprovada na 9ª Conferência Internacional Americana, em Bogotá, no ano de 1948 traz a ideia da isonomia perante a lei e, ainda, dos cuidados e auxílios especiais para a mulher em estado de gravidez ou em época de lactação.

⁹⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Carta das Nações Unidas.

⁹⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos, p. 1.

⁹⁸ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos⁹⁹, adotado pela Organização das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966, foi aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo n. 226, de 12 de dezembro de 1966 e promulgada pelo Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992. Traz expressamente, no seu artigo 3º, a igualdade de homens e mulheres no gozo de todos os direitos civis e políticos enunciados no Pacto.

A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela ONU em 1974, passou a vigorar parcialmente no Brasil desde 1984, consoante Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Contou com adesão completa apenas em 1994, tendo sido promulgada pelo Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Aludida Convenção¹⁰⁰ preceitua que:

Para os fins da presente Convenção, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Ademais, traz no seu bojo uma série de providências que deverão ser adotadas pelos Estados para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher, em todas as esferas: política, econômica, social, cultural e civil.

Contribui ainda com a não discriminação a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ("Pacto de São José da Costa Rica), promulgada pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992¹⁰¹. Traz, além da proibição de discriminação em razão do sexo, a isonomia do homem e da mulher no casamento.

A Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres¹⁰², proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Resolução nº 48/104, de 20 de dezembro de 1993, outrora mencionada, contém diretrizes com vistas a reforçar e complementar Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, conferindo-lhe plena aplicabilidade.

⁹⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

¹⁰⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

¹⁰¹ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

¹⁰² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Também o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre direitos humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹⁰³, Protocolo de São Salvador, traz a obrigação de não discriminação, entre as quais aquela decorrente de sexo.

A Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher¹⁰⁴, consubstanciada na Carta de Belém do Pará, foi promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Prescreve diversas medidas, determinações e deveres, com destinação expressa da proibição da violência contra a mulher no âmbito privado e público, abarcando, assim, também a violência institucional.

Por derradeiro, merece menção a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica¹⁰⁵, conhecida como Convenção de Istambul, cujo objetivo é a tolerância zero para com a violência contra as mulheres. Embora não tenha incidência no Brasil, serve de parâmetro para o mundo e abarca diversas formas de violência como infrações penais, quais sejam: violência doméstica (violência física, sexual, psicológica e econômica); perseguição; violência sexual; assédio sexual; casamento forçado; mutilação genital feminina; aborto e esterilização forçada. Consiste em documento bastante abrangente e que pode servir de modelo para organismos internacionais.

A par dos tratados e convenções internacionais, foram realizadas, pela Organização das Nações Unidas, quatro Conferência Mundiais da Mulher. A primeira, no México, em 1975, sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”; a segunda, na Dinamarca, em 1980, com a temática “Educação, Emprego e Saúde”; a terceira, no Quênia, em 1985, sob a bandeira “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”; e a quarta, na China, em 1995, “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, todas rendendo frutos no que diz com a mitigação da discriminação e o combate da violência contra a mulher em vários espaços¹⁰⁶.

Esses instrumentos e movimentos internacionais ofertam possibilidade de se buscar auxílio no plano internacional, quando houver morosidade ou inação. A demora na punição do agressor de Maria da Penha, eis que já havia se passado 19 anos, foi denunciada, pelo Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa

¹⁰³ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre direitos humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

¹⁰⁴ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

¹⁰⁵ CONSELHO DA EUROPA. Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

¹⁰⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferências Mundiais da Mulher.

dos Direitos da Mulher (CLADEM), à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, responsável pelo recebimento de denúncias de violação dos direitos previstos no Pacto de São José da Costa Rica e na Convenção de Belém do Pará, ensejando recomendações ao Brasil, uma vez que a morosidade importava em flagrante violação dos direitos humanos¹⁰⁷.

Por seu turno, no plano infraconstitucional, diversos diplomas foram editados. Dessa feita, serão abordados alguns dos que conferiram direitos às mulheres, nas mais variadas facetas, bem assim os projetos de lei mais expressivos que se encontram em tramitação, utilizando-se, para tanto, do critério cronológico e não de importância e expressividade.

No Código de 1916, a mulher casada era considerada incapaz, carecendo de autorização do marido, inclusive para trabalhar e receber herança. Essa situação se alterou com a Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, conhecida como Estatuto da Mulher Casada¹⁰⁸. A mulher deixou de ser considerada incapaz e passou a poder praticar a maior parte dos atos sem o consentimento do marido, salvo os exigidos na lei, mas, sem dúvidas, o homem continuava com muito mais direitos que a mulher.

A Lei do Divórcio, Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977¹⁰⁹, regulamentou a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, que, finalmente, acabou com a figura do desquite e conferiu a possibilidade do divórcio. Regulamentou a separação judicial, o divórcio, a questão dos filhos, dos alimentos, do uso do nome. É marco importante, na medida em que conferiu, por exemplo, liberdade para as mulheres romperem vínculos que perduravam por anos e constituir nova família.

Na sequência, a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, conhecida como a Lei dos Juizados Especiais¹¹⁰, apesar de tratar a questão, não trouxe grandes benefícios.

Segundo Marli Marlene Moraes da Costa e Quelen Brondani de Aquino¹¹¹:

Embora os juizados especiais criminais tenham sido criados para dar celeridade aos processos, o rito sumaríssimo não era adequado para tratar as questões de violência de

¹⁰⁷ COSTA, Marli Marlene Moraes da; AQUINO, Quelen Brondani de. A violência contra a mulher: breve abordagem sobre a Lei Maria da Penha. **Revista do Curso de Direito da FSG**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3t13zZ4>. Acesso em: 14 mar. 2021. p. 127.

¹⁰⁸ BRASIL. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

¹⁰⁹ BRASIL. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

¹¹⁰ BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

¹¹¹ COSTA, Marli Marlene Moraes da; AQUINO, Quelen Brondani de. A violência contra a mulher: breve abordagem sobre a Lei Maria da Penha. **Revista do Curso de Direito da FSG**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3t13zZ4>. Acesso em: 14 mar. 2021. p. 126-127.

gênero. Se as lesões praticadas contra a mulher não fossem graves, o delito seria considerado de menor potencial ofensivo, sujeito ao rito sumaríssimo dos juizados especiais, com previsão de pena restritiva de direito ou multa, podendo ser convertido em prestação de serviço à comunidade ou pagamento de cestas básicas. Então, o agressor, ao sair dos juizados especiais, constatava que a violência contra a mulher era permitida, desde que pagasse o preço, ou seja a multa.

[...]

Todavia, no que se refere à violência doméstica, a Lei 9.099/95 representou uma dissonância com relação à proteção dos direitos humanos das mulheres, principalmente pela ausência de medidas que fossem capazes de garantir sua integridade física e emocional. Sem considerar que os casos de ameaça, violência psicológica e moral eram ainda mais banalizados com os juizados especiais.

Assim, a Lei dos Juizados Especiais¹¹² apenas mantinha o que já ocorria culturalmente, ou seja, permitia a violência, na medida em que a punição era branda demais. Dessa feita, dava margem para que o agressor se sentisse impune, já que o preço a se pagar não era elevado. Não se traduziu, dessa forma, em diploma protetivo, até porque adstrito aos delitos de menor potencial ofensivo. Só isso já demonstra como a violência era entendida, sobretudo pelos agressores, e como o bem jurídico mulher era considerado.

Por sua vez, a Lei nº 10.886/04¹¹³ acrescentou os parágrafos 8º e 9º ao art. 129 do Código Penal, tipificando, pela primeira vez, a violência doméstica praticada no âmbito das relações familiares. Até então, a punição se dava nos limites da lesão corporal e apenas quando deixasse vestígios¹¹⁴.

A edição da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, anteriormente mencionada, trouxe mudança substancial no cenário. Aludido diploma é considerado um dos mais modernos do mundo, mas ainda carece de concretude. No decorrer deste estudo, a Lei será abordada, de conformidade com os espaços que disciplina.

Neste momento, cumpre consignar as lembranças de Amália Enhardt e Simone Sobral Sampaio¹¹⁵:

[...] quando repensamos na historicidade do entendimento jurídico sobre a violência doméstica contra a mulher, nos recordamos que foi somente em 2006, por intermédio da Lei Federal nº 11.340, que a violência contra a mulher deixou de ser considerada um crime de “menor potencial ofensivo”, dispondo de exclusivos Juizados de Violência

¹¹² BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

¹¹³ BRASIL. **Lei nº 10.886, de 17 de junho de 2004**. Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “violência doméstica”. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

¹¹⁴ COSTA, Marli Marlene Moraes da; AQUINO, Quelen Brondani de. A violência contra a mulher: breve abordagem sobre a Lei Maria da Penha. **Revista do Curso de Direito da FSG**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3t13zZ4>. Acesso em: 14 mar. 2021. p. 124.

¹¹⁵ EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OwdW8a>. Acesso em: 20 out. 2020. p. 371.

Doméstica e Familiar contra a Mulher. Além de as mudanças legislativas sobre crimes contra mulheres serem recentes, é de conhecimento geral que cada dia aumenta mais o número de mulheres vítimas de violência doméstica e feminicídio.

Outro momento delicado para a mulher se consubstancia no período pós violência sexual. Em atenção à importância do pleno e imediato atendimento da mulher vítima dessa forma de violência, merece registro a edição da Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, conhecida como Lei do minuto seguinte¹¹⁶.

A aludida lei determina que os hospitais da rede SUS possuem por obrigação ofertar atendimento emergencial, integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, tanto objetivando os danos físicos quanto os psicológicos.

O rol de serviços é bastante ampliado e foi definido no 3º da Lei nº 12.845/2013:

Art. 3º O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços:

I - diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas;

II - amparo médico, psicológico e social imediatos;

III - facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual;

IV - profilaxia da gravidez;

V - profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST;

VI - coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia;

VII - fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis.

§ 1º Os serviços de que trata esta Lei são prestados de forma gratuita aos que deles necessitarem.

§ 2º No tratamento das lesões, caberá ao médico preservar materiais que possam ser coletados no exame médico legal.

§ 3º Cabe ao órgão de medicina legal o exame de DNA para identificação do agressor.

Verifica-se, pois, que a lei em apreciação, ainda desconhecida de grande parte das pessoas, oferta amplo espectro de serviços que devem ser postos imediatamente à disposição da vítima de violência sexual. Dessa feita, caso um hospital da rede SUS não atenda ao mandamento legal acima transcrito ou preste atendimento em desconformidade com o estabelecido, restará configurada violência institucional por ação ou omissão.

¹¹⁶ BRASIL. **Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

Ademais, merece menção a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015¹¹⁷, que alterou o Código Penal e a Lei nº 8.072, de 25 de junho de 1990, com vistas a inserir o feminicídio no rol dos crimes hediondos e o prever como circunstância qualificadora do homicídio.

Três diplomas, anteriormente mencionados, razão pela qual serão neste ponto apenas registrados, cuidaram de tratar da violência digital, que, a cada dia mais, acomete mulheres no mundo todo, diante do uso expressivo e diuturno da tecnologia para todas as finalidades, quais sejam: a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet; a Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012, que tipificou delitos informáticos, conhecida como Lei Carolina Dieckman; e a Lei nº 13.772/2018, que alterou a Lei Maria da Penha, para ampliar o conceito de violência psicológica, e criminalizou a conduta de registro não autorizado da intimidade sexual, previsto agora no art. 216-B do Código Penal.

Por fim, cumpre consignar que foi editada, em 2018, a denominada Lei da Importunação Sexual, Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018¹¹⁸, que, alterando o Código Penal, tipificou os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, além de estabelecer causas de aumento de pena para crimes dessa natureza.

Frise-se, contudo, que, a despeito das previsões normativas e da sua disseminação no seio social, talvez não com o vigor merecido, os dados envolvendo as mais variadas formas de violência de que são vítimas ainda são expressivos. Com vistas a reforçar o combate, há diversos projetos de lei em tramitação envolvendo a temática.

Dessa feita, atentos à necessidade de ofertar guarida legislativa cada vez mais expressiva, a par dos instrumentos já mencionados, merece registro o Projeto de Lei nº 5.117/2020¹¹⁹, de autoria do Senador Fabiano Contarato, aprovado no Senado no dia 9 de dezembro de 2020, que seguiu para apreciação da Câmara em dezembro de 2020. O escopo se consubstancia em dois acréscimos ao Código de Processo Penal, quais sejam: atendimento policial e pericial ininterrupto das vítimas de crimes contra a dignidade sexual feito por profissionais capacitados, preferencialmente mulheres; regras adicionais nos casos de inquirição de vítimas e testemunhas de crimes contra a dignidade sexual, a fim de obrigar os agentes públicos a não atuarem ou

¹¹⁷ BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

¹¹⁸ BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro [...]. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

permitirem a revitimização da ofendida, podendo ter sido motivado pelo ocorrido no conhecido caso Mariana Ferrer¹²⁰.

Constata-se que o objetivo é evitar que a vítima, já fragilizada pela violência sofrida, seja exposta a novas ofensas, gerando novos traumas, fazendo com que se vítima sinta segura e amparada ao denunciar crimes dessa natureza.

O Projeto de Lei nº 4961/2020, de iniciativa da Câmara dos Deputados, prevê duas importantes soluções: a possibilidade de monitoração eletrônica do agressor por meio de dispositivo eletrônico, a exemplo da tornozeleira eletrônica, bem assim a disponibilização, para as vítimas de violência doméstica, de dispositivo acionável, que funcionaria como “botão do pânico”¹²¹.

Calcando-se também no emblemático caso Mariana Ferrer, a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 10 de dezembro, o Projeto de Lei nº 5091/2020¹²², que considera criminosos os atos ou omissão de agentes públicos que prejudiquem o atendimento à vítima ou testemunha de violência.

Essas alterações legislativas se justificam especialmente porque se faz mister atuar com vigor no combate à violência institucional, sobretudo quando se tratar de vítimas de violência sexual, eis que é cediço que em todo o mundo ainda há expressiva subnotificação dos casos de crimes sexuais, por razões diversas, inclusive por receio do tratamento que lhes será dispensado.

Segundo informações contidas na página do Senado, “a última pesquisa nacional de vitimização estimou que apenas cerca de 7,5% das vítimas de violência sexual notificam a polícia”¹²³. Se não houver receptividade, acolhimento e respeito no ambiente que lhes deveria prestar ampla guarida, esse cenário numérico não se alterará e poderá dar a impressão de que sua ocorrência é menor do que a real.

Apesar das normas elencadas, cumpre registrar as lições de Almira Rodrigues¹²⁴:

¹¹⁹ BRASIL. **Projeto de Lei nº 5117, de 2020**. Acrescenta os arts. 6º-A e 201-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 10 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para garantir tratamento digno à vítima de crime contra a dignidade sexual. Senado Federal, Brasília/DF.

¹²⁰ PROJETO de lei visa barrar práticas de culpar as vítimas de crimes sexuais. **Agência Senado**, Brasília, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/31V7fzS>. Acesso em: 17 dez. 2020.

¹²¹ PROJETO prevê “botão do pânico” para mulheres vítimas de violência doméstica. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 26 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3muQfcU>. Acesso em: nov. 2020.

¹²² BRASIL. **Projeto de Lei nº 5091/2020**. Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3fNY1gH>. Acesso em: 10 fev. 2021.

¹²³ PROJETO de lei visa barrar práticas de culpar as vítimas de crimes sexuais. **Agência Senado**, Brasília, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/31V7fzS>. Acesso em: 17 dez. 2020.

¹²⁴ RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas**. Brasília: [s. n.], 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3t4WarB>. Acesso em: 10 fev. 2021. p. 4.

A formulação de legislação favorável à cidadania das mulheres enfrenta resistências de duas perspectivas, basicamente: a religiosa de cunho fundamentalista, que visa a estender suas crenças e práticas a toda a população brasileira, desconsiderando o direito alheio de decidir sobre os rumos da própria vida; e a perspectiva liberal, que visa a esvaziar as funções do Estado, reduzindo suas responsabilidades e gastos no que se refere ao bem estar social.

A preocupação externada pela autora é relevante, sobretudo no que diz com o esvaziamento do papel do Estado e a redução de gastos. A ideia liberal vai de encontro à intervenção estatal. No entanto, conforme salientado anteriormente, a integridade da mulher, em todos os aspectos, exige a intervenção das autoridades públicas competentes, assumindo seu papel, e invadindo, se preciso for, o recesso do lar.

Percebe-se, portanto, que a recorrência da prática de violência contra a mulher não se dá por falta de normas, eis que, consoante visto, existem diversos dispositivos constitucionais e leis para a salvaguarda das mulheres, contando ainda com a possibilidade de serem, em breve, complementados pela aprovação dos projetos de lei em tramitação. Embora as previsões normativas sejam o supedâneo para a definição do atuar estatal, servindo, além de norte, como justificativa para o estabelecimento de políticas públicas específicas, exigem do Estado concretização, de modo a alcançar o seu pleno objetivo.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES

Em queensem as guaridas legais retroapontadas, apesar dos avanços experimentados após as lutas do movimento feminista, muito há que se fazer para que, de fato, os comandos constitucionais e infraconstitucionais sejam implementados em sua integralidade.

De plano, cumpre trazer as concisas, porém preciosas, lições de Eva Alterman Blay¹²⁵: “para enfrentar essa cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada”.

No mesmo sentido, Joana Alencar e outras¹²⁶ preceituam que:

Compete ao Estado responsabilizar-se pela garantia do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que garante ser possível a homens e mulheres uma existência com plena fruição de direitos fundamentais. Portanto, o direito da mulher à integridade psicológica e física deve ser garantido por meio de políticas públicas que

¹²⁵ BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 96.

¹²⁶ ALENCAR, Joana; STUKER, Paula; TORARSKI, Carolina; ALVES, Iara; ANDRADE, Krislane de. Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: Ações presentes, ausentes e recomendadas, p. 7.

respondam rapidamente no caso de rompimento do respeito e convivência harmônica entre indivíduos.

O reconhecimento, por todos os atores envolvidos, de que os direitos das mulheres se tratam de Direitos Humanos ensejará ações e cuidados compatíveis com essa importante categoria de direitos. Toda a atuação, envolvendo atores públicos e a sociedade, deve ter em conta a fundamentalidade desses direitos e a impossibilidade de que sejam restringidos, inclusive em prestígio ao princípio da vedação do retrocesso.

A propósito, o reconhecimento dos direitos da mulher como direitos humanos já se verificou, tanto no plano internacional, quanto pela Lei Maria da Penha, que, em seu artigo 6º, considera expressamente que “a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”, não deixando dúvidas de que resta a implementação de medidas, ainda mais expressivas, tendentes a efetivá-los.

No entender de Amália Einhardt e Simone Sobral Sampaio¹²⁷:

Os direitos conquistados pelo movimento feminista representam avanços na construção de uma relação equitativa entre homens e mulheres, mas ainda enfrentam a lentidão do reconhecimento social, talvez devido ao não questionamento por parte dos homens sobre a sua responsabilidade em, também, alterarem essa relação, de modo a saírem da constelação de privilégios dos quais usufruem (por exemplo, maior inserção no espaço público, nos cargos de comando e decisão políticos, melhores salários, etc.). Isso demonstra a necessidade de políticas públicas destinadas à formação de uma cultura na qual homens e mulheres constituam relações igualitárias, capazes de promover um processo crítico à relação que objetifica mulheres e que reitera a masculinidade como sinônimo de opressão.

Percebe-se que o papel social e Estatal devem ser cumpridos com mais afinco, sobretudo no que atine às mudanças socioculturais, que devem ser pauta dos responsáveis pela eleição das balizas definidoras das políticas públicas que serão implementadas na área.

Para tanto, deve-se lançar mão de todos os meios disponíveis, a exemplo da tecnologia, que será objeto do próximo capítulo, sobretudo com o olhar voltado ao viés preventivo, que oferta um sem número de vantagens, notadamente o de se evitar os danos causados à vítima. Ademais, a prevenção se consubstancia em solução mais econômica, eis que é intuitivo que o viés repressivo se traduz em meio mais custoso, exigindo recursos públicos mais elevados.

Acerca da amplitude das políticas públicas reclamadas no combate à violência contra a mulher, Leila Posenato Garcia e outras¹²⁸ assim se manifestam:

¹²⁷ EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OwdW8a>. Acesso em: 20 out. 2020. p. 377.

¹²⁸ GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisabeth Carmen; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de *et al.* Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudos de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e

Em conclusão, a violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema complexo e multifatorial. Essas políticas não podem, obviamente, ser restringidas ao setor de saúde e devem incluir diversas áreas, como gênero, direitos humanos, justiça, segurança pública, trabalho e previdência, entre outras. Porém, os serviços de saúde têm um papel relevante por serem, em muitos casos, o primeiro contato da vítima com as instituições públicas, que além de procederem o atendimento, devem estar prontos para o acolhimento das vítimas e para ampliar a possibilidade dos passos seguintes no caminho da superação desta condição.

Ademais, as dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia do Covid-19 trazem insita a importância de se lançar mão, com mais vigor, de todos os instrumentos à disposição para a prevenção e o combate de todas as formas de violência. Nesse viés, a eleição das políticas públicas deve ter por norte a maior amplitude possível, abarcando todos os aspectos protetivos.

Ilustrando essa ideia, Pâmela Rocha Vieira, Leila Posenato Garcia e Ethel Leonor Noia Maciel¹²⁹ asseveram que:

[...] o enfrentamento à violência contra a mulher no contexto da pandemia não pode se restringir ao acolhimento das denúncias. Esforços devem ser direcionados para o aumento das equipes nas linhas diretas de prevenção e resposta à violência, bem como para a ampla divulgação dos serviços disponíveis, a capacitação dos trabalhadores da saúde para identificar situações de risco, de modo a não reafirmar orientação para o isolamento doméstico nessas situações, e a expansão e o fortalecimento das redes de apoio, incluindo a garantia do funcionamento e ampliação do número de vagas nos abrigos para mulheres sobreviventes. As redes informais e virtuais de suporte social devem ser encorajadas, pois são meios que ajudam as mulheres a se sentirem conectadas e apoiadas e também servem como um alerta para os agressores de que as mulheres não estão completamente isoladas.

Com relação às redes de apoio e acolhimento, em países como França e Espanha, as mulheres vítimas de violência têm buscado ajuda nas farmácias, usando palavras de código para informar sobre a situação de violência¹³⁰.

O exemplo da França e Espanha foi seguido no Brasil com a campanha intitulada Sinal Vermelho, lançada pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Conta com o apoio de diversas entidades, a exemplo do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, do Conselho Federal de Farmácia, do Ministério Público do Trabalho, da Associação Brasileira de Farmácias, entre outras, envidando esforços conjuntos no combate à violência contra a mulher. Conta com a adesão

emergência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3t6Jlgs>. Acesso em: 10 mar. 2021. p. 9.

¹²⁹ VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d1gTak>. Acesso em: 19 out. 2020. p. 4.

¹³⁰ VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d1gTak>. Acesso em: 19 out. 2020. p. 4.

de 10.000 farmácias. A campanha possui a finalidade de fornecer um meio de acolhimento às mulheres que não conseguem se manifestar pela vigilância ostensiva do agressor. Basta chegar a uma farmácia com um X vermelho na palma da mão e o atendente de farmácia acionará a polícia¹³¹.

A par das políticas, portanto, podem ser desenvolvidas campanhas de auxílio às mulheres, a exemplo da indicada acima. De se reforçar que o papel não é unicamente do Executivo, podendo contar com o auxílio do Legislativo e do Judiciário. Ademais, as políticas devem ser implementadas em todas as esferas, com atuação conjunta concorrente do Executivo Federal com os Municípios, Estados e Distrito Federal.

De fato, a atuação integrada resulta em ganhos irrefutáveis. Os esforços, quando somados, trazem maior benefício e minimizam as chances de se envidar esforços e verbas de modo desarticulado. A ideia de atuação conjugada traz resultados mais expressivos, evita dispêndio de recursos desnecessariamente e gera um acompanhamento mais ostensivo do que vem sendo feito e do que ainda resta a fazer, de quais grupos vulneráveis já foram atendidos e dos que ainda carecem de tutela mais intensa.

O importante é o enfrentamento conjunto da questão por todas as funções do Poder, quais sejam: Executiva, Legislativa e Judiciária, promovendo verdadeiramente a cidadania. Como leciona Almira Rodrigues¹³²:

Além de apontar para uma situação de atendimento de necessidades e demandas individuais e coletivas, reconhecidas como socialmente justas, a noção de cidadania refere-se a relações de poder, pressupondo uma simetria política, isto é, a existência de recursos e de negociação de interesses, mediante diálogo e interlocução dos sujeitos e instituições políticas.

Dessa feita, é importante que se tenha em mente que todas as funções do Poder possuem papel extremamente relevantes na mudança do cenário de violência contra as mulheres, desmerecendo a ideia de que políticas públicas estão atreladas apenas ao Executivo. Dessa feita, tanto o Legislativo, ao propor políticas públicas pelos instrumentos legais, a exemplo dos mencionados anteriormente, quanto o Judiciário, ao priorizar o julgamento de processos desse jaez, desempenham papel fundamental na prevenção e combate da violência contra a mulher.

No que se refere ao Legislativo, apesar de já ter auxiliado enormemente na parametrização das políticas públicas, sobretudo pela oferta dos diplomas abordados, tem muito a

¹³¹ SINAL Vermelho: CNJ lança campanha de ajuda a vítimas de violência doméstica na pandemia. **Agência CNJ de Notícias**, Brasília, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3sZDNEF>. Acesso em: 19 set. 2020.

¹³² RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas**. Brasília: [s. n.], 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3t4WarB>. Acesso em: 10 fev. 2021. p. 1.

desempenhar ainda, podendo-se citar como exemplo a premente necessidade de modificação dos procedimentos para a punição dos agressores.

Tratando dos processos envolvendo violência contra as mulheres, Eva Alternan Blay¹³³ traz preocupação relevante, sobretudo no que diz respeito à revisão legislativa do procedimento jurídico:

Em média, os processos não ficam muito tempo nos Tribunais: 46% ficam de um a dois anos. Mas o andamento, o excesso de vezes que as testemunhas devem ser ouvidas, as possibilidades de idas e voltas certamente facilita a fuga dos réus e a perda de contato com as testemunhas.

O problema, então, não está na suposta morosidade da justiça, mas nos trâmites legais que deveriam ser mais ágeis e limitados. Em nome da ampla defesa dos réus certos setores dos aplicadores do Direito subestimam a extensão e gravidade da violência praticada contra a mulher. É urgentíssima uma revisão do procedimento jurídico se quisermos, de fato, alterar a impunidade que cerca estes crimes, como expressam vários juízes, promotores e advogados entrevistados.

Com relação à atuação do Judiciário, cumpre consignar que o Conselho Nacional de Justiça tem desempenhado expressivo papel na luta contra a violência em face da mulher. Dentre outras iniciativas envolvendo a proteção das mulheres, já há algum tempo foi estabelecida como meta a priorização do julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A título de exemplo, em 2019, a meta 8 continha o preceito de identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018.

Demonstrando que essa linha se sedimentou no CNJ, em 2021, a meta 8 se manteve no mesmo sentido, preceituando a identificação e julgamento, até 31/12/2021, de 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2019 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Ademais, merece registro que o Judiciário faz parte das redes de enfrentamento da violência contra a mulher. Segundo informação disponibilizada no Relatório O Poder Judiciário no Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres¹³⁴:

¹³³ BLAY, Eva Alternan. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 96.

¹³⁴ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório O Poder Judiciário no Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cZS9PC>. Acesso em: 12 mar. 2021. p. 12.

Sob a Lei Maria da Penha e outros efeitos da institucionalização da política de combate à violência contra as mulheres, o Judiciário, e em especial os juizados especializados, foram inseridos nas redes de enfrentamento à violência contra as mulheres, conjunto de instituições e serviços governamentais e não governamentais de base local que visam o desenvolvimento de estratégias para, entre outras finalidades, a responsabilização dos agressores e a assistência às mulheres em situação de violência.

Outra atuação bastante relevante diz com a concessão de medidas protetivas de urgência, remédio indispensável na salvaguarda da integridade (física, psíquica, moral, patrimonial, etc.) das mulheres vítimas de violência. A esse respeito, consta do Relatório O Poder Judiciário no Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres¹³⁵ que:

O tempo de apreciação das medidas protetivas mostrou-se célere em todas as unidades pesquisadas, cumprindo o que orienta a Lei Maria da Penha (prazo de 48h). Não obstante, há casos em que a apreciação é prorrogada, em razão das dúvidas que podem emergir em torno dos fatos; nestas situações, são convocadas audiências ou solicitados estudos às equipes técnicas. Em contrapartida, em várias unidades a intimação é morosa diante da urgência da demanda. Há casos em que as partes recebem o mandado, com a informação de que a medida protetiva foi deferida, em menos de uma semana, mas, em outras, este prazo chega a ser de um mês. Em algumas unidades, outrossim, houve reclamações de que os acusados não receberam a intimação ou as vítimas não foram notificadas da decisão.

De fato, há urgente necessidade de automatização das intimações. Nesse passo, registre-se que foi desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Roraima, em parceria com a UnB, ferramenta de Inteligência Artificial, intitulada Mandamus, que será objeto de análise no próximo capítulo, que resulta em expressiva celeridade para o cumprimento dos mandados, de fundamental importância nas medidas protetivas de urgência.

De todo modo, percebe-se que o Judiciário tem desempenhado com vigor seu papel, demonstrando a importância da atuação conjugada. Ademais, em 2018, instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário, por intermédio da Resolução CNJ nº 254¹³⁶, sem contar na promoção de inúmeras iniciativas de apoio às mulheres, a exemplo da campanha Sinal Vermelho, mencionada anteriormente.

Merece igualmente registro a recente iniciativa de instituição, por intermédio da Resolução CNJ nº 377, de 9 de março de 2021, do Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A Juíza que dá nome ao prêmio foi vítima de feminicídio pelo ex-marido, na véspera do Natal de 2020.

¹³⁵ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório O Poder Judiciário no Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cZS9PC>. Acesso em: 12 mar. 2021. p. 12.

¹³⁶ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 254, de 04/09/2018**. Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/31UzsXo>. Acesso em: 26 set. 2020.

O prêmio contemplará experiência, atividade, ação, projeto, programa, produção científica ou trabalho acadêmico que contribua para a prevenção e para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Os objetivos do prêmio, consoante art. 2º da Resolução CNJ nº 377/2021¹³⁷, consubstanciam-se em:

Art. 2º O “Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral”, a ser anualmente outorgado, tem por objetivos:

I - aprimorar a prestação jurisdicional;

II - incentivar a implementação de mecanismos de proteção apropriados e acessíveis para prevenir a violência futura ou em potencial contra mulheres e meninas,

III – reconhecer e disseminar boas práticas voltadas à prevenção e ao enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher;

IV – promover a conscientização dos integrantes do Poder Judiciário e da sociedade quanto à necessidade de permanente vigília para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher; e

V – reverenciar a memória da Juíza de Direito Viviane Vieira do Amaral.

Consoante se percebe, o Conselho Nacional de Justiça vem, há bastante tempo, envidando esforços para o combate à violência contra a mulher, fazendo seu papel na promoção de políticas públicas voltadas às mulheres no âmbito do Judiciário. O mesmo ocorre com o Legislativo, diante dos inúmeros instrumentos analisados, sem que isso importe dizer que não há outras esferas de tutela das mulheres carentes de regulamentação. Ao Executivo, cabe implementar as políticas sem retrações, possibilitando a efetivação dos direitos fundamentais das mulheres com a maior amplitude possível.

Outro ator público que desempenha papel primordial na defesa das mulheres consubstancia-se no Ministério Público, que integra a rede de proteção às mulheres e atua a partir da tutela dos direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos. Diante disso, detém a competência para a propositura de ação civil pública com vistas a exigir a implementação de políticas públicas voltadas às mulheres. Ademais, titulariza a ação penal pública, exercitando, assim, a persecução penal dos agressores.

Sob o viés repressivo, interessante destacar que o Ministério Público possui o mister de, a partir da atuação integrada com as demais autoridades responsáveis pelo combate da violência contra a mulher, garantir que haja a punição, sobretudo nos delitos mais graves, a exemplo do feminicídio. Isso acaba com a sensação de impunidade e possui um viés didático, podendo ensinar inclusive a diminuição da sua prática, uma vez que isso demonstra o alto custo do crime¹³⁸.

¹³⁷ Conselho Nacional de Justiça. Resolução CNJ nº 377, de 9 de março de 2021.

¹³⁸ SIQUEIRA, Lia de Souza; TABAK, Benjamin Miranda; AGUIAR, Julio Cesar de. A rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica: uma visão econômica de sua articulação pelo Ministério Público. *In*: TABAK,

Ao longo dos tempos, o Ministério Público já encampou diversas campanhas e instituiu grupos de trabalho, comissões, comitês e promotorias especializadas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher em todo o país.

Merece menção, ainda, o esforço despendido pelas Defensorias Públicas, que se debruçam, dia após dia, na busca de melhorias para as mulheres, com o fito de buscar efetivação dos direitos que lhes foram tolhidos. Ademais, acabam auxiliando na condução das providências tendentes a comunicar os casos de violência às autoridades competentes.

A conjugação de esforços, tende a mudar a realidade atual a passos largos. Resta avaliar o que vem sendo feito e quais as lacunas a se preencher com maior brevidade. De todo modo, é preciso ter sempre em mente que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher precisam ser ampliadas, jamais recrudescidas.

Pâmela Rocha Vieira, Leila Posenato Garcia e Ethel Leonor Maciel¹³⁹ externam legítima preocupação com a formulação da políticas públicas, uma vez que:

De forma tensa, vivemos a exacerbação de problemas que nos acompanham, reforçados por modelos de pensamentos retrógrados, misóginos e de ataque ao papel do Estado, encolhendo políticas públicas que seriam fundamentais para enfrentarmos de maneira mais justa o problema da pandemia.

É cediço que algumas políticas públicas voltadas para a tutela das mulheres sofrem retrações, no tempo e espaço, de conformidade com os valores eleitos por cada governo.

A esse respeito, válidas as lições de Fernanda Mathias de Souza Garcia¹⁴⁰:

O Brasil não vem implementando adequadamente políticas públicas estruturadas em prol da defesa dos direitos das mulheres apesar dos indicadores que demonstram o aumento da violência doméstica bem como as dificuldades enfrentadas por mulheres no mercado de trabalho e na administração da vida familiar. Não se desconhece que a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003 foi um avanço especialmente no que tange ao combate da violência contra a mulher, que está na pauta do dia e não pode ser excluída da agenda mundial.

No mesmo sentido, Paula Dias Bevilacqua¹⁴¹:

Benjamin Miranda; AGUIAR, Julio Cesar de (org.). **O Ministério Público e os desafios do Século XXI**: uma abordagem juseconômica. Curitiba: CRV, 2015. p. 212.

¹³⁹ VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d1gTak>. Acesso em: 19 out. 2020. p. 2.

¹⁴⁰ GARCIA, Fernanda Mathias de Souza. O primeiro dia internacional das mulheres após a decretação da pandemia e a imprescindibilidade de políticas públicas. **Migalhas**, [S. l.], 4 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3mtoBgA>. Acesso em: 2 mar. 2021.

¹⁴¹ BEVILACQUA, Paula Dias. Mulheres, violência e pandemia de novo coronavírus. **Agência Fiocruz de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mxpOTV>. Acesso em: mar. 2021. p. 1.

No Brasil, as políticas públicas nessa área são bem jovens, iniciaram de forma mais estruturada e orientadas por uma agenda de defesa dos direitos das mulheres no início dos anos 2000 (especificamente em 2003), com a criação da Secretaria de Políticas para as mulheres. Desde então, o eixo norteador da efetivação da política tem sido a conformação das redes de enfrentamento à violência contra as mulheres, ação que põe em diálogo e trabalho diferentes serviços e equipamentos que atendem mulheres em situação de violência. O trabalho em rede requer o encontro dos diferentes atores e atrizes sociais no exercício contínuo de se pensar e avaliar as ações que são executadas. Tempos recentes da política nacional ameaçam o esforço de diferentes estados e municípios brasileiros, como a Emenda Constitucional n. 95/2016, que, ao congelar os gastos públicos, colocou em risco as políticas mais recentes, com orçamentos reduzidos e, por isso mesmo, ainda frágeis em termos de organização e resultados efetivos.

Especificamente no que atine à Emenda Constitucional nº 95/2016¹⁴², pode-se asseverar que utilizá-la como argumento calcado na reserva do possível é até plausível, contudo não explica retrocessos, ou melhor, poderia até ser invocada para justificar a impossibilidade da ampliação de políticas públicas, mas não para mitigá-las.

Corroborando os posicionamentos acima, Graziela Cucchiarelli Werba e Sabrina Gonçalves Rubert¹⁴³ sustentam que:

Pode-se dizer que o Brasil de 2003 a 2016 foi mundialmente conhecido por iniciativas pioneiras e por importantes trabalhos compromissados com a promoção da equidade de gênero. A partir de 2016, a agenda feminista, do ponto de vista governamental, passa a perder gradativamente importância, sofrendo vários ataques e tentativas de fragilizar conquistas já obtidas.

Os ataques não cessaram. Recentemente, programas do governo federal deixaram de receber verbas, a exemplo do Casa da Mulher, em 2019¹⁴⁴. Ademais, o Brasil se recusou a aderir a uma declaração conjunta, realizada por mais de 60 países, destinada a defender o direito de meninas e mulheres, abarcando também o acesso a direitos reprodutivos e sexuais, o que ensejou ataques pelo embaixador francês na ONU, François Rivasseau, no dia 9 de março de 2021¹⁴⁵.

Neste ponto, merece registro a inquietação externada por Cecilia Maria Bacellar Sandenberg, Márcia Santana Tavares e Márcia Queiroz Gomes¹⁴⁶:

Cabe ressaltar uma última inquietação: a retração do Estado no tocante à área social, em consonância com a orientação neoliberal, pode comprometer severamente a qualidade e quantidade de programas, projetos e serviços, assim como redirecionar os investimentos

¹⁴² BRASIL. **Emenda Constitucional, nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3ussFR1>. Acesso em: 12 nov. 2020.

¹⁴³ WERBA, Graziela Cucchiarelli; RUBERT, Sabrina Gonçalves. A teia de Aracné: o empoderamento na tessitura de políticas públicas voltadas às mulheres, p. 110.

¹⁴⁴ LINDNER, Julia. Governo zera repasses a programa de combate à violência contra a mulher. **Uol**, São Paulo, 4 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rXPBpH>. Acesso em mar. 2021.

¹⁴⁵ CHADE, Jamil. Brasil choca com proposta na ONU sobre direito da mulher. **Uol**, São Paulo, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mwGRFH>. Acesso em mar. 2021.

¹⁴⁶ SANDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana; GOMES, Márcia Queiroz. Monitorando a Lei Maria da Penha: reflexões sobre a experiência do Observe, p. 62-63.

públicos, num contexto marcado pela restrição dos gastos sociais, em que a conjunção do discurso burguês com o patriarcal converge para o distanciamento entre os direitos conquistados e sua efetividade, o que pode concorrer para reforçar o descaso em relação às mulheres em situação de violência.

Por outro lado, vale registrar as preciosas informações de Joana Alencar e outras¹⁴⁷ acerca das providências que vêm sendo adotadas pelo Governo Federal em razão do incremento da violência contra a mulher no período da pandemia do COVID-19:

No âmbito nacional, as ações para a mitigação do aumento da violência doméstica começaram a ser anunciadas em meados de março pelo MMFDH. Em 26 de março de 2020, foi enviado o Ofício-Circular no 1/2020/DEV/SNPM/ MMFDH a todos os OPMs. Esse documento recomenda, entre outras medidas, a continuidade da prestação dos serviços pela “rede de atendimento à mulher”, a implementação de comitês de enfrentamento à violência contra as mulheres no contexto da Covid-19 e a realização de campanhas sobre a importância da denúncia nos casos de violência doméstica. Nas pesquisas realizadas junto aos OPMs estaduais, no entanto, ainda não foi constatada a criação dos comitês.

A ministra Damares Alves anunciou, em 2 de abril de 2020, o lançamento de novos canais de atendimento, nos quais as denúncias de violência doméstica, e também de outras violações de direitos humanos, podem ser realizadas. O novo aplicativo foi intitulado Direitos Humanos BR e já está disponível, segundo o site do ministério, para os sistemas IOS e Android. O ministério ainda recomendou que os OPMs não paralise os atendimentos.

Em 15 de abril de 2020, o governo federal lançou a campanha oficial para a conscientização e o enfrentamento à violência doméstica, através de parceria entre o MMFDH e o Ministério da Cidadania, com o objetivo de incentivar as denúncias de violência contra mulheres, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes. Consta, no site do MMFDH, o anúncio da parceria junto ao programa Você não está sozinha, do Instituto Avon, e mais treze instituições da iniciativa privada, da sociedade civil e do setor público. Na parceria, o Ligue 180 será veiculado nas peças promocionais do programa como principal canal para o recebimento de denúncias, orientações legais, atendimento e reclamações. Durante a reunião Mulher, violência doméstica e Covid-19, realizada pela Comissão Externa de Ações contra o Coronavírus da Câmara dos Deputados, em 12 de maio deste ano, a titular da pasta de Mulheres, Cristiane Britto, anunciou uma série de ações que estão sendo tomadas ou planejadas pela SNPM. Para fins de sistematização, as ações divulgadas foram organizadas em eixos de atuação e apresentadas a seguir. Ainda que as ações não remetam diretamente ao enfrentamento à violência doméstica, constaram na sistematização para fins de registro e acompanhamento de ações posteriores. Os eixos nos quais as ações foram distribuídas são os seguintes: i) reformulação tecnológica e/ou destinação de recursos financeiros para serviços novos e já existentes; ii) articulações ou coordenação de ações com outras instituições e poderes; iii) ações de comunicação e cursos; e iv) estudos e pesquisas.

Verifica-se, portanto, que a par de retroceder, consoante antes analisado, está sendo demonstrado o interesse em adotar providências que mitiguem o sofrimento das mulheres vítimas de violência, sobretudo em razão do confinamento decorrente da pandemia do COVID-19, que,

¹⁴⁷ ALENCAR, Joana; STUKER, Paula; TORARSKI, Carolina; ALVES *et al.* **Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: Ações presentes, ausentes e recomendadas.** Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t4WCWS>. Acesso em mar. 2021. p. 12.

como visto, incrementou fortemente os dados já elevados. Merece destaque a preocupação com a reformulação tecnológica, pelo atrelamento com o escopo do presente estudo.

Do exposto, a mulher só restará protegida e exercitará plenamente a sua cidadania quando estiver à sua disposição ações afirmativas tendentes a suprimir o distanciamento para com os homens, decorrentes dos padrões culturais por longo tempo estabelecidos. Ao Estado, cabe, a um só tempo, definir ações concretas para fomentar a equidade, afastando as disparidades, e tutelar as mulheres no aspecto da sua hipossuficiência, notadamente física, prevenindo todas as formas de violência e punindo severamente as já praticadas, até pelo viés didático da repressão. No entanto, de se lembrar que cabe também à sociedade acompanhar de perto a formulação dessas políticas, de modo a exigir correção de rotas, quando necessário, para restabelecer a busca pelo equilíbrio de forças.

2.3 COLMATAÇÃO DE LACUNAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES NO BRASIL

Em que pesem as diversas iniciativas voltadas ao atendimento das mulheres, mencionadas ao longo deste estudo, foram identificadas lacunas na formulação de políticas públicas que, uma vez supridas, poderão minimizar, além da violência propriamente dita, igualmente a revitimização das mulheres, circunstancia que, não raras vezes, desestimula a busca de apoio, incrementando os já expressivos números das subnotificações.

Nesse ponto, percebeu-se a importância de políticas voltadas à prevenção da ocorrência de violência institucional contra as mulheres, gerada, em grande parte, pelo despreparo profissional. Assim, não bastam políticas voltadas à oferta de serviços públicos para atendimento das vítimas, precisam estar acompanhadas de adequada estruturação dos profissionais que a efetivam. Disponibilizar prestação adequada dos serviços públicos e, por que não dizer, obrigatória capacitação profissional especializada, podem contribuir imensamente com a prevenção de nova violência contra a já vulnerável vítima.

Neste viés, convém consignar o pensamento de Daiane Trentin e outras¹⁴⁸:

A instrumentalização frágil é outra questão que emerge. O despreparo do profissional por conta de lacunas em sua formação acerca da temática, por processos de qualificação incipientes, tem consequências negativas, como abordagem

¹⁴⁸TRENTIN, Daiane; VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira; LEAL, Sandra Maria Cezar *et al.* Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede intersetorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 4, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t1QrDa>. Acesso em: out. 2020. p. 5.

inadequadas e práticas preconceituosas, revitimizando a mulher. Assim, a formação e a qualificação dos profissionais é fundamental para melhorar o cuidado.

A par disso, a disponibilização de equipe multidisciplinar completa, com conhecimentos técnicos específicos, traduz-se em política que mitiga a ocorrência de violência institucional. Ao tratar dessa temática, Daiane Trentin e outras¹⁴⁹ prelecionam:

A falta de algumas categorias de profissionais é outra fragilidade. Esse aspecto remete aos gestores públicos e serviços na busca de resolução dessa necessidade. O insuficiente quantitativo de recursos humanos incide na demora do atendimento. A espera por agendamentos, especialmente especializados, é outro fator ligado à falta de profissionais, podendo causar a desistência da mulher no seguimento e acompanhamento, comprometendo a integralidade do cuidado.

Não basta, portanto, atender à vítima parcialmente. É importante que lhe seja dispensado tratamento integral, o que só é possível se houver destinação de recursos públicos também para a oferta de profissionais, bem assim para a sua formação técnica adequada e constantemente atualizada.

Outro aspecto diz com a preocupação com os espaços públicos, em especial aqueles em que há maior número de ocorrências de violência, em especial contra a mulher. A partir da avaliação dos números dos incidentes, obtidos com maior precisão a partir do uso de instrumentos tecnológicos, é possível dispensar recursos humanos e financeiros com maior vigor nas áreas mais quentes. Assim, não se revela difícil disponibilizar policiamento ostensivo, assim como câmeras e iluminação pública, notadamente nas regiões com maior número de ocorrências e nos horários e períodos mais complicados.

Neste ponto, merecem destaque as informações de Leila Posenato Garcia e outras¹⁵⁰, que apresentam resultado de pesquisas realizadas na temática:

Outros achados deste estudo são particularmente relevantes para subsidiar políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. A ocorrência durante os finais de semana, bem como nos períodos da noite e madrugada foram fatores associados ao atendimento. Esses achados reforçam a importância de que os serviços voltados ao atendimento às mulheres vítimas de violência funcionem em horários diferenciados, justamente para cobrir os períodos de maior demanda – finais de semana, noites e madrugadas. Vale destacar que são nesses dias e horários que o contato entre o agressor e a vítima ocorre de maneira mais continuada, intensificam-se as possibilidades de consumo de álcool, que poderá interagir com os demais determinantes

¹⁴⁹ TRENTIN, Daiane; VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira; LEAL, Sandra Maria Cezar *et al.* Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede intersetorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 4, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t1QrDa>. Acesso em: out. 2020. p. 5.

¹⁵⁰ GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisabeth Carmen; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de *et al.* Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudos de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3t6Jlgs>. Acesso em: 10 mar. 2021. p. 8.

da violência, e ampliam-se as possibilidades de eventos sociais que podem favorecer os episódios de violência.

Depreende-se, portanto, que os momentos de maior contato são os mais perigosos, a par de serem ainda mais delicados pela ingestão de álcool, culturalmente comum aos finais de semana. Ademais, embora as autoras se reportem aos serviços de saúde, as lições servem perfeitamente para a disponibilização de policiamento nos horários de maior ocorrência, aplicando-se igualmente ao atendimento para o registro de ocorrência policial e ao acesso ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Poder Judiciário.

Isso se faz importante também no que diz com a prevenção e combate da violência sexual, que pode ser motivada por fatores semelhantes, em especial referentes à lugares ermos, pouco iluminados e sem policiamento, e impulsionada pelo consumo de álcool, devendo-se ter em mente que se trata de violação de direitos humanos, reclamando vigorosa atuação.

Dessa feita, o Estado deve estar atento à questão, em razão da extensão dos danos que a violência desta natureza promove. Neste ponto, válidas as lições de Juan Manuel Contreras e outros¹⁵¹, obtidas na revisão sobre a violência sexual na América Latina e no Caribe, ocasião em que foram apresentadas algumas recomendações relacionadas à prevenção e ao combate da violência sexual, merecendo destaque as seguintes:

*Raise awareness of sexual violence as a public health problem and a violation of human rights. This a priority at the local, regional and global levels, and is a needed to generate greater attention to and resources for prevention and support programmes for survivors of sexual violence*¹⁵².

No entanto, em que pese o reconhecimento do direito à integridade da mulher na categoria de direitos humanos, de se lembrar que a maioria das violências cometidas em faces das mulheres estão de certo modo protegidas por certa invisibilidade, que não se pode asseverar se é voluntária ou não, na medida em que até os espaços midiáticos contribuem de algum modo para a sua ocorrência, uma vez que a violência em face dos homens é diuturnamente noticiada, ganhando amplo espaço, e aquela praticada contra as mulheres recebe menos espaço.

A esse respeito, salutareis as lições de Leila Posenato Garcia¹⁵³:

¹⁵¹ CONTRERAS, Juan Manuel; BOTT, Sarah; DARTNALL, Elizabeth; GUEDES, Alessandra. **Sexual Violence in Latin American and the Caribbean**: A desk review. Pretoria: Sexual Violence Research Initiative, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2OABRU8>. Acesso em: 10 fev. 2021. p. 70.

¹⁵² Sensibilizar para a violência sexual como um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos. Esta é uma prioridade nos níveis local, regional e global, e é necessária para gerar maior atenção e recursos para programas de prevenção e apoio a sobreviventes de violência sexual (tradução livre).

¹⁵³ GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3s6FKxI>. Acesso em: 11 mar. 2021. p. 451.

O fato é que os homens são as principais vítimas de formas de violência que resultam em maior número de registros nos sistemas de informação da saúde, da segurança pública e da justiça. Por sua vez, a violência contra a mulher é caracterizada por sua invisibilidade, tendo em vista que ocorre principalmente no âmbito privado e é, em grande parte, perpetrada por familiares e conhecidos. Por estas características, grande parte das ocorrências não geram atendimentos e não são captadas pelos sistemas de informação, o que resulta em subenumeração dos eventos, e contribui para reforçar a invisibilidade da violência contra a mulher.

Isso tudo faz com que o conhecimento das estatísticas sejam menos expressivo e com que o cenário da violência contra a mulher pareça muito melhor do que de fato é. De se lembrar que, além de poucas notícias nos meios de comunicação, nem sempre as mulheres notificam a sua ocorrência, no mais das vezes por receio das represálias, bem como das dificuldades de se dirigir às autoridades policiais, pela vigilância constante do agressor. Isso justifica ainda mais que haja ostensivo policiamento, sobretudo próximos aos lares cujas mulheres já se encontram com medidas protetivas de urgência e nos locais mais ermos e que contam com índices mais expressivo de registros.

Além da atuação estatal, merece destaque a importância em se fomentar a participação social na condução do combate à violência contra a mulher. Tratando da violência em geral, mas plenamente aplicável àquela cometida em face da mulher, as lições de Lia de Souza Siqueira, Diaulas Costa Ribeiro e Benjamin Miranda Tabak¹⁵⁴:

A aproximação social permite “desenviesar” tanto criminosos quanto vítimas. Por exemplo, a presença de policiamento mais ostensivo nas ruas, com a participação da comunidade para informar sobre as áreas mais perigosas e pessoas desviantes, afeta diretamente a percepção da probabilidade do criminoso ser descoberto, desestimulando a prática delituosa. A relação positiva entre a maior presença de policiais nas ruas e a redução da quantidade de furtos já foi demonstrada por Berger e Borestein (2013, p. 103-119).

Neste momento, convém consignar que a participação social se traduz em importante ferramenta no combate à violência contra a mulher, merecendo reforço a quebra do antigo paradigma de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Pelo contrário, esse olhar da comunidade pode evitar um sem número de casos de violência, em especial quando as vítimas se encontram impossibilitadas de agir. Aqui, uma vez mais, revela-se importante a tecnologia, também para fomentar e possibilitar a atuação social, inclusive mediante participação anônima, evitando riscos de retaliação.

¹⁵⁴ SIQUEIRA, Lia de Souza; RIBEIRO, Diaulas Costa; TABAK, Benjamin M. A participação social nas políticas de segurança pública como instrumento de redução de vieses à luz da análise econômico-comportamental do Direito. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 4, n. 9, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2ODaUiF>. Acesso em: 19 mar. 2021. p. 408.

Outra importante lacuna diz com a necessidade de se criar espaços para se trabalhar com todos os envolvidos nos casos de violência, não só com as vítimas, mas também com os agressores, até pelo viés preventivo de novas agressões que essa atuação pode permitir, estimulando o uso da comunicação não violenta. Nesse sentido, objetivando concretizar direitos das mulheres, Bárbara Musumeci Soares¹⁵⁵ propõe a criação de espaços de escuta, considerando a possibilidade de dar voz a todos os envolvidos:

Por que não habilitar, por exemplo, espaços de escuta nas esferas coletivas (dentro e fora do sistema de justiça criminal)? Nesse ambiente, mulheres e homens poderiam ouvir e se fazer ouvir verdadeiramente, para além das imagens que os aprisionam nos papéis de vítimas e de agressores e para além dos estereótipos que bloqueiam a escuta dos que agredem e também a dos que pretendem, em nome da defesa dos direitos das mulheres, punir e proteger. Nesses espaços homens e mulheres poderiam expressar suas percepções, suas expectativas e seus sofrimentos, em seus próprios termos e referências e não na condição de aderir a um discurso e a um roteiro padronizado. Homens e mulheres (desde que sem comprometimentos patológicos importantes) poderiam se dissociar de suas percepções e de seus atos violentos, uma vez se vendo reconhecidos também como sujeitos integrais, capazes de operar esse deslocamento e de descobrir ou redescobrir, a partir mudanças no plano subjetivo, as possibilidades de uma comunicação não violenta. O comportamento não se transforma, verdadeiramente, sem que algo se modifique no nível da subjetividade. Caso contrário, com a mera repressão ou admoestações, estaremos produzindo, na melhor das hipóteses, pacificações artificiais de curto prazo e a camuflagem de violências que, provavelmente, eclodirão no futuro ou em outras áreas da convivência. As vítimas, por sua vez, poderiam se manifestar, não apenas diante de outras mulheres vitimadas, ou dos profissionais do atendimento, como se tem feito até hoje. Falariam também e sobretudo para outros homens e mulheres produtores de violências, que não seus próprios agressores, vale insistir. Ao lado dos tradicionais grupos de mulheres – espaço nos quais se dá a reprodução do discurso sobre a violência contra a mulher – e nos moldes dos grupos reflexivos para autores de violência – uma experiência que apesar de promissora ainda provoca resistências em setores do feminismo – criar-se-iam grupos mistos de reflexão, para homens e mulheres, vítimas e autores(as) de violência. Assim, se viabilizaria uma troca efetiva de relatos, memórias, sentimentos e percepções capazes de propiciar a reelaboração das narrativas. Além disso, as mulheres falariam também para os especialistas. Porém, junto com eles e não sob sua tutela ou na condição de mera ilustração de um modelo geral.

No mesmo norte, a sugestão de Chrisa D. Pornari, Louise Dixon, Glyn W. Humphreys¹⁵⁶, consistente em tratamento voltado também para os homens envolvidos em Violência contra Parceiros Íntimos (IPV):

The exploration of how IPV perpetrators experience and interpret their negative emotions and feelings during interactions with their partner could form part of intervention programs with this type of offender. Perpetrators would be taught how to

¹⁵⁵ SOARES, Barbara Musumeci. A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3muQcy1>. Acesso em: 13 fev. 2021. p. 197.

¹⁵⁶ PORNARI, Chrisa D.; DIXON, Louise; HUMPHREYS, Glyn W. Systematically identify implicit theories in male and female intimate partner violence perpetrators. **Aggression and Violent Behavior**, v. 18, n. 5, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3wObdIw>. Acesso em: 20 dez. 2020. p. 503.

*recognize, interpret, and reflect upon their currently experienced emotions and understand how acting on their feelings can result in aggressive behavior. The therapist could then provide training on how to exercise self-control to reduce negative affect and to act based on a thoughtful and rational appraisal of the immediate situation*¹⁵⁷.

A intervenção com o parceiro possui o condão, inclusive, de mitigar a ocorrência de novos episódios, especialmente na medida em que a intervenção especializada auxilia no autocontrole, no processamento consciente da raiva, entre outros. Deve-se registrar que tratar o homem agressivo também se consubstancia em política pública voltada às mulheres, eis que evita novas agressões, tanto em face da vítima com quem o agressor se relaciona atualmente, quanto com relação à eventual parceira futura, gerando frutos para a sociedade como um todo.

Outra importante modificação estrutural, diz com a necessidade de se estabelecer atuação coordenada dos atores estatais. Eva Alternan Blay¹⁵⁸ sugere que:

Para enfrentar esta cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada.

Para isso é fundamental estabelecer uma articulação entre os programas dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do Planejamento e dos demais ministérios.

Exemplo dessa desarticulação está na proposta de criação de mais Delegacias de Defesa da Mulher, instrumento muito importante mas que tem de ser aparelhado em sua estrutura física, equipamento e *ligação* com as demais delegacias, com a Secretaria de Segurança, da Justiça, da Educação e demais órgãos do governo estadual e federal. Assim como o pessoal desta importante instituição precisa ser treinado *permanentemente*, as Delegacias pouco podem fazer se não estiverem inseridas em um programa de transformação da cultura da força e da violência de gênero.

Em sentido semelhante, Marli Marlene Moraes da Costa e Quelen Brondani de Aquino¹⁵⁹ asseveram que:

[...] a Lei Maria da Penha preocupa-se também em apontar as questões referentes à assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, bem como a necessidade imprescindível de criação de políticas públicas que visem coibir todas as formas de violência contra a mulher, através do esforço conjunto da União, Estados e Municípios para promover a integração do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Defensorias Públicas com os órgãos de segurança pública, assistência social, saúde, educação, dentre outros.

¹⁵⁷ A exploração de como os perpetradores de VPI vivenciam e interpretam suas emoções e sentimentos negativos durante as interações com seu parceiro pode fazer parte de programas de intervenção com esse tipo de agressor. Os perpetradores seriam ensinados a reconhecer, interpretar e refletir sobre as emoções vivenciadas atualmente e a compreender que agir de acordo com seus sentimentos pode resultar em comportamento agressivo. O terapeuta poderia, então, fornecer treinamento sobre como exercer autocontrole para reduzir o afeto negativo e agir com base em uma avaliação cuidadosa e racional da situação imediata (tradução livre).

¹⁵⁸ BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021. p. 96-97.

¹⁵⁹ COSTA, Marli Marlene Moraes da; AQUINO, Quelen Brondani de. A violência contra a mulher: breve abordagem sobre a Lei Maria da Penha. **Revista do Curso de Direito da FSG**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3t13zZ4>. Acesso em: 14 mar. 2021. p. 126-127.

Com relação à violência sexual, importa consignar que carece de atuação estatal mais efetiva. Faz-se necessário efetivamente estabelecer ações e programas voltados à implementação dos direitos estabelecidos na legislação protetiva, já analisada, mais especificamente dando concretude à Lei do Minuto Seguinte. Confirmando a importância da ampla tutela da mulher no período pós violência sexual, as lições de Daiane Trentin e outras¹⁶⁰:

A realização de exame físico e ginecológico, testes sorológicos, coleta de vestígios, assistência farmacêutica e acompanhamento multiprofissional é um meio eficaz de aplicação da legislação, diretrizes e políticas públicas, como demonstrou um estudo realizado em um Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência no Piauí, com o objetivo de avaliar políticas públicas, legislação de proteção à mulher e atendimentos de saúde às vítimas de violência sexual.

Juan Manuel Contreras e outros¹⁶¹, na revisão sobre a violência sexual na América Latina e no Caribe, reforçam a importância do entendimento desta modalidade de violência tanto como um problema de saúde pública quanto como violação de direitos humanos, merecendo a formulação de políticas públicas específicas, com atuação concreta no problema:

*Raise awareness of sexual violence as a public health problem and a violation of human rights. This a priority at the local, regional and global levels, and is a needed to generate greater attention to and resources for prevention and support programmes for survivors of sexual violence*¹⁶².

Outro ponto que carece de menção diz com a necessidade de criação de centros de atendimentos multidisciplinares de atenção à mulher, mas não apenas formalmente. Deve-se ofertar acolhida plena à mulher em situação de violência, disponibilizando atendimento adequado por profissionais de diversas áreas.

Isso deveria ocorrer não apenas na área da saúde, mas igualmente com profissionais da área jurídica, com vistas a que se oferte apoio e orientação sobre as providências à disposição da mulher, inclusive com o encaminhamento para as autoridades competentes para tratar a questão, a exemplo das delegacias especializadas, do Ministério Público, das Defensorias Públicas.

É cediço que o Estado não é considerado um grande administrador, merecendo reflexão a possibilidade de se transferir ao Terceiro Setor a execução de parcela das ações definidas nas

¹⁶⁰ TRENTIN, Daiane; VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira; LEAL, Sandra Maria Cezar; VARGAS, Caroline Porcelis; FERREIRA, Micheli Leal; NEVES, Franciele Budziareck das. Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede intersetorial, p. 4.

¹⁶¹ CONTRERAS, Juan Manuel; BOTT, Sarah; DARTNALL, Elizabeth; GUEDES, Alessandra. **Sexual Violence in Latin American and the Caribbean**: A desk review. Pretoria: Sexual Violence Research Initiative, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2OABRU8>. Acesso em: 10 fev. 2021. p. 70.

¹⁶² Sensibilizar para a violência sexual como um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos. Esta é uma prioridade nos níveis local, regional e global, e é necessária para gerar maior atenção e recursos para programas de prevenção e apoio a sobreviventes de violência sexual (tradução livre).

políticas públicas voltadas à proteção da mulher, com vistas a se obter otimização dos recursos, ora tão escassos, partindo-se para uma nova forma de gestão¹⁶³.

Some-se a esse problema a questão dos vieses dos formuladores das políticas públicas, que sequer são conhecidos e influenciam fortemente na eleição das ações e programas. O próprio desconhecimento dessa ocorrência pela Administração Pública faz com que sequer se tenha ideia do quanto os resultados da atuação institucional e da política pública resultam, em alguma medida, enviesados¹⁶⁴.

Longe de pretender exaurir as lacunas nesta seara, pelo contrário, foram mencionadas apenas aquelas com as quais houve algum contato durante a pesquisa, sem prejuízo da verificação de outras, que carecem de colmatação mediante a criação de programas e a disponibilização de serviços que possibilitem expressiva mudança no atual cenário da violência contra a mulher.

¹⁶³ REPSOLD, Max Brito; TABAK, Benjamin Miranda. Instrumentos metodológicos da análise econômica do Direito e eficiência das políticas públicas executadas pelo terceiro setor. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 16, n. 23, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/326ZhmY>. Acesso em: 22 mar. 2021. p. 30.

¹⁶⁴ TABAK, Benjamin Miranda; AMARAL, Pedro Henrique Rincon. Vieses cognitivos e desenho de políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/320FdCU>. Acesso em: 11 mar. 2021. p. 474.

3 IMPORTÂNCIA DA ORQUESTRAÇÃO MEDIANTE O USO DA TECNOLOGIA NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO/ DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

3.1 PRINCIPAIS INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS QUE PODEM SERVIR DE SUPEDÂNEO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A tecnologia possui potencial, por assim dizer, infinito, na medida em que a cada momento se descobre que é possível ir além. A evolução tecnológica traz, a par do seu lado nefasto, consoante visto anteriormente, sobretudo no que diz com a violência digital praticada em face de mulheres, um sem número de benefícios, razão pela qual se deve levar em conta o seu viés positivo, qual seja, ter em vista o que pode ser feito com as ferramentas tecnológicas, notadamente em termos de mapeamento e identificação das demandas mais expressivas, com a oferta de ferramentas que as atendam.

Dentre esses, merecem destaque os instrumentos calcados em inteligência artificial, que se materializam em possibilidades extremamente relevantes para o combate à violência contra a mulher, a exemplo dos bots, que podem auxiliar, dentre outras possibilidades, no oferecimento remoto de denúncia e na orientação jurídica, por exemplo, mediante FAQ (*Frequently Asked Questions*) interativo contendo respostas para as principais dúvidas externadas para mulheres em vulnerabilidade.

Ademais, outros instrumentos de análise de dados podem auxiliar fortemente no arrefecimento dos números, na medida em que os dados estatísticos são fundamentais para a parametrização das políticas públicas e, via de consequência, para a definição dos caminhos que serão adotados pelas ações e programas governamentais de proteção à mulher contra a violência.

No que atine às demandas envolvendo o combate à violência contra a mulher, convém trazer à baila pequena seleção de instrumentos tecnológicos, sem prejuízo de outros, igualmente importantes, com o alinhavo de algumas informações, com o intuito de aclarar as suas possibilidades e aplicações, sem que isso importe em aprofundamento técnico, o que escaparia dos escopos deste trabalho.

3.1.1 Data Mining –Mineração de Dados

Uma infinidade de dados é disponibilizada a todo o instante. Os dados brutos, contudo, tem pouca serventia. Para tanto, a busca de ferramentas e técnicas de otimização do olhar sobre esses dados faz a diferença, o que é possível, por exemplo a partir da mineração de dados.

Para os objetivos imaginados com o presente estudo, podem ser utilizadas a mineração de dados preditiva e a descritiva. Consoante Francisco Paulo de Freitas Neto¹⁶⁵:

A Mineração de Dados Preditiva utiliza valores conhecidos para criar modelos que permitem estimar dados futuros, como por exemplo, a regressão que encontra funções que permitem estimar dados futuros; já a Mineração de Dados Descritiva, busca padrões válidos e não triviais para descrever os dados a serem interpretados por humanos, como por exemplo, a sumarização que facilita a compreensão das informações utilizando unidades estatísticas.

Assim, com a preditiva poderia ser analisada a projeção do alcance dos programas, os custos estimados ao longo dos anos, a possibilidade de incremento. Ao passo que, com a descritiva, os responsáveis pela definição das políticas públicas poderão se valer dos relatórios detalhados, que facilita a compreensão da grande massa de dados à disposição, podendo agir com maior segurança e assertividade.

Com a mineração de dados é possível a elaboração de mapas de calor, encontrando-se os pontos quentes e os pontos em aquecimento, ou seja, os locais onde a prática de violência contra a mulher se dá com maior intensidade e aquelas em que há tendência de incremento, aproveitando-se disso para disponibilizar policiamento ostensivo, iluminação pública, câmeras de segurança, entre outras ações tendentes a extirpar violência desse jaez.

3.1.2 *Business Intelligence*

Consoante mencionado, os dados são essenciais para a parametrização das políticas públicas, auxiliando tanto na definição do que e como será feito, quanto no acompanhamento da sua efetivação e, ainda, na eventual modificação do que vem sendo implementado, ajustando as ações e programas de conformidade com as necessidades que se apresentam no tempo e no espaço.

Contudo, não bastam dados brutos, faz-se necessário sejam adequadamente analisados. As ferramentas de *Business Intelligence* se revelam instrumento bastante válido para essa finalidade.

Em apertada síntese, *Business Intelligence* consiste em “um conjunto de teorias, metodologias, processos, tecnologias e estruturas que transformam grandes quantidades de dados que, sozinhos, não significam muito, em informações essenciais para uma boa

¹⁶⁵ FREITAS NETO, Francisco Paulo de. *Business Intelligence aplicada no apoio à tomada de decisões em segurança pública*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Oy5yVL>. Acesso em: 17 mar. 2021. p. 26.

gestão”¹⁶⁶. Como oferta suporte na tomada de decisão e no acompanhamento das ações e programas, revela-se fundamental sobretudo na parametrização de políticas públicas em geral e voltadas às mulheres em particular.

Dessa feita, traduz-se, em conjunto com o *Big Data*, em um dos instrumentos fundamentais para o Estado, possibilitando uma enorme gama de análises, elaboração de relatórios, gráficos e mapas, que servirão para verificar, dentre outros, as demandas, os locais de maior necessidade, a evolução dos programas e sua efetividade, a eventual necessidade de mudança de rotas, a quantidade de recursos despendida e a necessária para a continuidade das ações, revelando-se inafastável no atual evoluir da administração pública.

3.1.3 Inteligência Artificial - IA

A Inteligência Artificial, conhecida pela sigla IA, soa bastante popular nos dias atuais e, de fato, já se encontra presente na vida cotidiana privada, assim como no setor público, com iniciativas já em execução, podendo-se citar as aplicações usadas no Poder Judiciário, a exemplo do Victor, do Supremo Tribunal Federal. Tamanha a disseminação da Inteligência Artificial que as iniciativas em execução e mesmo em desenvolvimento no âmbito do Judiciário motivaram a elaboração de normas contendo preceitos éticos, consoante se percebe do contido na Resolução CNJ nº 332, de 21 de agosto de 2020¹⁶⁷.

Neste sentido, Rubens Canuto e Luciane Gomes¹⁶⁸ lecionam que:

Durante os estudos, verificou-se a premente importância do estabelecimento de parâmetros éticos, dado o vultoso incremento das iniciativas de Inteligência Artificial ao longo do Poder Judiciário. A esse respeito, há dispositivo específico acerca da criação de repositório de iniciativa, inclusive para evitar retrabalho ou desenvolvimento de ferramentas semelhantes por equipes distintas, além de possibilitar o aproveitamento do que já foi desenvolvido por todo o Poder Judiciário, importando em inegável economicidade.

Percebe-se, portanto, que iniciativas já vêm sendo adotadas pelo Poder Público, e, no caso específico, pelo Poder Judiciário. Andou bem o Conselho Nacional de Justiça em definir parâmetros éticos e igualmente em coordenar o desenvolvimento das iniciativas, o que

¹⁶⁶ O QUE É BI Business Intelligence. **Siteware**, Belo Horizonte, 2 maio 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3s3yOkM>. Acesso em: mar. 2021.

¹⁶⁷ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 332, de 21 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mC5wZx>. Acesso em: 19 jan. 2021.

¹⁶⁸ CANUTO, Rubens; GOMES, Luciane. Princípios éticos da Inteligência Artificial e o Poder Judiciário. In: FUX, Luiz; ÁVILA, Henrique; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Tecnologia e Justiça Multiportas**. Indaiatuba: Foco, 2021. p. 158.

importará em expressiva economia, exemplo que deve ser seguido pelo Legislativo e pelo Executivo. Tamanha a importância que a questão do aproveitamento das iniciativas será, inclusive, objeto de análise em tópico seguinte.

No que diz com a definição, Fábio Correa Xavier, “em uma definição simplista, IA seria um sistema capaz de apresentar traços da inteligência humana, como raciocinar, aprender com a experiência ou interagir com humanos em linguagem natural”¹⁶⁹.

Karoline Lins de Souza e Mariana de Siqueira¹⁷⁰ a definem como:

Uma forma peculiar de tomada de decisão e de aprendizado por uma máquina, a partir do uso de recursos tecnológicos e de base de dados e que demanda a existência de hardware, software e algoritmo para funcionar. Essa maneira peculiar de tomada de decisão possui habilidade para definir resposta de maneira célere, repetitiva e com baixo índice de erros e é justamente por carregar esse aparente pacote de vantagens que o uso da inteligência artificial tem sido cada vez mais cogitado no âmbito das decisões de Estado, não apenas no que tange ao Judiciário e a Execução Fiscal, mas também no que diz respeito à Administração Pública como um todo.

Por sua vez, Lasse Rouhiainen¹⁷¹ preleciona, em conceito mais ampliado, que:

IA es la capacidad de las máquinas para usar algoritmos, aprender de los datos y utilizar lo aprendido en la toma de decisiones tal y como lo haría un ser humano. Sin embargo, a diferencia de las personas, los dispositivos basados en IA no necesitan descansar y pueden analizar grandes volúmenes de información a la vez. Asimismo, la proporción de errores es significativamente menor en las máquinas que realizan las mismas tareas que sus contrapartes humanas.

No conceito acima, a par de explicitar suas características, apresenta suas vantagens, sobretudo a capacidade de produzir sem cessar, atendendo, no caso proposto neste estudo, as mulheres durante 24 horas por dia, 7 dias na semana, ofertando, assim, vantagens significativas, sem contar na desnecessidade de deslocamento, uma vez que o atendimento ocorre remotamente.

Dessa feita, a Inteligência Artificial se destina, sobretudo no setor público, à tomada de decisão ou a apoiá-la, definindo os rumos mais adequados ou executando tarefas repetitivas e

¹⁶⁹ XAVIER, Fábio Correa. Inteligência Artificial no setor público: ficção ou realidade? **Instituto Rui Barbosa**, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Qdsrys>. Acesso em: 20 mar. 2021..

¹⁷⁰ SOUZA, Karoline Lins Câmara Marinho de; SIQUEIRA, Mariana de. A Inteligência Artificial na execução fiscal brasileira: limites e possibilidades. **Revista de Direitos Fundamentais e Tributação**, v. 1, n. 3, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OATanU>. Acesso em: 2 mar. 2021. p. 21-22.

¹⁷¹ IA é a capacidade das máquinas de usar algoritmos, aprender com os dados e usar o que aprenderam na tomada de decisões, assim como um ser humano faria. No entanto, ao contrário das pessoas, os dispositivos baseados em IA não precisam descansar e podem analisar grandes volumes de informações ao mesmo tempo. Além disso, a taxa de erro é significativamente menor em máquinas que realizam as mesmas tarefas que suas contrapartes humanas (tradução livre). ROUHIAINEN, Lasse. **Inteligencia Artificial**: 101 cosas que debes saber hoy sobre nuestro futuro. Barcelona: Planeta, 2018. p. 7.

retirando força humana, infinitamente mais dispendiosa que a ofertada pela ferramenta tecnológica.

Ademais, a partir do uso de *chatbots* (“robôs”), consignando-se que podem ou não usar Inteligência Artificial, ainda que como um FAQ interativo, muitas mulheres poderiam ser auxiliadas, seja denunciando os agressores remotamente, seja ao encontrarem orientação sobre como proceder nos casos de violência.

Ganharia demais o poder público ao investir adequadamente os recursos, contando com predições mais fidedignas, assim como as mulheres, que contariam com aplicações disponibilizadas para todas, com vistas a que procedessem a denúncias, bem assim retirassem suas dúvidas sobre as providências cabíveis e autoridades a quem recorrer.

Neste ponto, cumpre registrar que diversas ferramentas de inteligência artificial para auxílio às mulheres já se encontram disponíveis, desenvolvidas em sua maioria pela iniciativa privada, com função social extremamente relevante, os quais serão apresentados no tópico a seguir.

De se consignar que todas as ferramentas tecnológicas brevemente apresentadas podem e devem ser utilizadas de forma conjugada, auferindo todos os benefícios que conjuntamente for possível, auxiliando fortemente os tomadores de decisão na definição e mesmo redefinição das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

3.2 INICIATIVAS MAPEADAS QUE FAZEM USO DA TECNOLOGIA PARA A PROTEÇÃO DA MULHER

Não são poucas as ferramentas já implementadas a partir da tecnologia para ofertar suporte às mulheres, em especial quando se encontram em situação de ainda maior vulnerabilidade, a exemplo da situação de violência. Nos limites deste trabalho, serão apresentados alguns instrumentos tecnológicos que se encontram implantados, a maioria dos quais idealizados e concretizados fora dos espaços públicos. A escolha dos que serão indicados se operacionalizou a partir das funcionalidades e potencialidades, o que não quer dizer que não existem outros igualmente importantes para a árdua luta do combate à violência contra a mulher.

Cumprir iniciar pelo projeto *Eu sou a Glória*¹⁷², em especial porque é um dos que oportunizou contato mais próximo com a idealizadora, a professora Cristina Castro-Lucas, da Universidade de Brasília. Seguem informações sobre o alcance da Glória:

A Glória será capaz de coletar, analisar e disponibilizar dados relacionados à problemática da violência contra mulheres e garotas. Apesar de termos noção do tamanho dessa deficiência social, não temos dados o suficiente capazes de contextualizar o problema por completo. Sem isso, não conseguimos chegar em soluções públicas e privadas e por isso a situação se perpetua. A Glória ajudará a quebrar esse ciclo de disseminação de ódio contra o gênero feminino. Seus pilares fundamentais são: inteligência artificial, data analytics e blockchain. Cada um destes conta com o suporte de empresas referências na área.

No primeiro momento a Glória terá alcance nacional e nosso objetivo em dois anos é que ela se torne conhecida mundialmente.

A sua importância é a sua capacidade em acolher vítimas e possíveis vítimas da violência contra mulheres e garotas de forma anônima e neutra, garantindo uma coleta de dados direto da fonte. Além de gerar mapas de calor e outras análises para buscar/oferecer soluções para o problema em questão, ela também será capaz de otimizar os meios que já existem para garantir o direito das mulheres e garotas. Em paralelo, será capaz de gerar conteúdo educacional para conscientização da população em geral, principalmente os possíveis agressores com base em suas análises suportadas por ferramentas tecnológicas de ponta.

Percebe-se que se traduzirá em importante ferramenta de auxílio às meninas e mulheres em situação de fragilidade, no Brasil e no mundo, ofertando acolhimento e orientação em um momento de extrema delicadeza na vida de uma mulher. Possui igualmente o objetivo de fornecer conteúdo educacional, fomentando a propagação da mudança de padrão cultural, com o intuito de atingir inclusive os agressores. Por fim, não menos importante, revela potencial elevado de auxiliar o poder público na análise dos dados coletados e na definição das ações e programas governamentais voltados à coibição da violência contra a mulher.

Passando-se à *Nina Mobile*¹⁷³, cumprir registrar que foi idealizada por Simony César, filha de uma ex-cobradora de ônibus, que desenvolveu a tecnologia NINA com o intuito de empoderar vítimas e testemunhas, fomentando a denúncia dos casos de assédio praticados nos veículos de mobilidade urbana. Na cidade de Fortaleza, estão acobertadas mais de um milhão de usuárias. Houve aproximadamente 1.300 (um mil e trezentas) denúncias em seis meses, decorrendo 10% dos casos convertidos em inquérito policial. Por certo, auxiliará muito no combate ao delito de importunação sexual, recentemente tipificado, por intermédio da já mencionada Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018¹⁷⁴.

¹⁷² SOBRE a Glória. *Eu sou a Glória*, [S. l.], [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2OxZFI7>. Acesso em mar. 2021.

¹⁷³ A NINA. *Nina Smart Cities Sensor*, Fortaleza, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3t1Pv1C>. Acesso em: fev. 2021.

¹⁷⁴ BRASIL. *Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), [...]. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2OysxQy>. Acesso em: 11 set. 2020.

O aplicativo Lady Driver¹⁷⁵ traz a opção para as mulheres de que o transporte seja feito por motoristas do sexo feminino. Na divulgação do aplicativo, consta a seguinte chamada:

Escolha seu destino, agora você tem a liberdade para ir e vir com segurança, para o trabalho, para a escola. Talvez você queira ir para academia ou encontrar as amigas. Após um dia cansativo pode estar apenas com vontade de chegar em casa para descansar. Desfrute de todo o conforto e segurança viajando com nossas motoristas parceiras, utilize o aplicativo Lady Driver.

A escolha de ser conduzida apenas por mulheres traz uma grande sensação de segurança no transporte, notadamente quando se tratar de horários mais delicados, como à noite e de madrugada, bem assim quando se tratar de destinos mais ermos.

O MALALAI¹⁷⁶ consiste em um aplicativo que procede à análise da segurança da rota planejada pela usuária em seu deslocamento pela cidade, indicando cinco diretrizes sobre o caminho desejado: “se as ruas são movimentadas; se há policiamento fixo nas proximidades; se existem edifícios com porteiros ou estabelecimentos comerciais abertos; se há trechos com má iluminação pública; ocorrências de assédios reportadas ao longo da rota sinalizada”.

No que tange à consultoria jurídica, o aplicativo OI Advogado conecta as usuárias com advogados para resolver questões jurídicas. Não se aplica apenas a mulheres, mas as auxilia enormemente, estimulando-as a denunciar os agressores e a buscar orientação sobre como proceder em caso de violência.

A ONG ELA Empoderando e Libertando com Amor¹⁷⁷ possui site e perfil no LinkedIn. Apresenta diversas opções para as mulheres, sobretudo para as vítimas de relacionamentos abusivos, quais sejam: cursos online, terapia online, consultoria profissional e encontros de apoio. Conta, assim, com arsenal que permite às mulheres se reestruturarem, notadamente sob o ponto de vista psicológico e profissional.

O aplicativo HEAR, idealizado por Ademir, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, utiliza inteligência artificial para a identificação de agressão pelos sons. Segundo informações da orientadora do Projeto, Ana Paula Furtado¹⁷⁸:

O aplicativo possuirá uma comunidade de usuários cadastrados que serão acionados em tempo real, a partir de inteligência artificial, independente de denúncia formal por parte da vítima em casos de situações de violência.

¹⁷⁵ SOBRE A Lady Driver. **LADY DRIVER**, [S. l.], [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3d4t5r2>. Acesso em: fev. 2021.

¹⁷⁶ SINTA-SE em segurança. **Malalai**, [S. l.], [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2Rh0ICF>. Acesso em: mar. 2021.

¹⁷⁷ ELA: EMPODERANDO E LIBERTANDO COM AMOR. **Ela**, [S. l.], [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/39WSDEd>. Acesso em: mar. 2021.

¹⁷⁸ APP com inteligência artificial feito no Brasil identifica violência contra a mulher. **Época Negócios**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3t4AHPN>. Acesso em: out. 2020.

Uma vez instalado no celular, a tecnologia identifica, por meio de palavras-chave ou do sentimento na voz da usuária, sons do ambiente e analisa possíveis agressões. Quando a ferramenta reconhece algum ato de violência, uma notificação é enviada para outros usuários da plataforma, contendo informações de localização da vítima e o horário da agressão.

Configura-se em instrumento perfeito para as vítimas que se encontram impossibilitadas de procurar amparo, sobretudo na pandemia, quando as dificuldades se incrementam, sobretudo pela vigilância ainda mais ostensiva do agressor. É uma das grandes comprovações da eficácia da Inteligência Artificial nesta seara.

Merece destaque também a preocupação do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) com a quantidade relacionamentos abusivos, razão pela qual, em parceria com a Microsoft, desenvolveu, no bojo da Campanha Namoro Legal, a assistente virtual MAIA, acrônimo de Minha Amiga Inteligência Artificial¹⁷⁹, criada para dar orientação sobre relacionamentos. Ademais, cabe registrar que, na página do MPSP destinada ao Namoro Legal, encontra-se também disponibilizada uma cartilha sobre relacionamento abusivo, com dicas para identificá-lo e evitá-lo, com linguagem clara e acessível, atingindo mulheres de todas as idades, mas, sobretudo, as adolescentes e jovens, com menor experiência para identificar situações de abuso¹⁸⁰.

A ONG Think Olga possui diversos projetos envolvendo a temática das mulheres, dois dos quais merecem destaque: o “conexões que salvam”, que possui a Isa.bot, um chat bot criado em parceria com a NOSSAS, o Facebook e o Google Assistente, com vistas a levar conteúdo e espaços de auxílio às vítimas de violência digital e violência doméstica, com papel bastante relevante durante a pandemia do COVID-19, em que a violência se incrementou expressivamente, consoante anteriormente analisado; e o “Chega de Fiu Fiu”, com a elaboração de estudo online sobre a percepção das mulheres acerca das cantadas que recebiam nas ruas, culminando no desenvolvimento de mapas constando os locais de ocorrência dos abusos e na elaboração de um documentário com o nome do projeto, mostrando o assédio no cotidiano e fomentando a discussão acerca das mulheres no contexto das cidades¹⁸¹.

Com relação ao Mete a Colher¹⁸², startup da área de tecnologia, convém transcrever seu propósito: O Mete a Colher é uma Startup que utiliza da tecnologia como aliada no combate à violência contra as mulheres. Nascido em 2016 com a missão de desmistificar o ditado "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher", empreendedoras do Recife/PE criaram uma rede de apoio que ajuda

¹⁷⁹ CONHEÇA MAIA, a assistente virtual que pode ajudar mulheres em relacionamentos abusivos durante a pandemia. **Microsoft**, [S. l.], 7 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/31S8iR1>. Acesso em: mar. 2021.

¹⁸⁰ MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. Namoro Legal, p. 1.

¹⁸¹ PROJETOS. **Think Olga**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d5xFW0>. Acesso em: 17 fev. 2021.

¹⁸² LINKEDIN. Mete a Colher, p. 1.

mulheres a romper o ciclo abusivo presente nos relacionamentos afetivos. Afinal, a empatia e união entre mulheres garante uma sociedade mais segura e igualitária. Apesar do curto tempo de vida, o Mete a Colher é uma iniciativa reconhecida pela sociedade. Em 2017, ganhou o prêmio de melhor startup de Impacto Social do Brasil, pela Associação Brasileira de Startup (ABS). O aplicativo Android foi lançado em transmissão nacional, no programa Encontro com Fatima Bernardes. Em 2018 contou com o apoio e parceria de grandes empresas que combatem a violência contra as mulheres, como o Magazine Luiza e o Instituto Avon, além de ter se classificado em segundo lugar na Competição do Pitch do programa Ylai, patrocinado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

O aplicativo AGENTTO consubstancia-se em um sistema de alarme conectado a uma rede de confiança da usuária, podendo consistir em 12 pessoas selecionadas, que serão acionadas quando estiver em perigo. Ao acionar o recurso, os dados da usuária, como a localização, serão disponibilizados à rede de contatos, para que ofereçam auxílio ou busquem ajuda das autoridades¹⁸³, traduzindo-se em uma forma de fazê-la se sentir mais segura, em especial para aquelas que já foram vítimas de agressão ou estão sendo ameaçadas.

Muito semelhante ao AGENTTO, o aplicativo JUNTAS, disponível para os sistemas Android e iOS, consiste em tecnologia que objetiva o auxílio no enfrentamento à violência contra a mulher. Possui proximidade igualmente com o PLP 2.0, que será analisado na sequência, mas, no caso do JUNTAS, poderá ser utilizado por qualquer pessoa, usuária ou que integre a rede de proteção, que contará com até 3 contatos de sua confiança, que serão seus protetores. De outro lado, possibilita uma atuação proativa do protetor, na medida em que pode escolher as pessoas para as quais quer ofertar proteção. Caso ocorra situação de ameaça ou iminência de violência, a usuária acionará o botão de pânico com a emissão de sinal aos protetores, que poderão adotar providências¹⁸⁴.

O SOS Mulher PB, aplicativo criado por uma empresa paraibana, auxilia nas denúncias dos casos de violência contra mulheres. O aplicativo é gratuito e possui, além da denúncia por telefone, por formulário e e-mail, um botão do pânico, que redireciona para o contato com a Polícia Militar. Já conta com adesão do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que se responsabiliza por adotar os encaminhamentos para investigação. A ideia foi reunir os diversos canais governamentais em uma só plataforma¹⁸⁵.

¹⁸³ INFORME sua família em situações de perigo com Agentto. **Techtudo**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/3t2FMrN>. Acesso em: 11 fev. 2021.

¹⁸⁴ GELEDÊS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. JUNTAS: uma ferramenta no enfrentamento da violência contra a mulher, p. 1.

¹⁸⁵ EMPRESA cria aplicativo que ajuda a denunciar casos de violência contra a mulher na Paraíba. **G1**, João Pessoa, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3s3JIOc>. Acesso em: 17 out. 2021.

A SaferNet Brasil¹⁸⁶, organização não governamental, oferece um serviço de recebimento de denúncias anônimas de crimes e violações contra os Direitos Humanos praticados na Internet, aí incluídos aqueles praticados contra as mulheres, consubstanciados na denominada violência digital, outrora analisada. Firmou parcerias com o setor público, em especial com as autoridades policiais e judiciais, bem assim com a iniciativa privada. Desse modo, aquele que se deparar com materiais que violem esses direitos, poderá remetê-los pelo canal criado no site, disponível no endereço: <https://new.safernet.org.br/>.

No tocante às iniciativas em trâmite no setor público, serão avaliadas algumas das que ganharam mais destaque, sobretudo midiáticos, revelando salutar importância na luta travada pelo Estado na prevenção e combate da violência contra a mulher.

A Salve Maria consiste em um aplicativo disponibilizado pelo Governo do Estado do Piauí, que possibilita o envio de denúncias de violência de forma anônima, por intermédio de um canal seguro, as quais são recebidas por um servidor público que procederá aos trâmites com vistas à adoção das providências pertinentes¹⁸⁷.

O Sistema Penha se trata de um aplicativo desenvolvido com o intuito de prevenir o crescimento da violência contra a mulher. No sistema são alimentadas, pelos policiais civis, todas as medidas protetivas concedidas pelo juiz da comarca. A ideia é a parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com vistas a que os dados sejam inseridos pelo Judiciário no momento da concessão da medida, o que facilitará ainda mais a prevenção do descumprimento¹⁸⁸.

Na mesma trilha, a Patrulha Maria da Penha¹⁸⁹, existente no Paraná e no Rio Grande do Sul, consiste em uma ação calcada nas informações referentes às medidas protetivas concedidas, que são encaminhadas às autoridades policiais pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou pelas Varas Criminais, indicando uma avaliação dos riscos, a fim de que a Patrulha defina a escala de prioridade de atendimento, de conformidade com o grau de vulnerabilidade. Sobre a Patrulha Maria da Penha no Rio Grande do Sul¹⁹⁰:

[...] o atendimento ocorre através da realização de visitas, as quais têm o objetivo de fiscalizar se as medidas protetivas de urgência estão sendo cumpridas pelo agressor/acusado, bem como verificar a situação familiar da vítima. Portanto, a atuação ocorre no pós-delito, ao acompanhar o cumprimento da medida protetiva de urgência, e, igualmente, atua na prevenção, ao contribuir para a quebra do ciclo de violência e impedir que os atos violentos se perpetuem na família e nas futuras gerações.

¹⁸⁶ SAFERNET BRASIL. Safernet, p. 1.

¹⁸⁷ SALVE MARIA. Governo do Estado do Piauí, p. 1.

¹⁸⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Banco de Dados conterá violência contra a mulher, p. 1.

¹⁸⁹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. Patrulha Maria da Penha, p. 1.

¹⁹⁰ BRIGADA MILITAR RIO GRANDE DO SUL. Histórico da Patrulha Maria da Penha, p. 1.

Bastante semelhante à Patrulha Maria da Penha, o “Botão do Pânico”, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), foi implementado com vistas a dar mais efetividade às medidas protetivas concedidas. Segundo informações disponibilizadas no sítio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹⁹¹:

O botão do pânico aciona em tempo real a viatura mais próxima do local onde a vítima estiver naquele momento, de forma rápida e efetiva. “Percebemos a necessidade de regulamentar as questões de procedimentos para dar efetividade às medidas protetivas, porque a violência doméstica é sistemática e progressiva. Com isso, após o deferimento de uma medida, os mandados de monitoramento devem ser cumpridos imediatamente, assim como as informações da vítima e do agressor devem ser compartilhadas em detalhes com a PM e o Deap, para evitar novos crimes.”

A área de exclusão onde o agressor não pode transitar é estabelecida pelo magistrado. O major Mauro Almir Marzarotto Júnior, chefe da Seção de Doutrina e Emprego do Estado Maior Geral e coordenador da Rede Catarina de Proteção à Mulher da PMSC, lembra que o botão do pânico só está à disposição das mulheres com medidas protetivas. “No aplicativo PMSC Cidadão, disponível nas plataformas Android e IOS, qualquer pessoa pode ter acesso aos serviços da Polícia Militar, como o registro de ocorrências, denúncias e conhecimento das redes de proteção. Já o botão do pânico é exclusivo para as mulheres com medidas protetivas deferidas pelo Judiciário – são 645 cadastradas no estado. A partir daí a vítima recebe orientações e visitas preventivas da Rede Catarina. Vale ressaltar que a vítima só passa a ser monitorada após o acionamento do botão.

Apesar de se tratar de iniciativa que contempla apenas as mulheres com medida protetiva deferida pelo Judiciário, merece ser replicado em todo o território nacional, pela proteção efetiva que confere às vítimas, assim como pelo caráter preventivo de novos atos de violência.

No mesmo sentido, o PLP 2.0, desenvolvido em parceria pela THEMIS Gênero e Justiça e pelo Geledés Instituto da Mulher Negra de São Paulo, consiste em aplicativo destinado a auxiliar mulheres em situação de violência doméstica, familiar ou sexual, tendo por usuárias as que possuem medida protetiva de urgência, escolhidas de conformidade com o grau de vulnerabilidade. No Estado do Rio Grande do Sul, foi firmado termo de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado e a Secretaria Estadual de Segurança Pública. Desse modo, havendo acionamento do dispositivo, a Brigada Militar e as Promotoras Legais Populares da Região são acionadas. Foi premiado no Desafio de Impacto Social Google 2014¹⁹².

Sem sombra de dúvidas, o Brasil conta com diversas ferramentas tecnológicas, desenvolvidas no âmbito público e no privado, tendentes à ofertar canais de atendimento, de orientação, de denúncia e de proteção. Basta que haja aproveitamento do que já foi desenvolvido e

¹⁹¹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Mais de 600 mulheres vítimas de violência doméstica utilizam botão do pânico em SC, p.1.

conte a sua divulgação com mais vigor, sobretudo pelo Poder Público, a quem essas iniciativas também beneficiam, diminuindo, especialmente, os gastos com a repressão da violência.

3.3 APROVEITAMENTO DAS INICIATIVAS PELO PODER PÚBLICO

Neste ponto, vale consignar o brocardo “não é preciso reinventar a roda”. Infelizmente, no âmbito público não é rara a criação de projetos que não são levados a cabo pelos sucessores, em que pesem seus efetivos resultados e/ou potencialidades. Dessa feita, ao invés de empregar recursos expressivos em novos, merece haver uma mudança cultural e paradigmática no sentido do aproveitamento do que já foi desenvolvido, deixando de lado a vaidade da paternidade de ideias, tão comum na esfera pública.

Como visto, não faltam produtos já em funcionamento envolvendo o combate à violência contra a mulher. Assim, o ideal seria a análise mais acurada do que já se encontra à disposição e a celebração de termos de cooperação, convênios e outros instrumentos, para, caso necessário, seguir para eventual aperfeiçoamento, a partir da ideia de desenvolvimento comunitário, conjugando os esforços já empregados pelos idealizadores com aqueles que podem ser ofertados pelo Poder Público, de forma a alcançar o melhor proveito para todos os envolvidos, sobretudo para as destinatárias, as mulheres.

Ademais, não se pode deixar de mencionar que o Estado vem caminhando no sentido de se valer da tecnologia para atendimento das demandas das mulheres, ainda mais importante nesse momento de pandemia do COVID-19. A esse respeito, Joana Alencar e outras¹⁹³ informam que:

Estratégias para usar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) para facilitar o acesso das mulheres isoladas ao serviço de atendimento e à polícia têm sido utilizadas em quase todos os estados, permitindo que boletins de ocorrência possam ser iniciados com o preenchimento de formulário em casa ou com envio de mensagens ou ligações telefônicas. Em Sergipe e na Bahia, as ocorrências podem ser feitas pela delegacia virtual. Em Salvador, por exemplo, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) funcionam 24 horas por dia, mesmo com equipes reduzidas em razão da pandemia. Já em Santa Catarina, apesar da ampliação da delegacia virtual para diferentes tipos de situações atendidas pela Polícia Civil, crimes como estupro e lesão corporal relacionados à violência doméstica precisam ser registrados presencialmente. No Piauí, novos serviços de mensagem por telefone foram disponibilizados. No Rio Grande do Sul, além da Delegacia Online permitir o registro de boletins de ocorrência de violência contra a mulher pela internet, foi disponibilizado um número para recebimento de denúncias

¹⁹² PLP 2.0. **Themis: Gênero, Justiça E Direitos Humanos**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Qbl8XR>. Acesso em: 7 mar. 2021.

¹⁹³ ALENCAR, Joana; STUKER, Paula; TORARSKI, Carolina; ALVES *et al.* **Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: Ações presentes, ausentes e recomendadas**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t4WCWS>. Acesso em: mar. 2021. p. 16.

por WhatsApp. Ademais, no Rio de Janeiro, a equipe da Subsecretaria de Políticas para Mulheres passou a oferecer uma escuta especializada no canal do Disque Cidadania e Direitos Humanos.

Como visto, a tecnologia e seus instrumentos vêm se espalhando, recebendo o reconhecimento do potencial inimaginável de auxiliar mulheres, ofertando soluções que evitem a já expressiva subnotificação ou mesmo utilizando as que já se encontram disponíveis para expressiva parte da população, a exemplo do WhatsApp.

Dos instrumentos anteriormente apresentados, merecem destaque alguns, que deveriam ser aproveitados pelo Poder Público, tanto no que diz com os canais de acesso às autoridades, quanto no uso da tecnologia para uma melhor análise dos dados disponíveis, com a consequente melhoria na formulação ou readequação das políticas públicas.

O Projeto “Eu sou a Glória”¹⁹⁴ possui amplo potencial para auxiliar na definição das políticas públicas, com uma melhor ordenação de ações e programas voltados ao combate à violência contra a mulher, notadamente se valendo dos mapas de calor, com indicação das regiões em que a sua ocorrência se dá com mais expressividade, as quais exigem atuação mais expressiva.

A Nina Mobile¹⁹⁵ se constitui em um serviço com potencial para unificar vários modais (ônibus, metrô, transporte por aplicativos, bicicletas), bem assim fomentar políticas públicas através dos dados coletados. Poderia ser nacionalizado, contando com canal único, o que otimizaria a repressão da ocorrência de violência nos transportes públicos ao longo do país.

O MALALAI¹⁹⁶, que indica “se as ruas são movimentadas; se há policiamento fixo nas proximidades; se existem edifícios com porteiros ou estabelecimentos comerciais abertos; se há trechos com má iluminação pública; ocorrências de assédios reportadas ao longo da rota sinalizada”, traz inúmeras informações relevantes para o poder público, sobretudo com vistas à oferta de maior segurança nas regiões mapeadas.

Ademais, poderia haver o aproveitamento da ideia do OI Advogados, ofertando consultoria jurídica remota às mulheres em situação de violência, com a sugestão de sua aplicação no âmbito das Defensorias Públicas, notadamente estaduais, em razão da matéria, podendo já contar com um chatbot com FAQ interativo, contendo as perguntas e respostas mais recorrentes.

O JUNTAS consiste em outra ferramenta que merece ser adotada nacionalmente, com o fomento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, alcançando todas as

¹⁹⁴ SOBRE a Glória. **Eu sou a Glória**, [S. l.], [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2OxZFI7>. Acesso em mar. 2021.

¹⁹⁵ A NINA. **Nina Smart Cities Sensor**, Fortaleza, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3t1Pv1C>. Acesso em: fev. 2021.

mulheres que possuam acesso à tecnologia no Brasil. Para as que não possuem e/ou não tenham conhecimento da ferramenta, poderiam ser criadas campanhas de divulgação e linha de crédito especial para aquisição de aparelhos celulares, possibilitando o exercício da cidadania para todas.

Igualmente a adoção nacional do Sistema Penha deve ser fortemente estimulada, com a alimentação dos dados das medidas protetivas de urgência pelos servidores do próprio Judiciário, o que possibilitará o cumprimento mais efetivo, além de evitar a prática de violência por aqueles que já têm a obrigação de se afastar, os agressores, mitigando a reincidência.

Ademais, merece utilização nacional a Patrulha Maria da Penha, o Botão do Pânico ou o PLP 2.0, com patrulhamento próximo às residências das mulheres abarcadas pelas medidas protetivas de urgência, em especial se algum alerta foi gerado. Poderia ser criado um banco nacional de medidas protetivas de urgência, com interoperabilidade com os sistemas eletrônicos policiais.

Com relação ao botão do pânico, em pesquisa realizada no Município de Vitória, no Espírito Santo, pioneiros na implantação, Kellen K. Novaes Welsing e Adriana Salete de Toni Rocha constaram, em especial, que a utilização do dispositivo importou em diminuição da reincidência dos casos de violência e promoveu sensações positivas entre as usuárias, a exemplo de maior sensação de segurança¹⁹⁷.

Ademais, as autoras¹⁹⁸, calcadas em informação da juíza responsável, à época, pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, dão conta de que, em 2016, o dispositivo custava R\$ 80,00 (oitenta reais), o que deve ter diminuído, uma vez que a tecnologia evolui e instrumentos acabam ficando cada vez menos onerosos. Assim, sem sombra de dúvidas, revela-se muito melhor ao Estado conceder esses dispositivos para as vítimas em todo o país, que arcar com os custos da violência, seja pelos gastos em saúde, seja na punição dos culpados.

Outro ponto que merece análise diz com o uso massivo das redes sociais, cabendo seu aproveitamento como ferramenta voltada à prevenção da violência, mediante campanhas educacionais, fomento das ferramentas de denúncia, perfis de orientação às vítimas, etc. Traduz-se

¹⁹⁶ SINTA-SE em segurança. **Malalai**, [S. l.], [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2Rh0lCF>. Acesso em: mar. 2021.

¹⁹⁷ WELSING, Kellen K. Novaes; ROCHA, Adriana Salete de Toni. O uso de ferramentas tecnológicas na política de enfrentamento da violência contra a mulher. **Castelo Branco Científica**, ano V, n. 9, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3wIe2uJ>. Acesso em: 11 mar. 2021. p. 15-16.

¹⁹⁸ WELSING, Kellen K. Novaes; ROCHA, Adriana Salete de Toni. O uso de ferramentas tecnológicas na política de enfrentamento da violência contra a mulher. **Castelo Branco Científica**, ano V, n. 9, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3wIe2uJ>. Acesso em: 11 mar. 2021. p. 8.

em instrumento sem precedentes para a modificação cultural, já que possui incidência sobre um público bastante heterogêneo.

Neste ponto, vale mencionar um importante projeto educativo desenvolvido pela Secretaria de Educação do Maranhão, intitulado “Maria da Penha vai à escola”, que contou com a participação da pesquisadora Meire Lourdes Pereira Almeida. Alunos do terceiro ano do ensino médio produziram vídeos para exemplificar e denunciar situações envolvendo a violência contra a mulher, com o intuito de refletir sobre a negação dos direitos femininos tutelados pela Lei Maria da Penha e combater os abusos perpetrados, sobretudo em face das mulheres¹⁹⁹. O projeto merece disseminação, o que poderia se operacionalizar por intermédio das redes sociais, estimulando a sua replicação e a conscientização dos adolescentes e jovens acerca da problemática.

Aproveitar o uso expressivo do celular e das redes sociais, notadamente pelos adolescentes, que passam o dia e parte da noite “logados” no aparelho, para criar uma cultura de isonomia e de combate à violência contra a mulher trará efeitos bastante expressivos em um futuro próximo, possuindo o condão de romper barreiras culturais e instaurar novos paradigmas, mais inclusivos e menos discriminatórios.

No âmbito do Poder Judiciário, iniciativa bastante relevante e que merece disseminação consiste no Mandamus, solução de inteligência artificial, desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Roraima em parceria com a UnB, que, ao automatizar o procedimento de cumprimento dos mandados judiciais, contribui com a celeridade das intimações, além de reduzir custos financeiros.

Tratando do Mandamus, salutes as informações constantes do site do Conselho Nacional de Justiça²⁰⁰:

Na prática, o sistema eletrônico baseado no emprego de inteligência artificial e geolocalização vai analisar todas as decisões judiciais proferidas, identificando a necessidade de expedição do mandado judicial, com posterior confecção e distribuição deste ao oficial de Justiça mais próximo ao endereço de cumprimento. Assim, o Mandamus possibilitará um melhor aproveitamento do trabalho dos oficiais de Justiça, racionalizando o cumprimento das diligências e gerando ganhos significativos de produtividade para o Judiciário. Também dá maior segurança quanto ao cumprimento dos mandados para as partes do processo.
[...]

O oficial trabalhará com um aparelho celular em que vai redigir a certidão a partir de um formulário programado para cada fluxo, que imediatamente vai ser juntada ao processo. Isso dará transparência em tempo real ao juiz e às partes quanto ao cumprimento do mandado. No endereço, caso necessário, ele pode imprimir o mandado com um QR Code com todas as informações do processo para entregar ao responsável. Mas a ideia é que todo processo seja digital”, conta o presidente do

¹⁹⁹ ALMEIDA, Meire Lourdes Pereira. O celular como dispositivo de convergência no combate à violência contra a mulher. In: MARTINS, Ernane Rosa (org.). **Tecnologias Educacionais: Ensino e Aprendizagem Em Diferentes Contextos**. São Paulo: Científica, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mxrYTI>. Acesso em: mar. 2021. p. 197.

²⁰⁰ Conselho Nacional de Justiça. Solução de Inteligência Artificial de Roraima integra Plataforma Digital da Justiça.

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJRR, juiz Esdras Silva Pinto.

O Mandamus tem uma central de mandados, equipada por outro sistema de inteligência artificial responsável por realizar a distribuição aos oficiais. Esse robô analisará os mandados e considerará sua urgência e natureza, definindo uma ordem prioritária de cumprimento. Os mandados relacionados a processos de violência doméstica, vulneráveis, réus presos e tutelas de urgência, por exemplo, serão distribuídos com prioridade em relação aos demais.

Possui, assim, o potencial de resolver um dos grandes problemas enfrentados na tramitação dos feitos envolvendo a violência contra a mulher. Segundo o Relatório: O Poder Judiciário no Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres²⁰¹:

De acordo com as manifestações dos atores jurídicos, diferentes dificuldades permeiam o processamento dos feitos nas unidades de justiça. Estas dificuldades têm efeito negativo sobre os tempos de processamento, ocasionando a prescrição de muitos casos, o que equivale a dizer que prejudicam a responsabilização do agressor. Em praticamente todas as unidades pesquisadas, a dificuldade para localização e intimação das partes foi um dos aspectos citados. Alguns elementos explicam esta questão. O mais comum é a alta rotatividade de endereços. Há uma percepção compartilhada de que, como a clientela das unidades judiciais que detêm competência em VDFM é constituída, em grande parte, de pessoas com baixo poder aquisitivo, elas não costumam possuir casas próprias, o que leva à frequente mudança de endereço. Ao mesmo tempo, a frequente separação das partes e a decretação da medida protetiva de afastamento do acusado do lar, sem que o juízo seja informado do novo endereço, acaba por dificultar sua localização posteriormente. Alguns atores mencionaram, ainda, que, ao tomarem conhecimento da incondicionalidade de representação criminal, as mulheres que não desejam seguir com o processo criminal podem manipular a informação sobre seus endereços, de modo a dificultar a localização das partes.

Corroborando a importância da tecnologia para o cumprimento dos mandados envolvendo violência contra a mulher, convém registrar a fala de uma Promotora de Justiça entrevistada, contida no Relatório: O Poder Judiciário no Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres²⁰²:

As intimações por meios tecnológicos são muitas vezes mais eficazes do que o sistema que temos em que o oficial de justiça vai e não encontra o endereço, e você não sabe se ele não encontrou porque não procurou... É uma estrutura pesada, cara, lenta e ineficaz (Promotora de Justiça)

O Mandamus possui o condão de auxiliar sobremaneira na celeridade das intimações de todo o Poder Judiciário, com especial relevância para as medidas protetivas de urgência, que exigem uma atuação ainda mais pronta para que sejam efetivas, sob pena de não surtirem os

²⁰¹ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório O Poder Judiciário no Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cZS9PC>. Acesso em: 12 mar. 2021. p. 12. p. 45.

²⁰² BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório O Poder Judiciário no Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cZS9PC>. Acesso em: 12 mar. 2021. p. 12. p. 47.

efeitos desejados na prevenção e combate da violência contra a mulher, merecendo, portanto, expansão nacional.

Sem sombra de dúvidas, aproveitar o uso massivo da tecnologia para combater a violência é um dos grandes caminhos a ser seguido pelo Estado, que não necessita criar uma infinidade de ferramentas e pode aproveitar as que já se encontram disponíveis, firmando convênios e termos de cooperação e, com isso, além de minimizar a ocorrência, encontrará economia na gestão dos problemas envolvendo a violência contra a mulher.

3.4 DEMANDAS E CRIAÇÃO DE NOVAS FERRAMENTAS

A par do aproveitamento das iniciativas já desenvolvidas, tanto no âmbito público quanto no privado, o Poder Público pode desenvolver outras ferramentas, inclusive mais adequadas e abrangentes, ou mesmo especializadas, de conformidade com as peculiaridades locais e regionais.

O importante é, desde logo, deixar claro que podem ser instrumentos simples, a exemplo dos mapas de calor, *chatbots*, valendo-se, inclusive, do corpo técnico próprio de pessoal da área de Tecnologia da Informação dos órgãos encarregados de proteção à mulher.

A sugestão é no sentido de que sejam desenvolvidos pelo governo federal, com cessão das ferramentas, preferencialmente com transferência integral da tecnologia, para os Estados e Municípios, que poderão adaptá-las às suas demandas e necessidades mais marcantes, quando da definição do que será concretizado. Registre-se, por oportuno, que isso não quer dizer não possam ser desenvolvidas e ofertadas pelos governos estaduais e municipais.

Ao longo das próximas linhas, serão apresentadas sugestões de ferramentas tecnológicas voltadas às mais diversas facetas de proteção à mulher, de modo a atender a todos os comandos constitucionais e legais, outrora analisados.

Inicia-se com a sugestão, já levantada em capítulo anterior, de criação de uma rede online de atendimento profissional às vítimas, sobretudo de violência sexual, para trazer concretude especialmente, mas não unicamente, à Lei do Minuto Seguinte²⁰³.

A ideia é de criação de uma rede de atendimento nacional online, com profissionais que desempenhem atividades compatíveis com a atuação remota, a exemplo de psicólogos, assistentes sociais, médicos, traduzindo-se em economia de recursos e na possibilidade de ofertar equipe

multidisciplinar, ainda que remota, em todo o território nacional. Isso criaria uma atuação mais disseminada de profissionais específicos, alcançando inclusive locais em que não há oferta de especialidades desse jaez.

Com relação à importância do atendimento médico remoto, ainda que reconheçam as dificuldades da telemedicina, Laura C. Hudson, Eve J. Lowenstein e Leonard J. Hoenig²⁰⁴ apontam soluções para que a telemedicina atenda da melhor maneira as vítimas de violência, com destaque para as dificuldades impostas durante o confinamento decorrente do COVID-19:

*It may now be more difficult for victims to find a time to call for help, because their abuser is around more often and can monitor what they are doing. Physicians need to keep this in mind, especially now, when the pandemic has forced many health care providers to rely on telemedicine, with its limited opportunity to physically examine patients, as we do in person, for signs of injury and abuse. This contribution is designed to enhance physicians' awareness of the problem of domestic violence, screen for it in their practice, become more sensitive and compassionate when interviewing and treating victims, and learn where victims can get help.
[...] Despite these limitations, telemedicine can be a lifeline for domestic violence victims to reach out for help. Physicians should assess the safety of victims and whether they are in danger of being harmed or have been injured²⁰⁵.*

Assim, além de ofertar atendimento multidisciplinar, a presença remota pode consistir na única maneira de a mulher pedir auxílio, pela presença constante do agressor, ou mesmo no único modo de se identificar, por sinais até sutis, de que está sendo vítima de violência, carecendo de profissionais com perspicácia.

Sem contar que, com o atendimento pela rede de profissionais, é possível uma integração dos pareceres, ou mesmo anotações, dos diversos profissionais de saúde que acompanharam a vítima, podendo-se pensar, igualmente, em comunicação com as autoridades públicas responsáveis pela persecução criminal. Ainda que não haja interoperabilidade entre sistemas, até porque são informações clínicas, que não têm tanta importância para as investigações, poderia ser

²⁰³ BRASIL. **Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/39ZKS0x>. Acesso em: 11 ago. 2020.

²⁰⁴ HUDSON, Laura C; LOWENSTEIN, Eve J.; HOENIG, Leonard J. Domestic violence in the coronavirus disease 2019 era: Insights from a survivor. COVID-19. Important Updates and Developments. **Clinics in Dermatology**, v. 38, n. 6, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d9ewSV>. Acesso em: 2 fev. 2021. p. 2.

²⁰⁵ Agora pode ser mais difícil para as vítimas encontrar um momento para pedir ajuda, porque o agressor está por perto com mais frequência e pode monitorar o que estão fazendo. Os médicos precisam ter isso em mente, especialmente agora, quando a pandemia forçou muitos serviços de saúde a confiar na telemedicina, com sua oportunidade limitada de examinar fisicamente os pacientes, como fazemos pessoalmente, em busca de sinais de lesões e abuso. Esta contribuição foi projetada para aumentar a consciência dos médicos sobre o problema da violência doméstica, examiná-la em sua prática, tornar-se mais sensíveis e compassivos ao entrevistar e tratar as vítimas e aprender onde as vítimas podem obter ajuda.

[...] Apesar dessas limitações, a telemedicina pode ser uma tábua de salvação para as vítimas de violência doméstica buscarem ajuda. Os médicos devem avaliar a segurança das vítimas e se elas estão em perigo de serem feridas ou se foram feridas (tradução livre).

disparado um alerta para as autoridades policiais, a fim de que adotem providências, ainda que seja apenas o deslocamento até a residência para verificar a situação da vítima.

Neste ponto, merece destaque outra finalidade da criação da rede. Atendendo a sugestões anteriormente pontuadas, poderia se utilizar, igualmente, para o tratamento do parceiro agressivo, seja mediante atendimento individual, seja de terapia do casal.

Daiane Trentin e outras²⁰⁶ e outras levantam uma problemática bastante relevante, facilmente contornável com tecnologia básica:

Ressalta-se a relação entre a revitimização da mulher com a falta de fluxo e a desarticulação dos serviços, em que a mulher precisa recontar o fato da violência em diversos serviços ou profissionais que procura. Neste sentido, a articulação e a organização do fluxo, bem como o conhecimento dos serviços que existem no município para realizar os encaminhamentos, possibilita ao profissional clareza e melhor direcionamento do que fazer nas situações de violência sexual, podendo evitar o sofrimento e a exposição da mulher à outras violências.

A questão é facilmente corrigida pela implementação de solução tecnológica de registro e disponibilização nacional das informações das mulheres vítimas de violência, com resguardo do sigilo (podendo-se utilizar iniciais ou código alfanumérico), em especial nos casos de violência sexual, para evitar que a mulher precise “recontar” a história inúmeras vezes, passando pelo constrangimento a cada contato com autoridade responsável pelas investigações ou profissional da área de saúde. Ademais, a solução pode se comunicar com outros sistemas de saúde e investigativos, mediante interoperabilidade ou mesmo acesso ao banco de dados mediante cadastro.

Ademais, outra possibilidade é o monitoramento e acompanhamento dos atendimentos prestados às mulheres por soluções tecnológicas, que poderá ofertar relatórios, gráficos e mapas de calor, que servirão como subsídios para a formulação e adequação das políticas públicas.

Hipótese igualmente relevante diz com a criação de cursos online de formação profissional, voltados em especial para se evitar a revitimização pelos profissionais que atendem as mulheres, não raras vezes perpetrando novas formas de violência, enquadradas como violência institucional. A formação adequada é fundamental para a mudança cultural nas instituições, o que, a um só tempo, evitará a própria perpetração de violência institucional e ofertará tratamento mais adequado às vítimas.

No tocante à ideia de se envidar esforços conjuntos entre União, Estados e Municípios para promover a integração do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas

com órgãos de segurança pública, a proposta seria a criação de um sistema único de alimentação e tramitação. Não sendo possível, que seja feita a interoperabilidade de todos os sistemas, para que os dados sejam aproveitados e haja uma visão global. Com isso se poderia ter, por exemplo, todas as informações do agressor, seu histórico, as vezes em que a vítima o representou, além de permitir que se acompanhe toda a tramitação da representação, desde o seu nascedouro até a fase atual.

Em sentido semelhante, mas com viés de planejamento e execução, a partir da ideia de atuação integrada e coordenada dos órgãos públicos responsáveis pela definição de políticas públicas, proposta por Eva Alterman Blay²⁰⁷, pode-se pensar igualmente na interoperabilidade de sistemas ou criação de sistema unificado, sobretudo com a disponibilização de módulo para alimentação do que vem sendo feito, dos valores dispendidos, do público alcançado, dos projetos e iniciativas em andamento, etc.

Por seu turno, com relação à prevenção da violência sexual, tão repelida pela sociedade como um todo, que justifica a importância da atuação preventiva, em especial com o monitoramento das regiões com maiores registros, pode ser auxiliado sobremaneira pela análise decorrente do mapeamento dos dados coletados a partir de ferramentas tecnológicas, importando em ações e programas mais específicos, sobretudo quando identificadas zonas de calor, o que pode resultar em expressiva economia de recursos públicos e maior efetividade na prevenção da violência.

Um exemplo simples e extremamente efetivo se consubstancia na identificação, a partir da análise dos dados coletados, dessas zonas de calor, que são locais onde violência se processa com mais recorrência, com a disponibilização de policiamento na região, e, ainda, verificação das condições de acesso e iluminação pública. São custos inexpressivos, sobretudo os dois últimos, resultando em fundamentais formas de prevenção, sempre mais vantajosas que a repressão.

Portanto, além das ferramentas já disponibilizada, outras sugestões foram apresentadas, com vistas a auxiliar no apoio à tomada de decisões, na repressão da violência, bem assim no acesso das mulheres aos serviços públicos de atendimento na área de saúde e

3.5 BENEFÍCIOS COLHIDOS COM O USO DA TECNOLOGIA NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS

²⁰⁶ TRENTIN, Daiane; VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira; LEAL, Sandra Maria Cezar; VARGAS, Caroline Porcelis; FERREIRA, Micheli Leal; NEVES, Franciele Budziareck das. Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede intersetorial, p. 5.

A ideia central deste estudo possui por escopo avaliar os resultados da mineração e análise dos dados obtidos pelos órgãos destinados à prevenção e combate à violência, de modo a subsidiar o Poder Público na escolha dos princípios e diretrizes que informarão a eleição das políticas públicas destinadas à proteção das mulheres.

De tudo o que foi avaliado até o momento, a definição dos caminhos, diretrizes, princípios, serviços, dentre outros, calcadas nas análises realizadas pelas ferramentas tecnológicas a partir dos dados, sobretudo oficiais, coletados pelas autoridades legitimadas na prevenção e combate da violência contra a mulher, possui o condão de permitir mais acerto na formulação das políticas.

Neste ponto, cumpre analisar a questão da origem dos dados que serão fonte das análises envolvendo a violência contra a mulher. Devem ser forçosamente públicos? No sentir do subscritor, não há essa necessidade, desde que os dados não tenham sido adulterados, sejam passíveis de auditabilidade e possam ser corroborados por dados de fontes governamentais. Isso se justifica, até porque há diversas entidades não governamentais sérias que desempenham atividades que se somam aos esforços do Poder Público. Com isso, ganha a sociedade como um todo e as mulheres em particular.

Dessa feita, o uso da tecnologia, a partir da análise dos dados da prática de violência contra a mulher, possibilita vantagens substanciais na formulação de políticas públicas voltadas à proteção da mulher, na medida em que os dados são recebidos já tratados e de modo a permitir uma visualização mais aclarada, auxiliando sobremaneira na eleição das melhores diretrizes a serem seguidas pelo Poder Público.

Por exemplo, identificado, a partir de mapas de calor, que determinada região possui índice maior de violência contra a mulher, não há dúvidas de que o Poder Público deverá intervir mais ativamente naquele local, seja melhorando as condições de acesso, com iluminação pública e câmeras, seja ofertando policiamento mais ostensivo, até porque se pode estar diante de um agressor da região, atuando preventivamente ou facilitando eventual flagrante.

Por outro lado, a tecnologia permite ainda mais adequação das políticas públicas anteriormente eleitas, a partir de ajustes do curso das ações e programas, priorizando a prevenção, com a disponibilização concreta de serviços públicos protetivos, a exemplo dos canais remotos, que substituem a presença física da mulher, o que por si só impedia o seu

²⁰⁷ BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: mar. 2021.

acesso, diante das inúmeras atribuições e papéis ordinariamente atribuídos à mulher. Permite, assim, a prestação de serviços públicos pela via remota, que vão desde aqueles ligados à saúde, quanto aos meios para a notificação de casos de violência e acionamento em caso de perigo iminente, o que pode ser feito mediante o botão do pânico.

No mesmo norte, a criação de uma rede de consultoria jurídica remota atenderia uma das grandes necessidades das mulheres em situação de vulnerabilidade e violência, prestando as orientações jurídicas essenciais, sobretudo acerca das providências que devem ser adotadas imediatamente pelas vítimas, de modo a não as prejudicar no futuro com questões como moradia e guarda. Ademais, evita o fazer justiça com as próprias mãos, consistente no uso da violência pela vítima para evitar violência.

Sem sombra de dúvidas, além da disponibilização de ferramentas tecnológicas às vítimas, revela-se fundamental a destinação de recursos orçamentários, até para viabilizar a implementação dos projetos envolvendo a temática e permitir o desenvolvimento de ferramentas com a melhor tecnologia disponível, com vistas a ofertar maior efetividade aos mandamentos constitucionais e legais mencionados anteriormente.

A essa respeito, válidas as lições de Joana Alencar e outras²⁰⁸:

O incremento do orçamento é fundamental para a efetividade de uma política, de caráter eminentemente social, que depende fortemente de recursos humanos qualificados e capacitados, estruturas de abrigo, serviços psicossociais e de educação. O Estado brasileiro, que já foi considerado exemplo de combate à violência contra a mulher, ao formular a Lei Maria da Penha, deve se responsabilizar por coordenar ações junto aos entes federativos, à sociedade civil e ao setor privado, legislar, produzir informações, e, acima de tudo, investir na implementação das ações de prevenção, já elaboradas na lei.

Dar concretude à lei significa destinar atenção, esforços, recursos, alcançando mulheres de todo o território nacional, mas, para tanto, deve-se ter em mente que investir, sobretudo na prevenção, traz vantagens para o próprio Poder Público, na medida em que haverá economia futura de recursos, revelando-se necessária uma mudança de mentalidade para concretizar a ideia de que os custos da violência são maiores do que os despendidos com a sua prevenção.

Revela-se importante o desenvolvimento de pesquisas futuras em algumas direções. Primeiro, faz-se necessário avaliar empiricamente quais políticas públicas de combate à violência contra a mulher funcionam e quais não são eficazes e acabam por desperdiçar

²⁰⁸ ALENCAR, Joana; STUKER, Paula; TORARSKI, Carolina; ALVES *et al.* **Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: Ações presentes, ausentes e recomendadas.** Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t4WCWS>. Acesso em: mar. 2021. p. 20.

recursos públicos – tão escassos neste momento de crise fiscal como o que se está vivenciando.

Em segundo lugar, a crise provocada pela Covid-19, que levou boa parte da população a viver em isolamento social, guarda correlação com o aumento da violência doméstica no país e existem evidências de que aumentou no resto do mundo. Momentos de crise são essenciais para se aprimorar políticas públicas ou mesmo desenvolver – especialmente de proteção à vida. Ao contrário, com a crise muitas mulheres ficaram desamparadas sem a proteção devida do Estado, com as casas de abrigo fechadas devido aos riscos de contágio e proliferação da doença nesses ambientes. É preciso pensar e discutir alternativas que possam funcionar nesses momentos de crise.

Em terceiro lugar, o uso da teoria de economia comportamental pode ajudar sobremaneira a se desenvolver políticas públicas mais eficazes. Os seres humanos são dotados de uma série de vieses psicológicos que prejudicam o processo de tomada de decisão – o que leva a decisões erradas ou que posteriormente são vistas como prejudiciais à própria pessoa que tomou a decisão. No caso da violência contra a mulher é preciso usar os insights disponíveis da economia comportamental para melhor informar as políticas públicas – que devem ser baseadas em evidências.

Finalmente, o uso de experimentos randomizados controlados pode ajudar nessa busca de políticas públicas mais eficazes contra a violência contra a mulher. E com a ajuda da tecnologia esses experimentos podem ser mais bem-sucedidos. É importante a ampliação do conhecimento de quais políticas são mais eficazes e quais podem ajudar a reduzir os níveis elevadíssimos de violência.

Inegavelmente, os benefícios colhidos com o uso da tecnologia na formulação, manutenção e ajuste das políticas públicas se revelam expressivos, eis que permite, entre outros, acompanhar os resultados até então verificados, os custos, o alcance ofertado, revelando-se primordial seu uso pelo aparato estatal. Ademais, os custos da tecnologia se tornaram infinitamente menores que outrora, revelando-se em extrema vantagem se comparada a um passado próximo, justificando sua adoção disseminada ao longo do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher se encontra, ainda nos dias atuais, em patamares alarmantes, com números expressivos no mapa da violência nacional, encontrando-se entre os países com maiores índices do mundo, sem contar com as subnotificações, muito marcantes no país, ao ponto de se dizer que aos dados poderiam ser ainda mais vultosos se correspondessem à realidade.

Esse cenário sofreu incremento neste momento de dificuldade em que o mundo se encontra imerso: a pandemia do COVID-19, que, infelizmente, é terreno fértil para as mais variadas formas de violência, sobretudo as perpetradas no ambiente familiar. Diversos são os fatores que concorrem para esse incremento, mas, sem dúvidas, o confinamento contribui para a prática de violência, uma vez que a reclusão forçada, para além de impor mais tempo de convivência, lança margem para que as insatisfações sejam transferidas para o outro, no caso específico, para a mulher, abrindo espaço para a prática de diversas modalidades de violência, a exemplo da física, da emocional e da patrimonial.

Esses números são incompatíveis com o atual evoluir social, que exige mudança da cultura machista em vigor por largo tempo, de modo a permitir às mulheres o pleno exercício da cidadania, com o gozo dos direitos constitucionais que lhe foram outorgados, ofertando mecanismos efetivos de prevenção e repressão da violência, assim como canais de acesso ágeis para as mulheres, sobretudo quando estiverem sob vigilância ostensiva do agressor.

Consoante se pode verificar, a violência possui múltiplas armas, podendo ser perpetrada das mais variadas formas. Ademais, dela decorrem diversos efeitos negativos, gerando traumas físicos, psíquicos, patrimoniais, morais, e atingindo a mulher inclusive muito tempo depois, como se verifica nos casos de depressão pós-parto em mulheres vítimas de violência pretérita, o que justifica profunda reflexão por parte dos atores públicos, tanto os que possuem o papel de conferir efetividade à legislação, quanto os responsáveis pela definição das políticas públicas.

No combate à violência contra a mulher, todas as funções do Poder Público possuem papel fundamental. No que atine ao Legislativo, para além do diploma constitucional, que outorgou direitos expressivos, diversos instrumentos infraconstitucionais foram editados e outros tantos projetos de lei estão em tramitação, de modo a salvaguardar a mulher em sua integralidade.

Dessa feita, convém pode-se concluir, portanto, que a expressividade da violência contra a mulher não ocorre por falta de normas, eis que, reafirme-se, existem diversos dispositivos constitucionais e leis para a salvaguarda das mulheres, contando ainda com a possibilidade de serem, em breve, complementados pela aprovação dos projetos de lei em tramitação.

As previsões normativas são o supedâneo para a definição do atuar estatal, servindo, além de norte, como justificativa para o estabelecimento de políticas públicas específicas, restando ao Estado concretizá-las, alcançando o seu pleno objetivo. Assim, cabe ao Executivo a elaboração de políticas públicas amplamente inclusivas, de modo a reduzir drasticamente os casos de violência e ofertar programas de apoio às vítimas.

No entanto, ao longo dos anos, verificou-se certa retração nas políticas públicas voltadas às mulheres, o que não é compatível com o princípio da vedação do retrocesso. Contudo, cumpre registrar que vem sendo demonstrado interesse em adotar providências que mitiguem o sofrimento das mulheres vítimas de violência, sobretudo em razão do confinamento decorrente da pandemia do COVID-19.

Por seu turno, ao Judiciário cabe o papel de priorizar as demandas envolvendo a violência contra a mulher, bem assim otimizar o trâmite das medidas protetivas de urgência, o que vem sendo buscado, consoante se observa da instituição da Meta n. 8 do Conselho Nacional de Justiça, do desenvolvimento do sistema Mandamus e do uso da Patrulha Maria da Penha e outros sistemas similares, que reclamam, contudo, replicação no âmbito nacional.

Do exposto, a mulher só restará protegida e exercerá plenamente a sua cidadania quando estiver à sua disposição ações afirmativas tendentes a suprimir o abissal distanciamento para com os homens, decorrentes dos padrões culturais por longo tempo estabelecidos. Ao Estado, cabe a um só tempo definir ações concretas para fomentar a equidade, afastando as disparidades, e tutelar as mulheres no aspecto da sua hipossuficiência, notadamente física, prevenindo todas as formas de violência e punindo severamente as já praticadas, até pelo viés didático da repressão.

Há ainda muitas lacunas a se preencher no que atine à instituição de políticas públicas, algumas das quais sugeridas ao longo deste estudo. Contudo, além da instituição, revela-se bastante importante a correção de rotas já estabelecidas, quando não se revelarem suficientes. Para auxiliar nesse árduo mister, deve o Poder Público lançar mão dos meios tecnológicos à disposição a exemplo da mineração de dados, do *Business Intelligence*, da Inteligência Artificial, que ofertam valioso apoio na tomada das decisões políticas, minimizando os riscos dos vieses.

Ademais, em paralelo, além de apoiar as decisões para a definição das políticas públicas, a tecnologia, a exemplo da calcada em inteligência artificial, possui o condão de ofertar uma gama de ferramentas extremamente relevantes para o combate à violência contra a mulher, a exemplo dos *bots*, que podem auxiliar, dentre outras possibilidades, no oferecimento remoto de denúncia e na orientação jurídica, por exemplo, mediante FAQ interativo, contendo respostas para as principais dúvidas externadas para mulheres em vulnerabilidade.

Nesse passo, merecem menção as diversas ferramentas tecnológicas apresentadas, desenvolvidas na esfera pública e na privada, tendentes a ofertar canais de atendimento, de orientação, de denúncia e de proteção. Basta que haja aproveitamento do que já foi desenvolvido e conte com divulgação mais vigorosa, sobretudo pelo Poder Público, a quem essas iniciativas beneficiam enormemente, diminuindo, especialmente, os gastos com a repressão da violência.

Desse modo, mais importante que a criação de ferramentas, faz-se premente a disseminação dos produtos tecnológicos postos à disposição, não só na esfera pública, sobretudo de modo a alcançar seu verdadeiro destinatário, a mulher. Para tanto, deverão ser implementadas amplas campanhas publicitárias, reforçando sua finalidade, alcance e formas de acesso.

Sem sombra de dúvidas, aproveitar o uso massivo da tecnologia para combater a violência é um dos grandes caminhos a ser seguido pelo Estado, que não necessita criar uma infinidade de ferramentas e pode aproveitar as que já se encontram disponíveis, firmando convênios e termos de cooperação e, com isso, além de minimizar a ocorrência, encontrará economia na gestão da violência contra a mulher.

Deve-se, assim, fomentar o amplo uso da tecnologia como ferramenta de gestão e de oferta de serviços à mulher, com efetiva possibilidade da produção de efeitos concretos inarredáveis, uma vez que os cenários serão mais claros e permitirão atuação mais específica por parte do Poder Público, podendo ensejar redução significativa de custos e resultados otimizados para todos os envolvidos.

Inegavelmente, os benefícios colhidos com o uso da tecnologia na formulação, manutenção e ajuste das políticas públicas se revelam expressivos, eis que permite, entre outros, acompanhar os resultados até então verificados, os custos dispendidos, o alcance ofertado, revelando-se primordial seu uso pelo aparato estatal. Ademais, os custos da tecnologia se tornaram infinitamente menores que outrora, revelando-se em extrema vantagem se comparada a um passado próximo, justificando sua adoção disseminada ao longo do país.

Como salientado, verifica-se que, a despeito da evolução legislativa no combate à violência contra a mulher, muito ainda precisa ser feito e deve ser uma linha política dos governantes espalhados pelo mundo. É passada a hora, inclusive, da adoção de soluções mundiais, com conjugação de esforços, de modo a se conferir efetividade às políticas de apoio ao gênero feminino. Na era da informação e de franca expansão tecnológica, acompanhada do aniquilamento informal das fronteiras, há plena potencialidade de se criar, conjuntamente, instrumentos tecnológicos que atendam à pujante necessidade de se proteger pessoas que historicamente vêm sofrendo com a dor do subjugo.

De todo modo, verifica-se que passos importantes vêm sendo dados no sentido de alcançar melhorias na tutela dispensada à mulher vítima de violência, porém muito ainda precisa ser feito, exigindo que as mulheres tenham teias e não cedam à pressão e a argumentos vazios, exigindo a formulação de políticas públicas mais inclusivas e, sobretudo, preventivas. Consoante dito anteriormente, a luta é árdua e paulatinamente vem alcançando vitórias.

O uso da tecnologia, nos moldes imaginados nos limites desta dissertação, tenderá a lançar luz sobre a importância das ferramentas tecnológicas na obtenção e análise dos dados envolvendo as mais diversas formas de violência, de modo a subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e específicas, importando, igualmente, na otimização da aplicação de recursos públicos, e na prestação de serviços de saúde e de denúncias pela via remota, facilitando o acesso das vítimas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Joana; STUKER, Paula; TORARSKI, Carolina; ALVES *et al.* **Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: Ações presentes, ausentes e recomendadas.** Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t4WCWS>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- ALMEIDA, Meire Lourdes Pereira. O celular como dispositivo de convergência no combate à violência contra a mulher. *In*: MARTINS, Ernane Rosa (org.). **Tecnologias Educacionais: Ensino e Aprendizagem Em Diferentes Contextos.** São Paulo: Científica, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mxrYTI>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- APP com inteligência artificial feito no Brasil identifica violência contra a mulher. **Época Negócios**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3t4AHPN>. Acesso em: 19 out. 2020.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; MAGALHÃES, Maria José. A transversalidade dos crimes de femicídio/feminicídio no Brasil e em Portugal. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, v. 1, n. 1, 2019, p. 29-56.
- BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa; LIMA, Rita de Cassia Duarte; SANTOS, Gabriela de Brito Martins *et al.* **Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra a mulher em tempos de pandemia COVID-19**, 2020. No prelo. Disponível em: <https://bit.ly/3s2ZHpg>. Acesso em: 17 out. 2020.
- BEVILACQUA, Paula Dias. Mulheres, violência e pandemia de novo coronavírus. **Agência Fiocruz de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mxpOTV>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- BIAGGI, Alessandra; CONROY, Susan; PAWLBY, Susan et al. Identifying the women at risk of antenatal anxiety and depression: A systematic review. **Journal of Affective Disorders**, v. 191, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/32ekEmN>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- BLAY, Eva Alterman. Violência contra as mulheres e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3d1H3K9>. Acesso em: 9 mar. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em www.cnj.jus.br. Acesso em: 17 out. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório O Poder Judiciário no Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.** Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cZS9PC>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 254, de 04/09/2018.** Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/31UzsXo>. Acesso em: 26 set. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 332, de 21 de agosto de 2020.** Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial

no Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mC5wZx>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 377, de 9 de março de 2021**. Institui o “Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral” de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Solução de Inteligência Artificial de Roraima integra Plataforma Digital da Justiça**. Disponível em: <https://bit.ly/31YukS1>. Acesso em: 8 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Emenda Constitucional, nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3ussFR1>. Acesso em: 12 nov. 2020

BRASIL. **Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Lei nº 10.886, de 17 de junho de 2004**. Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “violência doméstica”. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Lei 11.340, de 7º de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.** Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/39ZKS0x>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Lei 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), [...]. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2OysxQy>. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. **Lei 13.772, de 19 de dezembro de 2018.** Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. Diário Oficial da União, Brasília/DF.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://bit.ly/3t2DpoT>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Relatórios Ligue 180.** Disponível em: <https://bit.ly/2QdpL3S>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. **Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ODNH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).** Disponível em: <https://bit.ly/3d1HmVj>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5117, de 2020.** Acrescenta os arts. 6º-A e 201-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 10 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para garantir tratamento digno à vítima de crime contra a dignidade sexual. Senado Federal, Brasília/DF.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5117, de 2020.** Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. Câmara dos Deputados, Brasília/DF.

BRIGADA MILITAR RIO GRANDE DO SUL. **Histórico da Patrulha Maria da Penha.** Disponível em: <https://bit.ly/3s1AIYR>. Acesso em: 7 mar. 2021.

CANUTO, Rubens; GOMES, Luciane. Princípios éticos da Inteligência Artificial e o Poder Judiciário. In: FUX, Luiz; ÁVILA, Henrique; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Tecnologia e Justiça Multiportas.** Indaiatuba: Foco, 2021.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 2, n. 2, 192-206, jun./dez. 2017.

CHADE, Jamil. Brasil choca com proposta na ONU sobre direito da mulher. **Uol**, São Paulo, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mwGRFH>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CLEMENTS, Kahni; SCHUMACHER, Julie A. Perceptual biases in social cognition as potential moderators of the relationship between alcohol and intimate partner violence: A review. **Aggression and Violent Behavior**, v. 15, n. 5, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3dSYDq>. Acesso em: 11 jun. 2020.

COMO começa um relacionamento abusivo? **Carta Capital**, fev. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3uAhIgn>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CONHEÇA MAIA, a assistente virtual que pode ajudar mulheres em relacionamentos abusivos durante a pandemia. Microsoft, [S. l.], 7 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/31S8iR1>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CONSELHO DA EUROPA. Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Disponível em: <https://rm.coe.int/1680685fcb>. Acesso em: 2 mar. 2021.

CONTRERAS, Juan Manuel; BOTT, Sarah; DARTNALL, Elizabeth; GUEDES, Alessandra. **Sexual Violence in Latin American and the Caribbean: A desk review**. Pretoria: Sexual Violence Research Initiative, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2OABRU8>. Acesso em: 10 fev. 2021.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; AQUINO, Quelen Brondani de. A violência contra a mulher: breve abordagem sobre a Lei Maria da Penha. **Revista do Curso de Direito da FSG**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3t13zZ4>. Acesso em: 14 mar. 2021.

DUTTON, Donald G.; CORVO, Kenneth. Transforming a flawed policy: A call to revive psychology and Science in domestic violence research and practice. **Aggression and Violent Behavior**, v. 11, n. 5, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3d98K3Q>. Acesso em: 21 mar. 2021.

EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OwdW8a>. Acesso em: 20 out. 2020.

ELA: EMPODERANDO E LIBERTANDO COM AMOR. **Ela**, [S. l.], [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/39WSDEd>. Acesso em: 17 mar. 2021.

EMPRESA cria aplicativo que ajuda a denunciar casos de violência contra a mulher na Paraíba. **G1**, João Pessoa, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3s3J1Oc>. Acesso em: 17 out. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mqfopn>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FREITAS NETO, Francisco Paulo de. **Business Intelligence aplicada no apoio à tomada de decisões em segurança pública**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Oy5yVL>. Acesso em: 17 mar. 2021.

GARCIA, Fernanda Mathias de Souza. O primeiro dia internacional das mulheres após a decretação da pandemia e a imprescindibilidade de políticas públicas. **Migalhas**, [S. l.], 4 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3mtoBgA>. Acesso em: 2 mar. 2021.

GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3s6FKxI>. Acesso em: 11 mar. 2021.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisabeth Carmen; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de *et al.* Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudos de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3t6Jlgs>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GEBRIM, Luciana Maidash; BORGES, Paulo César Corrêa. Violência de gênero: tipificar ou não o feminicídio/feminicídio? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 51, n. 202, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/320BHs4>. Acesso em: 17 fev. 2021.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **JUNTAS: uma ferramenta no enfrentamento da violência contra a mulher**. Disponível em: <https://bit.ly/3t75xay>. Acesso em: 15 mar. 2021.

HERNANDEZ, Yuliet Vanessa Ibarra; ZABALETA, Luis Enrique Guerra. **Violencia contra la mujer y el feminicidio frente a los derechos humanos em la ciudad de Santa Marta**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Universidad Cooperativa de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3t5CyDP>. Acesso em: 12 fev. 2021.

HUDSON, Laura C; LOWENSTEIN, Eve J.; HOENIG, Leonard J. Domestic violence in the coronavirus disease 2019 era: Insights from a survivor. COVID-19. Important Updates and Developments. **Clinics in Dermatology**, v. 38, n. 6, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d9ewSV>. Acesso em: 2 fev. 2021.

INFORME sua família em situações de perigo com Agentto. **Techtudo**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/3t2FMrN>. Acesso em: 11 fev. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. Atlas da Violência 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mpvvU6>. Acesso em: 19 mar. 2021.

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. **Dossiê Violência Sexual**. Disponível em: <https://bit.ly/3t2j3fz>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LINDNER, Julia. Governo zera repasses a programa de combate à violência contra a mulher. **Uol**, São Paulo, 4 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rXPBpH>. Acesso em: 11 mar. 2021.

LINKEDIN. **Mete a Colher**. Disponível em: <https://bit.ly/31YDWMG>. Acesso em: 28 mar. 2021.

LISBOA, Manuel. A violência contra as mulheres numa perspectiva comparativa (1995-2007). In: LISBOA, Manuel (coord.). **Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3wG8Lnz>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MARANHÃO, Romero de Albuquerque. A violência doméstica durante a quarentena da COVID-19: entre romances, feminicídios e prevenção. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3197-3211, 2020.

MENJIVAR, Cecilia; SALCIDO, Olivia. Immigrant women and domestic violence: common experiences in Different countries. **Gender & Society**, v. 16, n. 6, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2Q3mWCd>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patricia (org.). **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/31Y2Iwr>. Acesso em: 2 set. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Namoro Legal**. Disponível em: <https://bit.ly/3cZf91l>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida; CASSAB, Latif Antonia. Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora? In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., Londrina, 2010. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3t6Uvlt>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MONITOR DA VIOLÊNCIA. **G1**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://glo.bo/2Q989pO>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MONTEIRO, Joana; CABALLERO, Bárbara. Crimes e violência. In: SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando (ed.). **Guia Brasileiro de Análise de Dados: Armadilhas e Soluções**. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/31XWa0H>. Acesso em: 10 mar. 2021.

A NINA. **Nina Smart Cities Sensor**, Fortaleza, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3t1Pv1C>. Acesso em: 10 fev. 2021.

NORLANDER, Bradley; ECKHARDT, Christopher. Anger, hostility, and male perpetrator of intimate partner violence: A meta-analytic review. **Clinical Psychology Review**, v. 25, n. 2, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3wHoKln>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ONU MULHERES. ONU: “nenhuma mulher deve morrer por ser mulher”. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/09/1640152>. Acesso em: 11 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. Disponível em: <https://bit.ly/3s1BEHf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Conferências Mundiais da Mulher**. Disponível em: <https://bit.ly/31XaMNM>. Acesso em: 13 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres**. Disponível em: <https://bit.ly/3t6K6Gk>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Disponível em: <https://bit.ly/3a2dHt4>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://uni.cf/3t5Dmsl>. Acesso em: 23 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Disponível em: <https://bit.ly/2KDgLj8>. Acesso em: 31 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre direitos humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Protocolo de São Salvador**. Disponível em: <https://bit.ly/3muOlJz>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica**. Disponível em: <https://bit.ly/3a2c8LI>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. Disponível em: <https://bit.ly/31ZmRIO>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**. Disponível em: <https://bit.ly/3cZUgmw>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PLP 2.0. **Themis: Gênero, Justiça E Direitos Humanos**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Qbl8XR>. Acesso em: 7 mar. 2021.

PORNARI, Chrisa D.; DIXON, Louise; HUMPHREYS, Glyn W. Systematically identify implicit theories in male and female intimate partner violence perpetrators. **Aggression and Violent Behavior**, v. 18, n. 5, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3wObdIw>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Los impactos económicos del COVID-19 y las desigualdades de género recomendaciones y**

lineamientos de políticas públicas. Disponível em: <https://bit.ly/3g363CB>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PROJETO de lei visa barrar práticas de culpar as vítimas de crimes sexuais. **Agência Senado**, Brasília, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/31V7fzS>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PROJETO prevê “botão do pânico” para mulheres vítimas de violência doméstica. Agência Câmara de Notícias, Brasília, 26 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3muQfcU>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PROJETOS. **Think Olga**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d5xFW0>. Acesso em: 17 fev. 2021.

O QUE É BI Business Intelligence. **Siteware**, Belo Horizonte, 2 maio 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3s3yOkM>. Acesso em: 15 mar. 2021.

QUIGLEY, Brian M.; LEONARD, Kenneth E. Alcohol expectancies and intoxicated aggression. **Aggression and Violent Behavior**, v. 11, n. 5, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2PXcMDk>. Acesso em: 23 dez. 2020.

REPSOLD, Max Brito; TABAK, Benjamin Miranda. Instrumentos metodológicos da análise econômica do Direito e eficiência das políticas públicas executadas pelo terceiro setor. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 16, n. 23, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/326ZhmY>. Acesso em: 22 mar. 2021.

RIBEIRO, Djamila. Beauvoir explica: o fenômeno da reificação das mulheres na mídia brasileira. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v.3, n. 6, p. 489-492, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2OFFuwQ>. Acesso em: 11 fev. 2021.

RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas**. Brasília: [s. n.], 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3t4WarB>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ROUHIAINEN, Lasse. **Inteligencia Artificial: 101 cosas que debes saber hoy sobre nuestro futuro**. Barcelona: Planeta, 2018.

SAFERNET BRASIL. **Safernet**. Disponível em: <https://bit.ly/3s0doW0>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2OwfwH8>. Acesso em: 9 mar. 2021.

SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of Historical. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1864376?seq=1>. Acesso em: 9 mar. 2021.

SILVA, José Afonso. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, v. 212, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3s8RBeU>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SINAL Vermelho: CNJ lança campanha de ajuda a vítimas de violência doméstica na pandemia. **Agência CNJ de Notícias**, Brasília, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3sZDNEF>. Acesso em: 19 set. 2020.

SINTA-SE em segurança. **Malalai**, [S. l.], [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2Rh0ICF>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SIQUEIRA, Lia de Souza; RIBEIRO, Diaulas Costa; TABAK, Benjamin M. A participação social nas políticas de segurança pública como instrumento de redução de vieses à luz da análise econômico-comportamental do Direito. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 4, n. 9, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2ODaUiF>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SIQUEIRA, Lia de Souza; TABAK, Benjamin Miranda; AGUIAR, Julio Cesar de. A rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica: uma visão econômica de sua articulação pelo Ministério Público. In: TABAK, Benjamin Miranda; AGUIAR, Julio Cesar de (org.). **O Ministério Público e os desafios do Século XXI**: uma abordagem jus econômica. Curitiba: CRV, 2015.

SOARES, Barbara Musumeci. A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3muQcy1>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SOBRE a Glória. **Eu sou a Gloria**, [S. l.], [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2OxZFI7>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SOBRE a Lady Driver. **LADY DRIVER**, [S. l.], [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3d4t5r2>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3d2MQyZ>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SOUZA, Karoline Lins Câmara Marinho de; SIQUEIRA, Mariana de. A Inteligência Artificial na execução fiscal brasileira: limites e possibilidades. **Revista de Direitos Fundamentais e Tributação**, v. 1, n. 3, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OATanU>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SUDRÉ, Lu; COLOCO, Ana Cristina. Brasil é o 5º país que mais mata mulheres. **Revista Entreteases**, ed. 7, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3rXP4Ed>. Acesso em: 7 mar. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADPF 779**. Disponível em: <https://bit.ly/3mwGISF>. Acesso em: 9 mar. 2021.

TABAK, Benjamin Miranda; AMARAL, Pedro Henrique Rincon. Vieses cognitivos e desenho de políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/320FdCU>. Acesso em: 11 mar. 2021.

TRENTIN, Daiane; VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira; LEAL, Sandra Maria Cezar *et al.* Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede

intersetorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 4, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t1QrDa>. Acesso em: 17 out. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **Banco de dados combaterá violência contra a mulher**. Disponível em: <https://bit.ly/3d3OwIo>. Acesso em: 17 fev. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. **Patrulha Maria da Penha – Ligue 153**. Disponível em: <https://bit.ly/31WbFX9>. Acesso em: 19 fev. 2021.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://uni.cf/3t5Dmsl>. Acesso em: 22 mar. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Global study on homicide: Executive Summary 2019**. Vienna: UNODC, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dKVrFx>. Acesso em: 17 jul. 2020.

VALENÇA, Manuela Abath; MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. “Pancada de amor não dói”: a audiência de custódia e a visibilidade invertida da vítima nos casos de violência doméstica. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3cZVVbW>. Acesso em: 11 set. 2020.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d1gTak>. Acesso em: 19 out. 2020.

WELSING, Kellen K. Novaes; ROCHA, Adriana Salete de Toni. O uso de ferramentas tecnológicas na política de enfrentamento da violência contra a mulher. **Castelo Branco Científica**, ano V, n. 9, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3wIe2uJ>. Acesso em: 11 mar. 2021.

WERBA, Graziela Cucchiarelli; RUBERT, Sabrina Gonçalves. A teia de Aracné: o empoderamento na tessitura de políticas públicas voltadas às mulheres. **Conhecimento & Diversidade**, v. 12, n. 26, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t4RoKL>. Acesso em: 3 mar. 2021.

WORLD POPULATION REVIEW. Most dangerous countries for women. Disponível em: <https://bit.ly/3t96ejG>. Acesso em: 25 mar. 2021.

XAVIER, Fábio Correa. Inteligência Artificial no setor público: ficção ou realidade? **Instituto Rui Barbosa**, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Qdsrys>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ZVOLENSKY, Michael J.; GAREY, Lorra; ROGERS, Andrew H. *et al.* Psychological, addictive, and health behavior implications of the COVID-19 pandemic. **Behavior Research and Therapy**, v. 134, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wJrTAY>. Acesso em: 12 mar. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Dados de violência contra a mulher nos Estados

ACRE

BRASIL. Ministério Público do Estado do Acre. Relatório de Informações de Indicadores Prioritários de Violência e Criminalidade: 2017-2019. Rio Branco: Núcleo de Apoio Técnico, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dHqEcI>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ALAGOAS

ESTATÍSTICAS. **Secretaria de Estado de Segurança Pública**, Maceió, [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3a05buO>. Acesso em: 13 nov. 2020.

AMAPÁ

ESTATÍSTICAS da segurança pública podem ser visualizadas pelo site da Sejusp. **Governo do Estado do Amapá**, Macapá, 28 jul. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3thIJGI>. Acesso em: 12 set. 2020.

AMAZONAS

SSP DADOS. **Amazonas Governo do Estado**, Manaus, [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3s4feFg>. Acesso em: 12 set. 2020.

BAHIA

ESTADO 2018. **Secretaria de Segurança Pública**, Salvador, [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3myjDPv>. Acesso em: 10 set. 2020.

CEARÁ

INDICADORES Criminais 2020. **Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará**, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wGWVJN>. Acesso em: 2 ago. 2020.

DISTRITO FEDERAL

VIOLÊNCIA Contra a Mulher. **Secretaria de Estado de Segurança Pública**, Brasília, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3uwVfR2>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ESPÍRITO SANTO

ESTATÍSTICAS Criminais. **Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social**, Vitória, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3wGP7rw>. Acesso em: 13 mar. 2021.

GOIÁS

ESTATÍSTICAS. **SSP**, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2PSWtYd>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARANHÃO

ESTATÍSTICAS. **Governo do Maranhão**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wGPzpI>. Acesso em: 11 mar. 2021.

CRIMINAL Dados e Estatísticas. **Ministério Público do Estado do Maranhão**, São Luís, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3dSB7II>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MINAS GERAIS

VIOLÊNCIA Contra a Mulher. **Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**, Belo Horizonte, 15 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3fTxK0E>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MATO GROSSO

ESTATÍSTICAS Mato Grosso. **Secretaria de Estado de Segurança Pública**, Cuiabá, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wJH9xG>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MATO GROSSO DO SUL

ESTATÍSTICA On-line. **Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**, Campo Grande, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3uPZvvt>. Acesso em: 13 set. 2020.

DADOS MS. **Não se cale**, Campo Grande, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wGVueq>. Acesso em: 11 set. 2020.

PARÁ

ESTATÍSTICAS 2020. **Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social**, Belém, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3dHIkVC>. Acesso em: 10 set. 2020.

PARAÍBA

BRASIL. Governo do Estado da Paraíba. **Relatório Mensal de indicadores-chave de Performance – ICP: Janeiro a Junho de 2020**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2RqBDjD>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. Governo do Estado da Paraíba. **Anuário da Segurança Pública na Paraíba: Exercício 2020**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2RoZXSP>. Acesso em: 17 ago. 2020.

PARANÁ

ESTATÍSTICAS. **Secretaria de Segurança Pública**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2QbZ9jH>. Acesso em: 17 jul. 2020.

PERNAMBUCO

CONDEPE Estatísticas Criminais em Pernambuco. **Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco**, Recife, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d3hxUM>. Acesso em: 10 set. 2020.

ESTATÍSTICAS. **Secretaria de Defesa Social**, Recife, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3s2g71a>. Acesso em: 12 set. 2020.

PIAUÍ

ESTATÍSTICAS Criminais. **Secretaria de Segurança Pública**, Teresina, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d5z6n8>. Acesso em: 11 set. 2020.

RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ Mulher. **Instituto de Segurança Pública**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3s2bZhp>. Acesso em: 11 set. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUCIONAL. **Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do RN**, Natal, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mzyfOK>. Acesso em: 17 ago. 2020.

RIO GRANDE DO SUL

INDICADORES da Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha. **Secretaria de Segurança Pública**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3s8MI5k>. Acesso em: 12 jul. 2020.

RONDÔNIA

INDICADORES. **Observatório Estadual de Desenvolvimento Regional**, Porto Velho, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mFKJV1>. Acesso em: 12 jul. 2020.

RORAIMA

SECRETARIA de Estado da Segurança Pública. **Governo de Roraima**, Boa Vista, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/31YL1gn>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTA CATARINA

SEGURANÇA em Números. **Secretaria de Estado da Segurança Pública**, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mBZGHQ>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SÃO PAULO

ESTATÍSTICAS Violência Contra a Mulher. **Secretaria de Segurança Pública**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mAztQk>. Acesso em: 17 set. 2020.

SERGIPE

TRANSPARÊNCIA. **Secretaria de Estado da Segurança Pública**, Aracajú, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2OAcLVj>. Acesso em: 25 out. 2020.

TOCANTINS

ESTATÍSTICAS Criminais. **Secretaria de Segurança Pública**, Palmas, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Qctte0>. Acesso em: 17 set. 2020.